

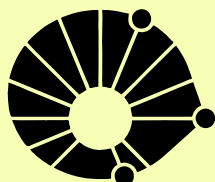
Publicação do CESOP

OPINIÃO PÚBLICA

Novembro/97

V. 4 N°3

ISSN 0104-6276



CESOP
CENTRO
DE ESTUDOS
DE OPINIAO PUBLICA

Universidade Estadual de Campinas

UNICAMP

Reitor: José Martins Filho

Coordenador Geral da Universidade: André Maria Pompeu Villalobos

Pró- Reitor de Desenvolvimento Universitário: José Tadeu Jorge

CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA

CESOP

Conselho Orientador

Presidente: Bolívar Lamounier (IDESP/ PUC-SP)
Carlos Eduardo Meirelles Matheus (Gallup), Mauro Francisco Paulino (Datafolha), José Álvaro Moisés (FFLCH-USP/CEDEC), José Ferreira de Carvalho (IMECC-UNICAMP), Leandro Piquet Carneiro (ISER), Márcia Cavallari Nunes (IBOPE), Marcus Figueiredo (IUPERJ), Ney Lima Figueiredo (CEPAC), Örjan Olsén (CBPA), Rachel Meneguello (IFCH- UNICAMP), Salvador Sandoval (FE-UNICAMP), Vilmar E. Faria (IFCH- UNICAMP).

Comitê Técnico-Científico

Fernando Antonio Lourenço
José Ferreira de Carvalho
Rachel Meneguello
Vilmar E. Faria

Equipe Técnica

Coordenação: Plínio de Souza Dentzien
Pesquisadores: Paula Vanina Cencig, José Guilherme Piola Brandt, Getúlio Pereira Júnior, Vitor Luiz Cooke Vieira
Secretária Geral: Maria das Graças Plá Sanches

OPINIÃO PÚBLICA, Vol. IV, nº 3

Conselho Editorial: Amaury de Souza, Antônio Lavareda, Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio Wanderley Reis, Hélgio Trindade, Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly de Camargo, Nelson do Valle e Silva, Ruy Martins Altenfelder Silva.

Editor: Rachel Meneguello

Produção: Equipe Técnica do CESOP

Centro de Estudos de Opinião Pública

Universidade Estadual de Campinas Cidade Universitária
"Zeferino Vaz"
Caixa Postal: 6110
Campinas - São Paulo
13081-970
Tel: (55-19)788-7093
Fax: (55-19)239-4309
Internet: CESOP@TURING.UNICAMP.BR
Home page: <http://www.unicamp.br/cesop/cesop.htm>

Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial. Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Novembro de 1997

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT

CNPq

FINEP

Publicação do CESOP

OPINIÃO PÚBLICA

Novembro 97

Vol. IV, nº 3

ISSN 0104-6276

SUMÁRIO

	Pág.
Educação e cultura política no México: uma relação esgotada	85
Victor Manuel Durand Ponte Maria Márcia Smith Martins	
Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral	109
Marcus Figueiredo Alessandra Aldé Heloísa Dias Vladimyr L. Jorge	
TENDÊNCIAS	
Encarte de Dados de Opinião Pública, Ano IV, nº 3	Centro
Justiça e Poder Judiciário Brasil EUA	
Notas preliminares sobre jornalismo da Rede Globo: um estudo de caso sobre o DF-TV	121
Venício A. de Lima	

Opinião Pública	Campinas	Vol. IV	nº 3	P. 51-130	Novembro 1997	ISSN 0104-6276
-----------------	----------	---------	------	-----------	---------------	----------------



CESOP
CENTRO
DE ESTUDOS
DE OPINIÃO PÚBLICA

Educação e cultura política no México: uma relação esgotada

Victor Manuel Durand Ponte

Instituto de Pesquisas Sociais da
Universidade Autônoma de México

Maria Márcia Smith Martins

Centro de Pesquisa e Serviços Educativos da
Universidade Autônoma de México

Resumo

Este artigo analisa o impacto da educação sobre a cultura política e a formação de valores democráticos na sociedade mexicana.

Palavras-chave: cultura política, educação, Revolução Mexicana, valores democráticos, consolidação democrática.

Abstract

This article analyses the impact of the education on the political culture and the formation of democratic values in the Mexican society.

Keywords: political culture, education, Mexican Revolution, democratic values, democratic consolidation.

Introdução

Este texto examina de forma crítica a relação entre a educação e os valores políticos no contexto estabelecido pela globalização. Até algumas décadas atrás a educação representou a mais importante agência socializadora dos velhos valores políticos pós-revolucionários, que justamente agora parecem estar em crise. Tais valores, sedimentados ao longo da história, foram o cimento da sociedade mexicana, permitiram seu funcionamento ordenado desde a década de quarenta, mas a sua índole autoritária agora converteu-se em um empecilho para a democratização do país.

O sistema educacional também experimenta uma crise - a coerência entre as suas funções de socializar e a de formar o pensamento crítico desapareceu, e agora estão direcionadas para lados opostos. Se a transição política chegar a um sistema eleitoralmente democrático, será necessária a sua consolidação, ou seja, o enraizamento de suas regras e valores no conjunto da população, para que possa reproduzir-se de maneira adequada ou sistêmica. Do contrário, a falta de consensos democráticos ou a existência de públicos não democráticos poderão permitir que a transição se frustre ou se dissolva no que Guillermo O'Donnel (1993) e Francisco Weffort (1992) têm chamado de "a democracia delegada", na qual prevalece o líder populista. Nela não existe a idéia de responsabilidade do governante, - a base da avaliação dos cidadãos para votar - delega-se esta responsabilidade ao líder e abre-se espaço para o que alguns autores chamaram de criação de maiorias voláteis (TORRES, 1993).

Para o processo de consolidação democrática é fundamental o papel que pode desempenhar a educação, pois este é, sem dúvida, um dos espaços mais significativos para a formação dos consensos democráticos. Entretanto, a mudança dos valores e do sistema educacional encontra-se emoldurado pela nova realidade internacional que impõe novos requisitos aos países, pela relação entre a educação e a cultura vigente, e pela estratégia da mudança, parcialmente determinada pela anterior. Por isso buscamos recuperar tais elementos para estudar essa relação e sua mudança.

O texto a seguir está dividido em quatro partes. Na primeira nos dedicamos a caracterizar a problemática que vive o país, com a finalidade de estabelecer o contexto sóciopolítico em que ocorre a transformação dos valores políticos e, conseqüentemente, o desafio que enfrentamos como sociedade. Procuramos ressaltar os efeitos da globalização sobre nossa realidade, ou seja, procuramos estabelecer o contexto em que se desenvolve a transformação dos valores e da relação destes com a educação. Na segunda parte, abordamos o tema da crise dos valores políticos no México, tentando esclarecer suas origens e a necessidade de sua mudança. Na terceira parte, apresentamos uma análise detalhada da relação

que atualmente existe entre educação e valores. Para isso estudamos a relação entre o nível de escolaridade dos indivíduos maiores de 18 anos e a cultura política, desagregada em suas dimensões afetiva, cognoscitiva e avaliadora. Nosso objetivo é problematizar esta relação mostrando a necessidade de analisar o processo educativo em algumas das seguintes funções: a) a cognoscitiva ou transmissora de conhecimentos e de habilidades para pensar, b) a socializadora, que transmite valores aos educandos, e c) a que contribui ao desenvolvimento da personalidade dos alunos, para, em seguida estabelecer suas relações com a cultura política e os níveis de escolaridade. Na quarta parte, consideramos a natureza reflexiva dos valores e a sua relação com a educação, e analisamos as perspectivas de transformação da relação entre a educação e a cultura.

Características da crise atual e sua relação com a cultura política

A problemática que o México vive desde a segunda metade dos anos setenta está inserida no processo de reordenamento do contexto mundial. O fato de que a determinação dos processos econômicos: produção, financiamento, comércio, etc., tenha ultrapassado as fronteiras nacionais, implica que a economia se autonomizou da política e das necessidades sociais de cada país. Com a possível exceção dos Estados Unidos, Alemanha e Japão, nenhum outro Estado nacional tem os recursos suficientes para intervir nas suas economias. No caso mexicano esta realidade é óbvia e mostra a vulnerabilidade da economia face à decisão de corporações privadas ou estatais tomadas fora da nossa nação. É sabido que a política econômica, pelo menos desde 1985, é definida nos organismos internacionais e pelo governo norte-americano, e que nossas elites governantes e empresariais aceitaram um modelo de ajuste passivo¹ à nova realidade mundial, pela qual aplica-se radicalmente a política econômica neoliberal, buscam-se equilíbrios macroeconômicos por intermédio de políticas monetaristas, sem procurar que os efeitos sobre a população sejam atenuados.

¹ O conceito de ajuste passivo alude à aplicação ortodoxa das políticas de ajuste desenhadas pelo o FMI e o Banco Mundial, com a renúncia de incorporar políticas compensatórias, que protejam a soberania nacional e os níveis de bem-estar da população dos efeitos negativos das políticas de choque ou de ajuste monetário macroeconômico.

Os custos do ajuste passivo desenvolvido desde 1982 são múltiplos:

Primeiro, criou-se uma dependência crescente dos capitais internacionais, em especial os especulativos, para manter o equilíbrio financeiro. Como consequência disso, o México foi forçado a manter taxas de juros muito altas, cujos dividendos são pagos com dívida crescente, resultado dos pacotes de ajuda ou de salvamento, ou com a riqueza nacional que é transferida para mãos dos investidores, com o que se criou um círculo vicioso pior que aquele que definiu a crise do modelo de substituição de importações. A proposta compensatória de limitar a dependência do capital estrangeiro com a poupança interna somente é viável se ocorre crescimento e se os fundos conformam recursos financeiros de longo prazo para investir produtivamente. Porém, se isso é logrado, a decisão de investir deve estar acompanhada pela possibilidade de dispor de tecnologia de ponta, de recursos de mercado em tecnologia e de acesso aos mercados, que são controlados pelas companhias transnacionais, para não falar da dívida externa. O capital estrangeiro cobrou carta de naturalização.

O ajuste passivo aumentou a dependência do governo ou, se prefere, diminuiu sua margem de manobra política ao ficar amarrado à política econômica decidida fora e ao depender dos capitais estrangeiros para poder crescer, manter o equilíbrio das finanças, pagar o serviço da dívida, etc.

Segundo, a autonomização da economia, da política, e da sociedade, tem significado também uma mudança radical na organização e na política do governo. Durante o século XX o Estado forçou a economia a distribuir seus ganhos em benefício do conjunto da sociedade, no caso dos países desenvolvidos, e em benefício de alguns setores, basicamente as classes médias, no caso dos países subdesenvolvidos. A social-democracia foi o modelo mais desenvolvido dessa supremacia do Estado. Agora isso acabou, a economia emancipou-se da sociedade. Seguindo o raciocínio de José Luis Fiori (1995) podemos dizer que a crítica à democracia, realizada ao longo dos anos sessenta como um regime que levava à ingovernabilidade pelo excesso de demandas dos setores sociais corporativos que o Estado tinha que atender, foi o início de uma ofensiva que culminou com a proposta neoliberal de limitar o Estado, reduzir seu tamanho, destruir seu papel de empresário público, acabar com a regulação estatal da economia, privatizando os bens públicos para deixar a regulação nas mãos do mercado. Nos anos noventa, teve impulso um programa destinado a assegurar a homogeneização internacional da política econômica de tendência neoliberal conservadora: o governo bom, ou a boa governabilidade, passou a ser sinônimo ou resultado da capacidade dos “reformistas” em lograr uma extraordinária concentração de poder (NELSON, 1989, cf. FIORI, 1995, p. 16) através da formação de uma coalizão ampla, sólida e

permanente de poder que obtivesse a adesão da burguesia (WHITEHEAD, 1989, p. 73-94, 80 cf. FIORI, 1995), uma vez que na prática, comprar a adesão das classes inferiores pode custar muito pouco em termos de recompensas materiais (idem, p. 81). Para isto os autores desse projeto sugerem igualmente o isolamento burocrático de um grupo de *technopols* (WILLIAMSOM, 1990 cf. FIORI, 1995) que pudesse comandar a economia mantendo distância das pressões corporativas da sociedade. Na mesma direção, procurando estabilizar as expectativas dos agentes econômicos, são sugeridas reformas político-eleitorais capazes de incrementar o 'índice de governabilidade' da economia, assegurando a continuidade no poder da maioria obtida pela coalizão formada para apoiar a execução das reformas liberais. O novo "bom governo" tem como objetivo, e como padrão de medida internacional da sua eficácia, manter os equilíbrios macroeconômicos que preservem o bom funcionamento da economia internacional. Isto define uma inversão das prioridades dos governos: já não está em primeiro plano o desenvolvimento social ou o bem-estar, e sim o equilíbrio macro-econômico. Assim, as reformas provocam necessariamente um empobrecimento das sociedades sobre as quais se aplicam e ao mesmo tempo uma separação dos setores ou grupos sociais da política, reproduzindo a separação entre a política e a sociedade. No caso do México a transformação da política foi evidente, a separação da política econômica dos grupos sociais, em especial os velhos setores operários e camponeses corporativos, cuja ruína como organismos representativos é evidente.

Nos últimos seis anos tentou-se desenvolver o "Liberalismo Social", como uma doutrina compensatória que levaria para um ajuste menos brutal sobre os níveis de vida da população, mas o programa Solidariedade, que pretendeu ser a sua efetivação fracassou, entre várias razões, por ter-se colocado a serviço dos interesses políticos do grupo governante. Atualmente não existe qualquer rastro de política compensatória, obedecendo à risca a separação entre a política e a sociedade. Nestas condições, esperar apoios importantes do governo para transformações na educação soa algo muito distante, a não ser os exercícios retóricos, que fora da realidade, florescem todos os dias nas bocas dos governantes.

Terceiro, a nova organização do capital de nível internacional, a preponderância das novas tecnologias poupadoras de mão de obra e do setor de serviços com as mesmas características, conduzem a uma menor utilização da população economicamente ativa do mundo. Os períodos de pleno emprego, próprios da era keynesiana, cederam seu lugar a uma economia com taxas de desemprego elevadas que são consideradas normais e permanentes. Ainda nos países desenvolvidos, a população economicamente ativa ocupada no mercado formal é menor do que metade da população economicamente ativa; em nossos países a proporção é ainda

menor. Como destacou Manuel Castells (1990, p. 65-75), a classificação do Terceiro Mundo deixou de ser útil, não somente pelo desaparecimento do Segundo Mundo, do socialismo, mas também porque a nova divisão atravessa os países e os divide em uma parte que está integrada à economia mundial e que desfruta de seus privilégios, e uma outra parte que não está integrada, que constitui o que ele chama de Quarto Mundo, um setor marginal que mora na periferia das cidades e nos campos empobrecidos de todos os países. No caso do México, as reformas econômicas produziram um custo social enorme: os salários foram reduzidos, mutilando os contratos coletivos, suprimindo conquistas operárias que significavam nível de vida para os trabalhadores. Além desses fatores e perante o fracasso de ajustes anteriores enfrentados com práticas mais rígidas, há o desemprego crescente da população economicamente ativa. Nos últimos 15 anos, o empobrecimento da sociedade não tem paralelo na história moderna, o número de pobres e de pobres extremos não para de crescer e a possibilidade de absorvê-los parece muito distante. O crescente empobrecimento das classes médias, como torna público o movimento de devedores “El Barzón”², é outro claro indicador de para onde estamos indo. A crise social está gerando a desorganização da sociedade, a destruição de identidades sociais, o aumento das patologias sociais, como o crime e o suicídio, têm crescido também os movimentos migratórios para as cidades e para Estados Unidos, e cria-se um terreno fértil para a expansão do crime organizado, do narcotráfico, com suas seqüelas de destruição de valores, de corrupção e criação de ilusões. Em síntese, a dinâmica social parece conduzir a uma polarização ainda maior com o aumento dos setores pobres e marginais. Esta divisão em dois setores tende a agravar-se pelo tipo de ajuste passivo que abaixa os custos da segurança social para tornar o país competitivo. No nosso caso, a diferença e a distância entre o México integrado e o marginal faz-se cada vez maior; a pobreza atinge 60% da população e a pobreza extrema flagela 40%; a deterioração dos serviços públicos como os da saúde, educação, transporte, fazer com que a vida dos pobres seja mais dura e com menores perspectivas, e as estratégias de sobrevivência das famílias incluem o trabalho infantil e a prostituição dos menores e jovens de ambos os sexos.

Neste contexto, a crise política, que também tem outras causas além da econômica, encaminha-se para tomar perfis mais graves. Efetivamente, a possibilidade de que ocorra uma transição à democracia é mais difícil, e no caso de que ocorra, limitando-nos à sua dimensão eleitoral, é pouco provável que seja

² “El Barzón” é o nome de um amplo movimento multiclassista de devedores de bancos (créditos agropecuários, industriais, hipotecários, para compra de automóveis, cartões de crédito, etc.) que lutam para conseguir acordos que beneficiem a ambas partes, pois a brutal elevação das taxas de juros e a decisão dos banqueiros de cobrar juros sobre os saldos vencidos, converteu os empréstimos em verdadeiros pesadelos.

consolidada em uma situação de marginalidade social crescente, e a população marginalizada e empobrecida possa mudar seus valores e desenvolver uma cultura política democrática. No atual governo vemos crescer mais rápido as forças repressivas, ou de segurança, de que os esforços para democratizar o sistema político.

Aqui aparece o problema da estratégia neoliberal nos países atrasados como o nosso: o governo, extremamente endividado e com margens de ação muito estreitas, é refém das políticas que exigem o equilíbrio macroeconômico, tendo que depender de forma crescente do capital estrangeiro, no mesmo processo perde capacidade de financiar as políticas sociais; pelo contrário, sua tendência é para limitá-las, impossibilitando uma melhora nas condições de vida da população. Ao acatar as recomendações do Banco Mundial de isolar os tecnocratas da sociedade para evitar que o modelo de ajuste seja submetido a pressões, o autoritarismo do governo mexicano foi incrementado, é impenetrável às pressões ou aos problemas sociais. Em virtude de que a reforma democrática “definitiva” foi postergada para depois do êxito da política econômica, o governo foi administrando a abertura política, guardando para ele as decisões que atentem contra a sua permanência no poder. Por isso os canais de expressão da população mobilizada estão ocorrendo fora do sistema político, criando um clima de tensão e intranquilidade social.

Quarto, junto ao processo de marginalização econômica e política da população, apresentam-se as demandas que os Estados e as organizações civis dos países mais desenvolvidos exercem pela democratização do sistema político, pelo respeito aos direitos humanos e a preservação do meio ambiente, pelo respeito aos direitos das minorias, tornando-os imperativo para os governos locais, que já não podem ignorar as demandas como faziam quando as mesmas vinham de atores nacionais. Esta presença internacional favoreceu o surgimento de muitas organizações não-governamentais e, com elas, a intensificação das lutas de grupos oprimidos, ou pelas bandeiras ecológicas e dos direitos humanos, reforçando o tecido social. Há uma exigência de modernização que, junto aos seus lados positivos, como a organização dos grupos oprimidos e a luta pelos seus interesses, tem o efeito de sobrecarregar de demandas os fracos governos nacionais, criando efeitos contraditórios às tentativas neoliberais de isolar a política econômica das demandas sociais. Perante a separação entre política econômica e a sociedade, apresentasse uma tendência para que estes grupos se expressem utilizando canais fora do sistema, como ocorre no caso do EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional, ou como demonstram as crescentes marchas à capital, os plantões de greve, as greves de fome cada dia mais frequentes e perturbadoras da ordem pública.

Quinto, a transformação dos valores promovida pelo novo processo mundial é outra particularidade do processo. Neste plano, podem-se assinalados dois processos que para o México tornam-se contraditórios. De um lado, está a universalização de certos valores e a pressão externa para que sejam cumpridos em todos os cantos do mundo, como são os direitos humanos, a tolerância, a democracia, o respeito ao meio ambiente, os direitos das mulheres e das crianças, os direitos das minorias, etc. Por outro lado, a supremacia dos valores ligados ao individualismo, que marcha paralelamente ao anti-estatismo, a perda da solidariedade social com a queda do Estado benfeitor, a imposição de um racionalismo extremo - *rational choice* - como único motor da ação social. Junto às reformas neoliberais ocorre então uma batalha para impor à sociedade mundial uma nova moral coerente com o novo modelo. Nos países com regimes democráticos consolidados, ambos os conjuntos de valores são complementares e correspondem ao que Inglehart (1994)³ denominou a revolução silenciosa. Com efeito existe uma tendência para que as pessoas sejam orientadas mais por valores pós-materiais, aqueles que tem a ver mais com a qualidade de vida, do que com os valores ligados às necessidades, o que seria válido naquelas sociedades que conseguiram um nível de bem-estar significativo. A mudança para valores pós-materiais é acompanhada de mudanças nos modos de participação política. Basicamente, os indivíduos tornam-se independentes das organizações verticais, como os partidos políticos, os sindicatos, etc. e começam atuar numa variedade de movimentos sociais de forma mais autônoma e com maior liberdade pessoal. Este último ponto também foi documentado pelos estudiosos dos chamados novos movimentos sociais⁴.

No caso mexicano, ambos os grupos de valores apresentam-se como contraditórios devido ao ajuste passivo. De um lado, o governo tenta impor os valores ligados ao individualismo, ao mercado, a chamada “modernização”, e por outro, nega ou não pode atender, pelas condições que já mencionamos nos pontos anteriores, os valores ligados à democracia e a uma melhor qualidade de vida, gerando uma contradição que coloca frontalmente os diferentes atores sociais e governamentais.

Em resumo, encontramos um quadro definido por uma menor autonomia do governo em termos de política-econômica, um afastamento brutal dos interesses e problemas sociais da definição da política, uma separação dos atores sociais da política e, portanto, suas limitações para se expressar e influenciar através dos canais institucionais; e a pressão para que sejam adotados valores que no caso do México apresentam-se contraditórios. Ou seja, a mudança de valores no México e das instituições educativas apresenta-se em um contexto muito desfavorável. Por

³ Inglehart tem uma ampla bibliografia sobre o tema, citamos esta por incluir o caso do México.

⁴ Sobre os movimentos sociais e as novas formas de participação consultar MELUCCI, 1989.

um lado encontramos um governo, apoiado pelos grupos empresariais, com escassa margem de manobra, que renunciou à defesa da sua população, que limitou o gasto social, provocando sua deterioração em prejuízo da população, que encontrou fechados os canais político-institucionais para a participação e o processamento de demandas, e que acirrou o autoritarismo do regime como correlato à incapacidade para resolver os problemas sociais. Por outro lado, encontramos uma sociedade com enormes problemas e com sinais de reorganização autônoma, em parte impulsionada pelo exterior, que tende a se expressar fora dos canais institucionais. Ou seja, a mudança ocorrerá como enfrentamento entre setores, como uma luta pela definição da historicidade.

A crise dos valores políticos no México

No caso específico do México a mudança de valores apresenta-se como uma força particular, posto que, às pressões da globalização e da forma de se ajustar à nova realidade internacional, adiciona-se a paulatina erosão dos valores tradicionais ligados à Revolução Mexicana⁵. Esta transformação tem, ao menos, três origens internas diferentes, embora ligadas entre si.

Em primeiro lugar, sem que implique ordem ou hierarquia, destaca-se a crítica intelectual realizada nas últimas três décadas da história criticando conceitos centrais da cultura política mexicana, como: a) a “democracia à mexicana”, evidenciando o caráter claramente autoritário do regime político mexicano, criticando a inoperância do presidencialismo exacerbado, a existência do partido de Estado, o desmedido centralismo, a carência de um verdadeiro estado de direito. Nesta linha se destacam os trabalhos de Pablo Gonzalez Casanova sobre a “Democracia no México” e a obra de Otavio Paz e do grupo “Vuelta”, e também os trabalhos de Daniel Cosío Villegas; b) o nacionalismo, mostrando, como o faz Roger Bartra, seu lado autoritário, sectário, excludente e repressivo; c) reavaliando personagens antigos, como Porfírio Díaz, tal como é feito na obra de Enrique Krause, que haviam sido configurados como os paradigmas negativos da história

⁵ Esta preocupação não é somente nossa, parece ser universal como Jesús Mosterín escreve: “A situação cultural de nossa época caracteriza-se pelo estrepitoso fracasso de todas as religiões e ideologias como guias de nossa forma de pensar e de viver. A queda destes velhos ideários nos deixou como náufragos intelectuais em um mar sem pontos de referência. Nunca no passado os humanos (isto é, os seres humanos, homens ou mulheres) fomos tão livres, nem estivemos tão bem informados como agora. Porém, nosso desassossego e desorientação são óbvios, assim como nossa carência de respostas claras e soluções compartilhadas aos problemas de nosso tempo, tanto pessoais, como ecológicos e políticos.” MOSTERIN, 1995, p. 2.

mexicana e que foram analisados procurando erradicar os preconceitos, mostrando as arestas positivas e negativas da sua gestão; e ainda fazendo uma nova interpretação de épocas inteiras como no trabalho de Arnaldo Córdoba sobre a ideologia da Revolução Mexicana, ou a de François Xavier Guerra que realiza uma esplêndida interpretação conservadora do período da Independência até a Revolução de 1910, acabando com o mito de que a Revolução fora a “parteira” das mudanças ulteriores, pondo em evidência que estas já estavam se desenvolvendo nos períodos anteriores. Estejam ou não com a razão, conseguiram colocar em debate um conjunto de idéias e valores que antigamente eram considerados válidos e fora de discussão, e que conformavam o núcleo da ideologia do nacionalismo revolucionário e da cultura política mexicana. Pode-se dizer que perdeu-se o sentido da história, sua unidimensionalidade.

Em segundo lugar, destaca-se a ação coletiva de uma série de movimentos que também colocaram em xeque um conjunto de valores. Entre tais movimentos destaca-se o feminista, que não somente colocou na berlinda o outrora orgulhoso machismo mexicano⁶, mas que incidiu na vida política reivindicando igualdade para as mulheres e o fim da dominação por parte do homem em todas as esferas da vida pública e privada. A reivindicação sobre o direito de decidir sobre sua sexualidade, tem mexido em alguns dos valores mais incorporados da cultura mexicana. Destacam-se, da mesma forma, os movimentos étnicos que, potencializados pelo levante armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional em janeiro de 1994, recolocaram o problema da autonomia, da desigualdade a que foram submetidos por séculos de dominação sem piedade, e da necessária reorganização do Estado mexicano para assegurar seus direitos e sua continuidade como povos, como nações. Os movimentos urbano-populares, os ecologistas, os anti-nucleares, os de homossexuais e lésbicas, também contribuíram com a crítica aos valores estabelecidos. Ao lado destas ações coletivas de origem social, o movimento propriamente político pela democratização do regime teve um papel central. Os partidos de oposição conseguiram, junto a uma série de outros movimentos civis, conquistas importantes para por em crise o velho regime autoritário e os valores que o sustentavam; colocaram na berlinda o partido de Estado e o executivo, forçando-os a ceder na democratização, em eleições cada vez mais limpas e críveis, tirando sua posição de autoridade suprema.

⁶ Como o apresentou até o cansaço o cinema mexicano da “época de ouro” onde o homem mulherengo, bêbado e pendenciador era a personagem central.

Em terceiro lugar, é necessário apontar a ação da modernização da sociedade mexicana, basicamente, o aumento da urbanização e o crescimento significativo da escolaridade, a diminuição do analfabetismo e o aumento dos anos de escolaridade média dos mexicanos. Como é conhecido, este processo de modernização está ligado à secularização dos valores tradicionais, à sua dessacralização (HUNTINGTON, 1994; INGHEHART, 1993, p. 9-42; LIPSET, 1995, p. 2-18).

O resultado da ação dos três fatores assinalados foi um enfraquecimento dos antigos valores, sem que até hoje se possa observar um conjunto de novos valores que orientem a ação social, e que se possa dizer que constituam uma nova ordem. Pelo contrário, vemos uma pugna entre vários grupos para implantar seus valores, os “novos valores”. Desde o governo, apoiado por grupos empresariais e vários intelectuais, impulsiona-se abertamente os valores liberais, relacionados com a nova ordem econômica mundial, ao chamado neoliberalismo, enquanto que outros setores e organizações fazem pressão pela democratização política e social, o respeito pelos direitos humanos, etc. Vemos, em resumo, uma luta pela nova ordem social e política, uma luta pela historicidade, como diria Alan Touraine.

Esta luta faz parte da crise política que impede que as velhas regras do fazer político e de se fazer política funcionem “automaticamente”. O grau de incerteza tem aumentado, e por isso surgem as perguntas: ‘quais são os novos valores que podem substituir os velhos?’ e ainda, ‘como pode a sociedade adotar esses novos valores?’.

Antes de continuar devemos analisar a relação atual entre a educação e a cultura política dos cidadãos mexicanos, para saber qual é o desafio a ser superado, o que é que se tem que transformar.

Educação e cultura política no México⁷

Para estudar esta relação, é necessário diferenciar algumas das muitas funções da educação: a cognoscitiva, que forma intelectualmente aos alunos, cria o senso crítico, reflexivo; a socialização, que transmite para os alunos os valores básicos de identidade nacional e local, dota e reforça seus valores morais; a formação da personalidade, para que o indivíduo adquira segurança e confiança nas instituições que o circundam, permitindo que atue com um ser autônomo, capacitado para dissentir, se opor, sabendo que está no seu direito fazê-lo. Como veremos, os anos de escola dão à criança uma formação que abrange desde o

⁷ Para uma revisão de como tem sido tratado o tema na literatura sociológica pode ser consultado: SMITH, 1995.

afetivo, da conformação de identidades primárias, ao cognoscitivo para desenvolver a capacidade de pensar, criticar e, com isto, permitindo a conformação de culturas políticas nitidamente diferenciadas, ao mesmo tempo que desenvolve uma personalidade autônoma.

A informação que utilizamos corresponde à pesquisa sobre a cultura política dos mexicanos realizada em 1993⁸.

1. Na parte afetiva da cultura política parece haver um núcleo central constituído pelos símbolos patrióticos, em torno dos quais existe um consenso completo, que não se modifica com o aumento da escolaridade, e que existe com a mesma intensidade ainda que na ausência de escolaridade. Na Tabela 1, podemos ver que os heróis da Independência, da Reforma e da Revolução gozam da admiração de quase todos os mexicanos; além disso a não-resposta é mínima, todos os conhecem e se reconhecem neles. Não temos informação sobre outros símbolos patrióticos, como a bandeira nacional, o escudo ou o hino, mas é muito provável que encontrássemos uma resposta similar.

Este núcleo básico de identificação é transmitido às crianças por todas as instâncias socializadoras e ficam como referências incontestáveis, reforçadas periodicamente por cerimônias e símbolos patrióticos.

Como parte deste núcleo encontra-se, de um lado, a identificação com certas instituições sociais, particularmente a família (como se observa na Tabela 2) onde todos os indivíduos, independentemente do nível de escolaridade, afirmaram confiar plenamente nela. De outro lado, está a convicção de que o Estado deve intervir na economia e na vida pública para assegurar o bem-estar da sociedade⁹ (ver a Tabela 3) e a simpatia que sentem os mexicanos pelo Presidente da República em exercício: 86% disseram que o presidente agradava, contra 9,4% que afirmaram que ele lhes era indiferente¹⁰.

⁸ A pesquisa foi aplicada em outubro de 1993 a maiores de 18 anos, consta de 2.280 entrevistados, é representativa nos níveis nacional, do Distrito Federal, das cidades entre 500.001 habitantes e mais, excetuando o D.F., das localidades de 10.001 a 500.000 habitantes e das localidades de menos de 10.000 habitantes. O levantamento foi feito com base em uma amostra de várias etapas até o nível de moradia e nestas se fez a seleção dos entrevistados por cotas de sexo, idade e educação.

⁹ O termo “estatismo” corresponde à visão do Estado como responsável pelos indivíduos, paternalista, onde os cidadãos pensam que o seu bem-estar depende das políticas públicas e não do seu esforço pessoal. Este termo pode estar associado facilmente à crítica neoliberal ao Estado inchado e ineficaz, porém não implica a necessidade de limitar o Estado à função de vigiar o bom funcionamento do mercado, sem uma responsabilidade social.

¹⁰ A aceitação da figura presidencial durante o sexênio de Carlos Salinas poderia atribuir-se ao excesso de propaganda e manipulação positiva da imagem. Porém, a apreciação da figura presidencial e o orgulho pelo governo foram dados detectados pelo trabalho original de ALMOND, G.; VERBA, S., 1963.

Tabela 1
Relação entre escolaridade e Identificação com os heróis nacionais

Escolaridade	(% dos que têm muita admiração)			
	Miguel Hidalgo	Benito Juarez	Francisco Madero	Emiliano Zapata
Até 5 anos	8.941 79,1	9.029 79,9	7.841 69,4	8.554 75,7
Primário completo	4.701 88,5	4.701 88,5	4.166 78,4	4.313 81,2
Secundário incompleto	1.329 80,6	1.376 83,4	1.243 75,3	1.258 76,2
Secundário completo	2.799 79,9	2.887 82,4	2.433 69,4	2.382 68,0
Bacharelado incompleto	795 78,3	831 81,8	641 63,2	747 73,5
Bacharelado completo e Ensino Técnico	2.598 89,5	2.692 92,8	2.196 75,7	2.552 87,9
Educação Superior ou mais	1.504 81,9	1.580 86,0	1.128 61,4	1.480 80,6
Não sabe	1 24,8	1 24,8	1 24,8	1 24,8
Total das colunas	22.669 82,3	23.097 83,9	19.650 71,4	21.288 77,3

O estatismo, contra o que se poderia supor, incrementa-se com a escolaridade, enquanto a simpatia que os entrevistados sentiam por Carlos Salinas de Gortari é independente da escolaridade atingida. Ao contrário dos símbolos patrióticos anteriores ou da confiança que sente-se na família, estes indicadores mostram a relação dos mexicanos com as instituições do executivo, tanto com a presidência, como com o Estado. Certamente há uma relação de dependência dos cidadãos frente a estas instituições, ou seja, está pouco desenvolvido o sentimento de autonomia individual, de cidadania independente.

Diante destes consensos básicos encontramos um mundo de desconfiança, tanto na maioria das instituições, como na própria capacidade dos mexicanos para influenciar a política (os dados aparecem na Tabela 2). A confiança que os

mexicanos expressam perante instituições como o governo, nos vizinhos, nos meios de comunicação de massas, nos sindicatos, nos partidos políticos, nos colegas de trabalho, nos empresários, na polícia, nos juizes e na justiça, nos deputados e senadores, nos militares e nas associações de bairro, é baixa e aumenta com a escolaridade, ou seja, na medida que o indivíduo tem maior conhecimento e maior capacidade reflexiva. sua confiança diminui. As exceções são a igreja, a escola e os professores, e organizações camponesas e indígenas que são merecedoras da confiança da maioria dos entrevistados. Como é sabido, a confiança interpessoal e nas instituições da sociedade é um dado básico da cultura política cívica que garante a possibilidade de que o indivíduo colabore na vida pública na qual acredita, e que o faça pensando que terá respaldo. A desconfiança interpessoal, por exemplo, nos amigos ou vizinhos, e nas instituições, é um dado que remete o indivíduo a seus núcleos primários, à família, à certas organizações com grande força moral, a igreja, a escola e os professores; ou afetivamente significativas, como é o caso das organizações camponesas e indígenas.

Da mesma forma, é muito importante o dado que para a maioria dos entrevistados sua auto-percepção frente à política seja negativa - a maioria opinou que não tem capacidade para influenciar nela - sua competência frente à política, como a chamaram Almond e Verba (1963), ou sua eficácia como preferem denominá-la outros autores é muito baixa (CRAIG; CORNELIUS, 1980). Os indicadores aparecem na Tabela 4.

Nestes indicadores a escolaridade não é um fator que aumenta a auto-valorização dos cidadãos frente à política, mostrando um comportamento errático e tendências heterosedásticas. Ainda nos níveis de alta escolaridade, a porcentagem dos que estão muito de acordo com as perguntas não chega a superar 50% dos casos. Assim, junto ao núcleo afetivo, patriótico, encontramos uma baixa confiança nas instituições sociais e políticas, - com as exceções ressaltadas - e uma baixa eficiência política das pessoas - os entrevistados não acreditam nas instituições e, talvez por isso, não acreditam poder influenciar nelas¹¹.

¹¹ Na pesquisa perguntou-se sobre a percepção da lei: O/A senhor/a acredita que as leis que nos afetam mais diretamente, abrangem a todas as pessoas por igual ou as colocam em forma desigual? Os resultados são muito similares, a grande maioria, sempre superior ao 70% dos casos, respondeu que a lei trata as pessoas de forma diferenciada. A maioria também respondeu que os deputados e senadores têm outros interesses e não representam a população. Ou seja os entrevistados não confiam na justiça, nem no sistema parlamentar de representação.

Tabela 2
Relação entre escolaridade e confiança nas instituições
(% das afirmações de total confiança)

Escolaridade	Família	Governo	Igreja	Vizinhança	TV, Rádio, Imprensa	Sindicatos	Escolas, Professores	Companheiros de Trabalho
Até 5 anos	9.840 87,0	3.975 35,2	7.614 67,3	3.364 29,8	3.137 27,7	1.572 13,9	5.989 53,0	2.312 20,5
Primário completo	4.613 86,8	2.012 37,9	3.600 67,8	1.518 28,6	1.504 28,3	1.077 20,3	2.769 52,1	1.420 26,7
Secundário incompleto	1.420 86,1	650 39,4	924 56,0	469 28,4	397 24,1	383 23,3	720 43,6	561 34,0
Secundário completo	2.930 83,6	614 17,5	1.428 40,8	344 9,8	358 10,2	290 8,3	1.036 29,6	296 8,4
Bacharelado incompleto	901 88,8	122 12,0	445 43,8	98 9,7	63 6,3	21 2,0	373 36,7	155 15,3
Bacharelado completo e Ensino Técnico	2.519 86,8	607 20,9	1.148 39,5	485 16,7	409 14,1	288 9,9	1.401 48,3	456 15,7
Educação Superior ou mais	1.546 84,2	240 13,1	212 11,5	150 8,2	18 1,0	22 1,2	513 27,9	297 16,2
Não Sabe	6 100		6 100	4 75,2	6 100		4 75,2	
Total das colunas	23.774 86,3	8.220 29,9	15.377 55,9	6.433 23,4	5.893 21,4	3.651 13,3	12.805 46,5	5.496 20,0

Escolaridade	Partidos políticos	Empresários	Polícia	Justiça e juizes	Deputados e Senadores	Associações de bairro	Militares	Organizações Camponesas e Indígenas
Até 5 anos	1.523 13,5	1.189 10,5	2.132 18,9	1.911 16,9	1.928 17,1	2.456 21,7	3.184 28,2	4.422 39,1
Primário completo	904 17,0	767 14,4	981 18,5	1.043 19,6	968 18,2	1.233 23,2	1.383 26,0	2.126 40,0
Secundário incompleto	488 29,6	345 20,9	411 24,9	377 22,8	372 22,5	431 26,1	580 35,1	697 42,3
Secundário completo	192 5,5	98 2,8	194 5,5	330 9,4	260 7,4	309 8,8	486 13,9	1.083 30,9
Bacharelado incompleto	49 4,9	22 2,2	37 3,7	82 8,1	32 3,2	91 9,0	227 22,4	291 28,7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	352 12,1	414 14,3	346 11,9	605 20,9	499 17,2	550 19,0	678 23,4	1.184 40,8
Educação Superior ou mais	93 5,1	50 2,7	48 2,6	116 6,3	55 3,0	336 18,3	139 7,6	414 22,5
Não Sabe		4 75,2						
Total das colunas	3.602 13,1	2.889 10,5	4.149 15,1	4.465 16,2	4.114 14,9	5.406 19,6	6.677 24,3	10.218 37,1

Tabela 3
Relação entre escolaridade e escala de liberalismo-estatismo¹² (n/%)

Escolaridade	Liberalismo	Indeciso	Estatismo	NS/NR	Total
Até 5 anos	2.589 20,3	698 5,5	4.158 32,6	5.302 41,6	12.747 46,5
Primário completo	1.207 20,6	378 6,5	2.534 43,3	1.732 29,6	5.850 21,3
Secundário incompleto	299 22,1	174 12,8	530 39,1	352 26,0	1.355 4,9
Secundário completo	395 13,0	300 9,9	1.999 65,8	343 11,3	3.037 11,1
Bacharelado incompleto	69 8,3	16 1,9	686 82,9	57 6,9	828 3,0
Bacharelado completo e Ensino Técnico	211 9,6	129 5,9	1.647 75,0	209 9,5	2.195 8,0
Educação Superior ou mais	64 4,6	43 3,1	1.182 84,4	110 7,9	1.399 5,1
Não Sabe (*)			4 75,2	1 24,8	6 0,0
Total das colunas	4.833 17,6	1736 6,3	12.741 46,5	8.107 29,6	27.417 100,0

(*) em algumas tabelas a total de respostas “não sabe” não soma o total devido a um caso perdido.

¹² Sobre a construção da escala se pode consultar: MARTINS; DURAND, 1995.

Tabela 4
Relação entre escolaridade e confiança pessoal

Escolaridade	Porcentagem dos que concordam				Porcentagem dos que não sabem			
	1	2	3	4	1	2	3	4
Até 5 anos	4.765 42,2	3.978 35,2	5.022 44,4	3.960 35,0	2.414 21,4	2.550 22,6	2.436 21,6	2.824 25,0
Primário completo	2.952 55,6	2.171 40,9	2.421 45,6	2.473 46,6	653 12,3	753 14,2	814 15,3	643 12,1
Secundário incompleto	694 42,1	441 26,7	607 36,8	581 35,2	51 3,1	50 3,0	78 4,7	121 7,3
Secundário completo	1.442 41,1	1.304 37,2	1.793 51,2	1.709 48,8	253 7,2	220 6,3	170 4,9	182 5,2
Bacharelado incompleto	375 36,9	246 24,2	438 43,1	403 39,6	2 0,2	16 1,6	3 0,3	5 0,4
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.118 38,5	842 29,0	812 28,0	1.083 37,3	47 1,6	12 4	57 2,0	57 1,9
Educação Superior ou mais	880 47,9	835 45,5	774 42,2	549 29,9	2 1,0	8 0,4		
Não Sabe					4 75,2	4 75,2	4 75,2	4 75,2
Total das colunas	12.226 44,4	9.817 35,7	11.867 43,1	10.759 39,1	3.426 12,4	3.613 13,1	3.562 12,9	3.836 13,9

Afirmações analisadas:

1. O voto é o único modo de dizer ao governo se faz bem ou mal.
2. Não acredito que os funcionários do governo se preocupem muito com o que as pessoas como eu pensam.
3. Às vezes, a política e o governo parecem tão complicados que uma pessoa como eu não pode realmente entender o que acontece.
4. Pessoas como eu não tem como influir no que o governo faz.

É importante ressaltar que a confiança dos mexicanos está depositada basicamente na família, no núcleo familiar, e isto tem importantes conseqüências no desempenho público dos indivíduos. A desconfiança nas instituições, e nas instituições políticas principalmente, impede a associação do cidadão com propósitos públicos, torna difícil a colaboração com outras pessoas, com desconhecidos, os quais costuma ver como estranhos, ou ainda como inimigos. A desconfiança nas instituições públicas comumente implica uma visão pobre ou negativa do direito ou das leis, vistas como normas que na realidade não regulam a ação social ou política. Este tema já tratado por alguns autores é de uma importância crucial para a vida democrática, baseada na pluralidade e na incerteza, que se defronta com as relações primárias baseadas na família, as quais privilegiam a lealdade, a certeza, a exclusão do outro (ver LOMNITZ; COLEMAN; DAVIS, 1988).

Em resumo, podemos afirmar que existe um núcleo básico da cultura nacional que diz respeito aos símbolos patrióticos nos quais a escolaridade não parece influenciar. Ao lado, encontramos certas opiniões que refletem forte apego ao Estado, a quem se atribui a responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos, e pela instituição presidencial, com a que todos identificam-se ou simpatizam. Junto a este núcleo encontramos a existência de uma cultura da desconfiança nas instituições e na capacidade dos entrevistados para influenciar na política que se mitiga com a escolaridade. Esta gera maior confiança pessoal, interpessoal e nas instituições, criando condições para a participação cidadã. Contudo, a escolaridade não consegue superar a síndrome da desconfiança.

2. Na dimensão cognoscitiva encontramos os melhores efeitos da escolaridade. Quando pesquisamos sobre o poder de conceitualização dos entrevistados achamos diferenças fundamentais. Nas perguntas sobre o significado da democracia, do significado de ser de esquerda e ser de direita, observamos que os entrevistados com uma escolaridade primária incompleta ou menos mostram porcentagens superiores ao 79% de respostas “não sabe”, como se observa na Tabela 5. Somente a partir do bacharelado, mais de 75% emitiram uma resposta sobre o significado da democracia; no caso do significado de ser de esquerda ou de direita, essa porcentagem somente é atingida no nível de educação superior.

Tabela 5
Relação entre escolaridade e a incapacidade de conceitualizar a democracia,
a esquerda e a direita
(% de respostas “não sabe”)

Escolaridade	Democracia	Esquerda	Direita
Até 5 anos	8.757 77,5	8.634 76,4	8.263 73,1
Primário completo	3.729 70,2	3.612 68,0	3.371 63,5
Secundário incompleto	947 57,4	928 56,2	1.003 60,8
Secundário completo	1.686 48,1	1.766 50,4	1.698 48,4
Bacharelado incompleto	273 26,9	345 34,0	320 31,5
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.055 36,3	1.077 37,1	1.273 43,9
Educação Superior ou mais	152 8,3	303 16,5	250 13,6
Não Sabe	4 75,2	6 100,0	6 100,0
Total das colunas	16.603 60,3	16.603 60,5	16.603 58,8

Perguntas: O que é democracia? O que significa ser de esquerda? O que significa ser de direita?

Ou seja, a possibilidade de conceituar a política, de pensá-la em abstrato, está intimamente relacionada com a escolaridade e em especial com os níveis altos de escolaridade, de bacharelado em diante. Os níveis mais baixos influem pouco na capacidade dos indivíduos para definir conceitos básicos da política.

O mesmo papel importante que desempenha a escolaridade encontramos nas variáveis sobre o acesso aos meios de informação e o nível de informação que têm os entrevistados, ou seja, na capacidade dos cidadãos de se informar sobre política e de participar com base nisso. Como é possível observar na Tabela 6, a escolaridade introduz uma diferença significativa entre os entrevistados que ouvem ou assistem noticiários, que se informam dos acontecimentos políticos através de noticiários de televisão ou de rádio, e pela leitura de jornais ou revistas. Neste último caso os limites extremos da escolaridade mostram uma diferença superior aos 60 pontos percentuais, enquanto que nas outras a diferença é maior do que 30%.

O nível de conhecimento político, medido pelo conhecimento do nome dos governantes e representantes populares, deputados e senadores, e dos presidentes dos partidos políticos, indica a mesma importância da escolaridade (ver a Tabela 7). O nome do presidente Carlos Salinas de Gortari era conhecido por 88% dos entrevistados, mas entre os de maior escolaridade esse número chegava quase a 100%, enquanto que nos de primário ou menos, a porcentagem é de 83%, uma proporção sem dúvida elevada, mas ainda assim, 15% inferior. Já no caso do nome do governador, ou do regente no caso da cidade de México, as diferenças são significativas. Enquanto somente pouco mais de um terço dos que têm primário completo ou menos conhecem o nome, os que têm bacharelado ou mais ultrapassam os três quartos. No caso dos prefeitos ou delegados para o Distrito Federal, os dados sobre os que conhecem são inferiores, porém a diferença é proporcionalmente maior nos extremos da escolaridade.

Os demais dados sobre o conhecimento dos deputados, senadores ou presidentes de partidos políticos são extremamente baixos e somente os de elevada escolaridade atingem valores próximos a 10%. Não há dúvida de que a escolaridade é um fator básico e central para a capacidade de conceitualizar a política e para ter acesso à informação sobre seus acontecimentos e, no mesmo sentido, podemos pensar que é necessária para a reflexão racional sobre a política. Sem ela os indivíduos são alheios à política ou a política lhes resulta alheia; em geral, com pouca escolaridade participa-se de forma pouco informada e sem capacidade de conceituá-la¹³.

¹³ É muito importante diferenciar a capacidade lógica de conceituar que é inata ao indivíduo, o uso da língua implica essa capacidade de abstração, da capacidade para dominar certos espaços ou âmbitos sociais, ou universos de significação, como é o caso da política.

Tabela 6
Relação entre escolaridade e a interação com os meios de comunicação de massas

Escolaridade	Ouve ou vê freqüentemente noticiários	Vê notícias na T.V.	Ouve Rádio	Lê periódicos e revistas
Até 5 anos	1.713 15,2	8.755 77,4	7.634 67,5	3.107 27,5
Primário completo	921 17,3	4.395 82,7	3.519 66,2	2.282 43,0
Secundário incompleto	409 24,8	1.546 93,7	1.106 67,0	1.199 72,6
Secundário completo	969 27,6	3.758 92,9	2.318 66,1	2.017 57,5
Bacharelado incompleto	421 41,5	974 95,9	685 67,5	666 65,6
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.238 42,7	2.822 97,2	1.891 65,2	2.075 71,5
Educação Superior ou mais	999 54,4	1.756 97,3	1.150 62,6	1.478 80,5
Não Sabe	1 24,8	6 100,0	6 100,0	
Total das colunas	6.672 24,2	23.511 85,5	18.309 66,5	12.824 46,6

Perguntas: Ouve ou vê noticiários? Como se informa sobre os acontecimentos do país?

Tabela 7
Relação entre escolaridade e o conhecimento de nomes de políticos e governantes
(n/ %)

Escolaridade	Presidente	Governador	Prefeito Municipal ou Delegado	Algum Senador	Algum Deputado Federal	Presidente de Algum Partido Político
Até 5 anos	9.424 83.4	3.764 33.3	4.387 38.8	227 2.0	105 .9	70 .6
Primário completo	4.418 83.2	1.928 36.3	2.604 49.0	44 .8	20 .4	108 2.0
Secundário incompleto	1.591 96.4	781 47.3	529 32.1	58 3.5	9 .5	77 4.7
Secundário completo	3.253 92.8	1.975 56.4	1.647 47.0	136 3.9	120 3.4	55 1.6
Bacharelado incompleto	966 95.1	711 70.0	539 53.0	59 5.9	34 3.4	78 7.7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	2.747 94.6	2.064 71.1	1.450 50.0	45 1.5	77 2.6	104 3.6
Educação Superior ou mais	1.830 99.6	1.543 84.0	1.167 63.5	251 13.7	197 10.7	213 11.6
Total das colunas	24.228 88.0	12.767 46.4	12.322 44.8	821 3.0	561 2.0	704 2.6

3. A capacidade crítica dos indivíduos pode ser observada através da avaliação que os entrevistados fizeram de diferentes dimensões da política. Em relação ao regime político, a maioria dos entrevistados - 66.3% - respondeu que existe democracia no México (ver Tabela 8). As diferenças introduzidas pelos diferentes graus de escolaridade são significativas, os dados não são homosedásticos, não têm uma tendência somente ascendente ou descendente, e as cifras maiores correspondem aos valores médios de escolaridade, primária e secundária. Nos níveis de baixa escolaridade as cifras dos que afirmam que existe uma democracia são baixas em relação ao número de entrevistados que responderam “não sei”. Para os de maior escolaridade, a resposta afirmativa tende a diminuir, sem chegar a quebrar a maioria, e aumenta também a resposta

indecisa: “algumas vezes é democrático”. Chama a atenção que seja nos níveis médios onde se acredite mais que existe democracia sem respostas duvidosas ou “não sei”; ou seja, nestes níveis de escolaridade cria-se uma falsa imagem do regime político, que na verdade é congruente com o que diz a Constituição da República e com o discurso oficial, mas que não corresponde à realidade. O conhecimento transmitido pela escola nestes níveis se parece com uma doutrinação acrítica, valendo a redundância. Como foi mostrado anteriormente, este dado é coerente com a falta de capacidade de conceituar que existe nestes níveis de escolaridade, como foi mostrado anteriormente, não existe a capacidade de crítica ou, dito em termos psicológicos, os indivíduos com este nível de escolaridade não são autônomos, ‘piagetianamente’¹⁴ falando. O pensamento político reflexivo aparece após o nível de escolaridade secundário e isso nos leva a formular a conclusão de que até esse nível o papel da escolaridade tem sido o de reforçar o regime político, gerando adesões e dando base a valores ou imagens distorcidas. Cumpriu com o exigido pelo regime pós-revolucionário.

É importante destacar que o efeito da educação básica sobre a cultura política dos indivíduos é a realização do projeto estatal: socializar os alunos nos princípios e valores derivados da ideologia da Revolução Mexicana, centrada em um nacionalismo excludente e autoritário; fazer acreditar que o regime é democrático e que o governo mantém o compromisso com os setores populares, além de, obviamente, reforçar a identidade com os símbolos patrióticos, gerando uma continuidade simbólica entre família, comunidade, nação, governo, PRI, como se tratasse das mesmas coisas. Esta ideologia é rompida com o aumento da educação a partir do bacharelado.

A avaliação que os entrevistados realizaram sobre as instituições políticas, como os partidos, o trabalho dos deputados e senadores, e sobre a atuação do governo, também mostram resultados interessantes. Com relação aos partidos, a maior escolaridade está acompanhada de uma melhor apreciação ao considerar que estes defendem os interesses do cidadão, e que facilitam a participação da cidadania na política. Ao contrário, a maior escolaridade está associada a uma avaliação negativa dos deputados, senadores e do governo. Aqui, observa-se claramente que a maior escolaridade derruba a adesão acrítica às instituições legislativas e ao governo, e legitima a existência dos partidos (ver Tabelas 9 a 11).

¹⁴ Referência a Piaget.

Tabela 8
Relação entre escolaridade e a opinião sobre a existência de democracia no México

Escolaridade	Existe	Não Existe	Algumas Vezes	Não Sabe	Não respondeu	Total
Até 5 anos	7.224 63,9	500 4,4	992 8,8	2.431 21,5	159 1,4	11.305 41,1
Primário completo	3.693 69,5	345 6,5	411 7,7	862 16,2	2 0,0	5.312 19,3
Secundário incompleto	1.309 69,5	90 5,5	103 6,3	147 8,9		1.650 6,0
Secundário completo	2.424 69,1	454 13,0	457 13,0	163 4,6	8 0,2	3.505 12,7
Bacharelado incompleto	718 70,7	62 6,1	209 20,6	24 2,3	3 0,3	1.015 3,7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.953 67,3	414 14,3	425 14,7	108 3,7	2 0,1	2.902 10,5
Educação Superior ou mais	922 50,2	506 27,5	402 21,9	7 0,4		1.837 6,7
Não Sabe	6 100,0					6 0,0
Total das colunas	18.248 66,3	2.372 8,6	2.998 10,9	3.742 13,6	173 0,6	27.533 100,0

Tabela 9
Relação entre escolaridade e a opinião sobre se os partidos facilitam ou dificultam a participação dos cidadãos na política.

Escolaridade	Facilitam	Dificultam	Não Sabe	Não respondeu	Total
Até 5 anos	4.950 43,8	2.693 23,8	3.422 30,3	240 2,1	11.305 41,1
Primário completo	2.610 49,1	1.724 32,5	970 18,3	8 0,2	5.312 19,3
Secundário incompleto	1.130 68,5	384 23,3	133 8,1	3 0,2	1.650 6,0
Secundário completo	2.010 57,3	885 25,3	419 11,9	192 5,5	3.505 12,7
Bacharelado incompleto	665 65,5	310 30,5	11 1,1	29 2,8	1.015 3,7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.819 62,7	930 32,1	137 4,7	16 0,6	2.902 10,5
Educação Superior ou mais	1.355 73,8	430 23,4	18 1,0	34 1,8	1.837 6,7
Não Sabe		4 75,2	1 24,8		6 0,0
Total das colunas	14.539 52,8	7.361 26,7	5.111 18,6	522 1,9	27.533 100,0

Acreditamos que o conjunto de respostas dos entrevistados com alta escolaridade possa ser interpretado como um repúdio ao sistema atual e um apoio ao sistema de partidos relacionado com alguma coisa diferente, talvez com alguma alternativa. O caso contrário seriam os grupos com baixa escolaridade que apresentam a pauta oposta, uma aprovação maior dos legisladores e do governo, e uma maior aprovação dos partidos, uma mais conservadora em relação à ordem atual. As freqüências de respostas “não sabe” contribuem para esta interpretação.

4. Com os dados anteriores podemos constatar a existência de três públicos ligados ao nível de escolaridade. Os três públicos compartilham um núcleo básico de valores patrióticos que os iguala como membros de uma mesma comunidade política, que expressa-se nesse consenso básico, junto ao qual existe, como um dado generalizado, um cinismo político que a escolaridade não consegue quebrar. No primeiro público, a cultura política aponta para uma concepção da política como alguma coisa alheia ao indivíduo, à qual transcende, que não entende e que se expressa em um “não sabe” generalizado. No segundo público, vemos que participa de forma heterônoma, sem capacidade crítica sobre a política, e que tem uma adesão passiva ao regime. No terceiro público, os entrevistados participam criticamente, com capacidade de conceituar e com informação sobre os eventos e personagens políticos. O primeiro público é relacionado com a baixa escolaridade, o segundo, com uma escolaridade intermediária, entre primária completa e secundária, e o terceiro, com a alta escolaridade, bacharelado ou mais. Não é demais ressaltar que estas relações escondem a presença de outras variáveis, como o tamanho da localidade associada a sistemas políticos patrimoniais, muito autoritários e marcados pelo caciquismo, que incidem sobre a heteronomia dos indivíduos, assim como instituições centrais mais tradicionais, como a família ou a religião.

A relação entre a escolaridade e os valores políticos mostra resultados que reforçam nossa hipótese de que a escolaridade nos seus primeiros níveis parece favorecer uma cultura autoritária como produto da socialização. Os indicadores de adesão democrática possibilita evidenciar o que dissemos anteriormente.

Os resultados apresentados na Tabela 12 indicam que a relação entre a escolaridade e a adesão democrática não é linear. Nos primeiros níveis encontramos um predomínio de respostas “não sabe”, mas nos níveis correspondentes à escolaridade primária e a secundária, o “não sabe” diminui e aumentam as respostas contrárias à democracia. Já nos níveis de alta escolaridade, claramente há uma predominância da adesão democrática, e a partir do bacharelado é possível dizer que existe um consenso democrático¹⁵.

¹⁵ FLISFISH, 1987, p. 99-126. O autor define o consenso democrático quando os indicadores positivos de adesão democrática representam entre 100% e 74% das respostas. Chama de dissenso democrático

Tabela 10
Relação entre escolaridade e a opinião sobre o trabalho de senadores e deputados

Escolaridade	Excelente ou bom	Regular	Ruim ou péssimo	NS/NR	Total
Até 5 anos	5.368 45,2	3.444 43,3	1.397 38,0	2.537 65,2	12.747 46,5
Primário completo	2.420 20,4	1.904 23,9	611 16,6	916 23,5	5.850 21,3
Secundário incompleto	662 5,6	428 5,4	136 3,7	130 3,3	1.355 4,9
Secundário completo	1.406 11,8	911 11,5	468 12,7	251 6,4	3.037 11,1
Bacharelado incompleto	389 3,3	315 4,0	118 3,2	6 0,1	828 3,0
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.095 9,7	494 6,2	571 15,5	35 0,9	2.195 8,0
Educação Superior ou mais	545 4,6	457 5,7	379 10,3	18 0,5	1.399 5,1
Não Sabe	4 0,0			1 0,0	6 0,0
Total das colunas	11.889 43,4	7.952 29,0	3.681 13,4	3.894 14,2	27.417 100,0

quando as porcentagens oscilam entre 75% e 60%, dissenso quando estão entre 60% e 40%, dissenso autoritário, entre 40% e 25% e consenso autoritário entre 25% e 0% das respostas.

Tabela 11
Relação entre escolaridade e a opinião sobre quais interesses são favorecidos pela atuação do governo

Escolaridade	Interesses de toda a população	Interesses de poucos	Não Sabe	Não respondeu	Total
Até 5 anos	7.265 64,3	3.093 27,4	863 7,6	84 0,7	11.305 41,1
Primário completo	3.584 67,5	1.463 27,5	262 4,9	4 0,1	5.312 19,3
Secundário incompleto	1.014 61,5	616 37,3	20 1,2	1 0,0	1.650 6,0
Secundário completo	1.845 52,6	1.411 40,2	197 5,6	52 1,5	3.505 12,7
Bacharelado incompleto	453 44,7	488 48,1	67 6,6	7 0,7	1.015 3,7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.266 43,6	1.570 54,1	58 2,0	9 0,3	2.902 10,5
Educação Superior ou mais	720 39,2	1.095 59,6	20 1,1	2 0,1	1.837 6,7
Não Sabe	4 75,2	1 24,8			6 0,0
Total das colunas	16.153 58,7	9.736 35,4	1.486 5,4	158 0,6	27.533 100,0

Tabela 12
Relação entre Escolaridade e adesão democrática (% dos que concordam) (n/%)

Escolaridade	1	2	3	Não Sabe	Não respondeu	Total
Até 5 anos	4.469 39,5	880 7,8	1.534 13,6	4.066 36,0	356 3,1	11.305 41,1
Primário completo	2.454 46,2	629 11,8	971 18,3	1.179 22,2	80 1,5	5.312 19,3
Secundário incompleto	867 52,5	165 10,0	451 27,3	138 8,4	29 1,8	1.650 6,0
Secundário completo	2.094 59,8	722 20,6	340 9,7	337 9,6	11 0,3	3.505 12,7
Bacharelado incompleto	808 79,6	83 8,2	87 8,6	36 3,5	1 0,1	1.015 3,7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	2.259 77,8	159 5,5	366 12,6	37 1,3	81 2,8	2.902 10,5
Educação Superior ou mais	1.545 84,1	104 5,6	146 7,9	16 0,9	26 1,4	1.837 6,7
Não Sabe	1 24,8			4 75,2		6 0,0
Total das colunas	14.499 52,7	2.741 10,0	3.895 14,1	5.814 21,1	585 2,1	27.533 100,0

Afirmações analisadas: 1. A democracia sempre é melhor que qualquer outra forma de governo. 2. Em certas circunstâncias é melhor uma ditadura que uma democracia. 3. Da no mesmo se o governo é uma democracia ou uma ditadura.

Este achado se reproduz nos vários indicadores: o primeiro indicador diz “A democracia sempre é melhor que qualquer outra forma de governo” contra “Em certas condições é melhor uma ditadura que uma democracia” ou “é igual se o governo é uma democracia ou uma ditadura”. As respostas se dirigem na direção já indicada: com a escolaridade aumenta a porcentagem de respostas favoráveis à democracia, mas como já indicamos, nos níveis baixos até a secundária, as respostas negativas se elevam até atingir 30% do total, para depois diminuir drasticamente. Ou seja, a falta de escolaridade parece marginalizar o indivíduo da política; a baixa escolaridade associa-se a um aumento da adesão democrática, mas também da autoritária, gerando clientelas para governos duros. No segundo indicador “A democracia é perigosa porque pode provocar desordens”, encontramos a mesma relação não-linear: os que estão muito de acordo, - indicador negativo à democracia -, elevam-se até atingir o máximo entre os que têm escolaridade secundária completa, para depois diminuir. Neste indicador, ao contrário do anterior, não ocorrem consensos democráticos em qualquer nível. Inclusive no nível de educação superior, a porcentagem ultrapassa por muito pouco 50%. Se somarmos as repostas “muito de acordo” e “pouco de acordo”, por uma parte; e “pouco desacordo” e “muito desacordo”, pela outra, observamos que até a escolaridade secundária completa, as respostas negativas são muito superiores às positivas.

Parece evidente que, em termos gerais, a adesão democrática no México ainda é pobre, e é difícil pensar que tenha mudado significativamente nos últimos dois anos. Também é evidente que a escolaridade somente se associa de forma nítida com a democracia a partir do bacharelado. Nos níveis anteriores, e uma vez superada a não participação (os “não sabem”) seu efeito sobre a adesão democrática parece se dividir, polarizar-se, aparecendo setores claramente autoritários ou antidemocráticos¹⁶.

Em relação ao valor da tolerância temos indicadores que aparecem na Tabela 13. Em geral, observamos um efeito positivo da escolaridade quando se perguntou a opinião dos entrevistados sobre as seguintes situações: “Em nosso país existem pessoas que pensam com idéias diferentes da maioria da população. Segundo sua opinião estas pessoas: 1. Devem obedecer à vontade da maioria, deixando de lado suas idéias; 2. Podem ter suas idéias, desde que não tentem convencer os outros; 3. Podem ter suas idéias e tentar convencer os outros”.

¹⁶ Para uma análise mais ampla do lema da adesão democrática consultar MARTINS; DURAND, 1995, p. 309-340.

Tabela 13
Relação entre escolaridade e tolerância I
(% dos que concordam) (n/%)

Escolaridade	1	2	3	Não Sabe	Não respondeu	Total
Até 5 anos	1.808 16,0	4.462 39,5	2.165 19,2	2.271 20,1	599 5,3	11.305 41,1
Primário completo	382 7,2	2.809 52,9	1.139 21,4	936 17,6	47 9	5.312 19,3
Secundário incompleto	397 24,1	854 51,7	266 16,1	70 4,2	63 3,8	1.650 6,0
Secundário completo	448 12,8	2.299 65,6	712 20,3	47 1,3		3.505 12,7
Bacharelado incompleto	80 7,8	630 62,0	295 29,0	2 0,1	10 1,0	1.015 3,7
Bacharelado completo e Ensino Técnico	322 11,1	1.770 61,0	752 25,9	53 1,8	5 2,0	2.902 10,5
Educação Superior ou mais	145 7,9	916 49,9	772 42,0		4 2,0	1.837 6,7
Não Sabe		1 24,8		4 75,2		6 0,0
Total das colunas	3.581 13,0	13.741 49,9	6.101 22,2	3.383 12,3	727 2,6	27.533 100,0

Afirmações analisadas:

As pessoas com diferentes idéias devem:

1. Obedecer à vontade da maioria deixando de lado suas idéias;
2. Podem ter suas idéias, mas que não tentem convencer os demais;
3. Podem ter suas idéias e tentar convencer os demais.

Tabela 14
Relação entre Escolaridade e tolerância II
(% dos que concordam) (n/%)

Escolaridade	Afirmações*			
	1	2	3	4
Até 5 anos	8.783 77,7	3.348 29,6	853 7,5	4.267 37,8
Primário completo	3.742 70,4	1912 36,0	362 6,8	1.659 31,2
Secundário incompleto	875 53,0	359 21,8	145 8,8	526 31,9
Secundário completo	1.473 42,0	921 26,3	232 6,6	1.312 37,4
Bacharelado incompleto	449 44,3	298 29,4	52 5,1	306 30,1
Bacharelado completo e Ensino Técnico	991 34,1	1.089 37,5	326 11,2	897 30,9
Educação Superior ou mais	262 14,3	1.052 57,3	310 16,9	784 42,7
Não Sabe	4 75,2			
Total das colunas	16.580 60,2	8.980 32,6	2.280 8,3	9.750 35,4

* Afirmações analisadas:

1. A mulher deve cuidar de sua casa;
2. Os homossexuais devem ser aceitos como qualquer pessoa;
3. Deve ser permitido o aborto a toda mulher que queira fazê-lo;
4. A pena de morte é a solução para combater crimes graves.

Encontramos que somente 22,2% da amostra escolheram a terceira alternativa como sua resposta, representando uma média baixa de tolerância privada¹⁷, ou seja, que cada um pode pensar o que quiser enquanto não expresse seu pensamento; e somente 13% opinaram que as minorias devem obedecer às majorias, deixando de lado suas idéias. Entre os que escolheram a opção tolerante, há uma nítida influência da escolaridade, pois esta resposta aumenta notoriamente com a escolaridade. Neste caso, a não linearidade das respostas dificilmente é imputável aos diferentes níveis, mais parece antes estar refletindo o efeito de outras variáveis, como talvez o tamanho da localidade ou alguma outra variável que não podemos determinar neste trabalho.

A pesquisa incluiu outros indicadores sobre tolerância referidos às relações sociais, à aceitação ou rejeição de certos grupos ou papéis sociais, que nós achamos interessante incluir neste trabalho. Segundo os dados que aparecem na Tabela 14, a média dos que estão de muito acordo com o papel da mulher em casa é de 60%, contra 15% dos que o rejeitam radicalmente. De uma forma sistemática e linear, a escolaridade diminui as respostas não tolerantes e eleva as tolerantes. Curiosamente, as não-respostas nestes casos são muito baixas, fazendo parecer que no terreno do social as pessoas se sentem mais seguras e participam mais expressando sua opinião. Apesar dos dados em geral positivos, é necessário enfatizar que ainda dentre os entrevistados com escolaridade correspondente à educação superior, os que rejeitam taxativamente esse papel da mulher apenas superam 50%, dando clara evidência da existência de outras variáveis, ou de outros agentes socializadores que impedem maiores níveis de tolerância. As outras proposições foram: “Os homossexuais são pessoas que devem ser aceitas como qualquer outra pessoa”; “Deve-se permitir o aborto a toda mulher que deseje fazê-lo”; “A pena de morte não é a solução para combater crimes graves”. As respostas mantêm a mesma tendência que a referente ao papel da mulher, mas no caso das duas últimas, a influência da escolaridade é muito pobre; tanto o aborto como a pena de morte são dois temas que polarizam e nitidamente enfrentam setores da sociedade independentemente da sua escolaridade, ou seja, são temas nos quais a tolerância parece que não funciona, pois enfrentam definições morais excludentes e muito arraigadas.

¹⁷ Utilizamos os termos público e privado somente para diferenciar o ato de pensar e de se expressar. A diferença apenas descritiva serve para ver a importância da intolerância extrema daqueles que pensam que não se deve, nem sequer, pensar diferente, uma espécie de tentativa de cancelar a subjetividade.

Tabela 15
Relação entre escolaridade e os direitos do governo
(% dos que concordam) (n/%)

Escolaridade	Direitos*			
	1	2	3	4
Até 5 anos	3.929	2.452	1.555	2.711
	34,8	21,7	13,8	24,0
Primário completo	1.884	1.352	959	1.504
	35,5	25,4	18,1	28,3
Secundário incompleto	492	341	389	326
	29,8	20,7	23,5	19,8
Secundário completo	1.320	575	427	694
	37,7	16,4	12,2	19,8
Bacharelado incompleto	293	144	54	161
	28,9	14,2	5,3	15,8
Bacharelado completo e Ensino Técnico	1.211	647	577	110
	41,7	22,3	19,9	3,8
Educação Superior ou mais	510	145	44	58
	27,8	7,9	2,4	3,2
Total das colunas	9.639	5.655	4.005	5.564
	35,0	20,5	14,5	20,2

* Direitos analisados:

1. Proibir greves.
2. Proibir partidos políticos.
3. Censurar meios de comunicação.
4. Mudar resultados eleitorais.

Os indicadores sobre a tolerância que temos revisado indicam outro traço do autoritarismo da cultura política, qual seja, a falta de capacidade de aceitar o diferente, de incluir como algo normal o conflito e a dissidência. A falta de tolerância associa-se às lealdades primárias, à idéia de comunidades excludentes, e evidencia a baixa reflexividade.

Finalmente, queremos apresentar os resultados relacionados à oposição entre os direitos dos cidadãos e os do governo, e a sua relação com a escolaridade dos entrevistados. Já mencionamos anteriormente que a maioria dos entrevistados indicou uma forte preferência pelo estatismo, frente a posições liberais ou individualistas. Agora, veremos este tema com um pouco mais de atenção. Perguntou-se aos entrevistados se “o governo do México deve ou não ter direito de: a) Proibir greves, b) Proibir a existência de algum partido político, c) Censurar jornais, TV e rádio e, d) Modificar os resultados eleitorais”. Os resultados são surpreendentes: 35% pensam que o governo deve ter direito de proibir greves,

20,5%, de proibir algum partido político, 14%, de censurar os meios de comunicação e, 20,2%, de mudar os resultados eleitorais. Existe um setor importante da sociedade que pensa que os direitos do governo podem estar acima dos direitos dos cidadãos; se a este setor adicionarmos os que responderam “não sabe”, portanto sem noção do estado de direito, estamos falando de 25% a 40% dos entrevistados. A escolaridade apresenta um efeito positivo fortalecendo a afirmação dos direitos dos cidadãos em relação ao governo.

A informação que apresentamos sobre a relação entre a escolaridade e a cultura política nos leva a algumas conclusões. Em primeiro lugar, a cultura política dos mexicanos tem uma nítida conotação autoritária, evidente nos públicos que mostram opiniões contrárias à democracia, em geral acríicas, e que constituem a maioria da população com mais de 18 anos. Somente um público pequeno mostra uma cultura política cívica, com capacidade de pensar e decidir suas ações de maneira informada. Esta constatação coloca em evidência o enorme trabalho para obter novos consensos democráticos.

Em segundo lugar, pudemos constatar que por trás das diferenças existe um consenso que aglutina a maioria dos mexicanos, que os une em torno dos símbolos patrióticos formando uma nítida identidade patriótica. Sem dúvida, nesta base existem aspectos como o estatismo e o cinismo político, sustentados por elementos afetivos que devem ser superados, como propõem os críticos do nacionalismo e os intelectuais que estão reinterprestando nossa história. Ou seja, dentro do núcleo básico pareceria existir uma série de valores autoritários compartilhados por todos os mexicanos, que se colocam como obstáculos para uma nova cultura democrática.

Em terceiro lugar, vimos que o efeito da educação na definição da cultura política é complexo. Parece pobre no que se refere aos seus aspectos afetivos, à definição do núcleo básico, quando parece desempenhar uma função de reforço nessa identidade; encontramos um efeito não linear da escolaridade no referente ao aspecto de avaliação e à conformação dos valores democráticos; mas é fundamental na definição da dimensão cognoscitiva, o fato de dar ao indivíduo a capacidade de conceituar a política, de pensar sobre ela e, portanto, atuar racionalmente.

Em quarto lugar, a informação apresentada parece indicar que a dimensão cognoscitiva é a base para a construção do novo consenso democrático, pois somente a crítica pessoal, o exercício da autonomia, possibilita a mudança de valores através da reflexividade dos atores. Os dados indicam que a socialização de valores, sem a capacidade crítica, conduz a resultados pouco satisfatórios, quando não negativos, como vemos nas imagens falsas sobre a existência da democracia no México.

Em quinto lugar, vimos que os efeitos da educação sobre a capacidade crítica, a possibilidade de conceituar, parece ser adquirida de forma ampla a partir dos estudos de bacharelado. Parece ser demasiado tarde ou, ao menos, parece que durante a educação primária e a secundária perde-se tempo para atingir esse propósito. Não há dúvida de que a capacidade de pensar, o adestramento no manejo do pensamento abstrato, devam ser transmitidos aos alunos em etapas anteriores ao bacharelado. A educação deve cumprir um papel mais significativo do que o atualmente desempenhado.

Concluindo, podemos afirmar que o sistema educativo mexicano, em especial o ciclo básico, tem sido uma fonte de transmissão da cultura política autoritária, tem realizado os objetivos ideológicos dos governos pós-revolucionários, em especial a partir dos anos vinte. A velha coerência entre os valores autoritários, entre a ambigüidade do formal e do real, e a capacidade crítica submetida ao pensamento pós-revolucionário, deve dar lugar a uma nova coerência, sem ambigüidades entre o formal e o real, onde a socialização que transmite a educação pública deve mudar seu conteúdo. A democratização do país implica uma transformação do sistema educativo e uma mudança nos valores que se transmitem para os alunos.

A educação e os valores no novo contexto

Sob o ponto de vista da cultura política, não parece problemático destacar quais são os valores políticos que deveriam ser impulsionados pelo sistema educativo. Na análise que realizamos no item anterior tais valores estão implícitos na comparação entre o autoritarismo e a democracia. A tolerância, a adesão democrática, a confiança interpessoal e nas instituições políticas; a eficiência ou a competência do indivíduo na participação, a afeição aos valores patrióticos, o patriotismo e a geração de uma identidade nacional; a aceitação do conflito como algo natural que pode ser resolvido de acordo a regras pré-determinadas, a adesão ao estado de direito, em especial pelos direitos humanos, etc. o problema é saber se com essa indicação é suficiente. Acreditamos que não. Já vimos que a relação entre educação, medida pela escolaridade e a cultura política é complicada, que se afasta muito de uma relação linear. Vimos também que as diferentes dimensões do processo educativo e da própria cultura política dão lugar a processos específicos que podem ser complementares, embora também opostos. Ainda no plano dos valores, devemos nos perguntar se é suficiente impulsionar o desenvolvimento da democracia liberal, com seu inevitável individualismo, ou se, pelo contrário, deve-se insistir na democracia social, na solidariedade, na necessidade de que o

desenvolvimento social seja uma meta da sociedade e não do Estado ou do governo: podemos construir uma comunidade na qual a fraternidade não seja vítima da liberdade e da igualdade no sentido jurídico, como cidadãos iguais perante a lei?

Devemos partir do fato de que os valores não têm validade fora da sociedade na qual funcionam como regras de conduta, portanto não têm sustentação transcendental e não são universais, a menos no caso em que realmente funcionem em todas as sociedades por vontade das mesmas (OLIVÉ, 1995). Trata-se portanto, de construir, de criar os consensos sociais para a sua aceitação e funcionamento e para isto não existe outra possibilidade a não ser a interação dialógica. Não se trata somente de socializarmos valores, e sim de aprender a utilizá-los criticamente.

O uso dos valores como regra é sempre reflexivo, os indivíduos monitoram sua ação, decidem qual regra utilizar e quando fazê-lo. A reflexividade é indissociável da ação social e isto faz com que os indivíduos sejam competentes para interagir no seu meio. Assim os valores não são regras fixas, como as do jogo de xadrez; são como fórmulas que têm que se esclarecer em cada caso. Isto é válido também para aqueles valores prescritivos, como não matar; a menos que seja em defesa própria, e assim deverá esclarecer-se que é em defesa própria. No caso dos valores relacionados com a vida pública e com a política, isto vale com maior força. Vamos exemplificar isto com alguns valores políticos centrais, como a tolerância, a justiça e a democracia.

A tolerância surge face a problemas de opinião e vige necessariamente nos espaços da subjetividade. Há que se tolerar que os outros opinem de forma diferente, mas, até que ponto? É comum ouvirmos que só não devemos tolerar os intolerantes; mas o quê devemos tolerar, então? Somente os que estejam mais ou menos de acordo conosco. O problema é mais complicado. Andre Comte-Sponville (1995) diz que a Bíblia não é demonstrável ou comprovável, por isso acredita-se nela ou tolera-se que se acredite nela; mas se toleramos que se acredite na Bíblia, embora não acreditemos, porque não tolerar que se acredite em “Minha Luta” de Hitler, e portanto no fascismo e na tortura? É óbvio que a tolerância universal seria um desastre, deixaria as vítimas à sua própria sorte, seria a tolerância das atrocidades. Assim, levar a tolerância ao extremo implica sua negação. Portanto, somente tem validade dentro de certos limites, os quais estão afixados pela defesa dos consensos básicos. Por exemplo, pode-se tolerar os intolerantes com a democracia, sempre que não coloquem perigo ao regime; entretanto se o fizerem, devem ser combatidos.

A tolerância não é passividade, assim como a democracia não é fragilidade. A tolerância é uma sabedoria que supera ao fanatismo, esse “terrível amor pela verdade”. Ama-se a verdade sem fanatismos quando reconhecemos que nunca é absoluta, que nunca se pode forçar ninguém a aceitá-la contra sua vontade, quando se sabe distinguir entre a verdade e o valor, entre o verdadeiro e o bem. Mesmo se tivéssemos acesso à verdade absoluta, isso não nos outorgaria o direito de forçar ninguém a respeitar os mesmos valores, nem por conseguinte a viver da mesma forma. Como diz nosso autor: “Sem considerar que às vezes é necessário tolerar o que não se quer nem se ama, a falta de respeito nem sempre é uma falha, longe disso, e certos ódios estão bem próximos de ser virtudes. Há o intolerável que tem que ser combatido, mas também há o tolerável, que é assim mesmo desprezível e detestável. A tolerância diz tudo isso ou pelo menos o autoriza” (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 189). Destarte, a tolerância não é nada automática, exige critério para sua aplicação, exige uma monitoração para saber quando é conveniente e quando não o é; a tolerância sem critério é passividade.

O mesmo ocorre com a justiça. A justiça tem dois sentidos: como conformidade ao direito e como igualdade ou proporção. No primeiro caso a lei é a lei, seja ela justa ou não. Mas se ela não for justa, então nos remete ao segundo sentido. Já não se trata de uma justiça como fato (a legalidade), e sim como valor (a igualdade, a equidade) ou virtude. Este segundo enfoque relaciona-se mais à moral do que ao direito. Quando a lei é injusta tem que ser combatida e, ainda, pode ser justo às vezes desobedecê-la. “...a moral vem antes, a justiça vem antes, ao menos quando trata-se do essencial: a liberdade de todos, a dignidade de cada um e os direitos, em primeiro lugar” (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 74). Da mesma forma, para ser justo requer-se critério, refletir sobre a situação, ninguém é justo de maneira mecânica.

Finalmente, sobre a democracia, e para não nos prolongarmos em demasia, pode-se afirmar que ser democrata, amar a democracia, requer como elemento central, como diz Adam Przeworski, amar a incerteza, aceitar a existência do conflito entre as pessoas e entre as partes da sociedade; é aceitar que o conflito tem múltiplos desfechos, é aceitar a ambigüidade. É pois, uma forma de interagir na qual é necessário pensar, estar disposto a mudar, etc.

O fundamental na educação de valores políticos é ensinar a refletir, a pensar, e assim contribuir para que o indivíduo seja autônomo e livre.

Agora, pensar e ser autônomo é fundamental para criar consensos ativos, nos quais o indivíduo seja importante e possa escolher; mas isso não significa que estejam assegurados os novos valores que devem reger a nossa sociedade; estes não são produtos simples da razão, são uma construção social e esta opera em determinadas condições.

Na atualidade, essas condições estão determinadas pela problemática que apresentamos nos primeiros itens. Vimos que na globalização parecem ser promovidos certos valores contraditórios. De um lado, o individualismo extremo, a supremacia do egoísmo, são levados como a pedra de toque da construção social, sua participação no mercado é o meio da construção de uma ordem social racional. Ao lado disto, defende-se os valores clássicos do liberalismo, o estado de direito e a democracia limitada, ou seja, separada da administração pública. Elege-se governantes, que podem ser trocados na eleição seguinte, mas não se deve participar na tomada de decisões. De outro lado, setores públicos e privados promovem os valores coletivos como a paz, o respeito pela ecologia e o desenvolvimento sustentável, a solidariedade com os mais pobres, o respeito aos direitos das comunidades, o estabelecimento de regimes democráticos mais participativos, o estabelecimento de sistemas políticos que incluam as autonomias, com uma reforma do estado que possibilite sua politização, ou seja, a participação da sociedade na tomada de decisões e na administração dos recursos públicos.

Em cada sociedade estes valores políticos não são totalmente novos, alguns se ancoram em velhas tradições que têm sido marginalizadas por décadas, ou ainda por séculos, como é o caso dos governos indígenas agora colocados na ordem do dia da globalização pelo movimento do EZLN. O trabalho de Fukuyama (1996) tem mostrado que as sociedades têm diferentes regimes de confiança através dos quais se constroem organizações sociais e formas de organização empresarial. Aqui está a importância do particular, do local e da sua articulação com o restante do mundo. A inserção no mundo globalizado realiza-se em cada caso partindo dessas tradições e desses valores fortemente consolidados, como os valores nacionais, os valores étnicos, os regimes de confiança, as ideologias nacionalistas ou os valores religiosos, e uma adoção ativa dos novos valores do mundo internacionalizado.

Mas, a formação dos novos consensos não será o produto de políticas públicas unilaterais, ou da imposição de alguma classe ou grupo social. Sem dúvida, será o produto de uma luta entre os atores ou as correntes que preconizam os diferentes valores, através da negociação, dos acordos, dos pactos.

A imposição de valores à sociedade no passado, como a crença liberal no século XVIII ou o nacionalismo revolucionário na época pós-revolucionária somente criaram culturas sobrepostas. O fracasso do liberalismo no México e, talvez, o caso mais evidente¹⁸, mas o mesmo pode se afirmar sobre a crença democrática na Constituição de 1917 e a realidade autoritária do regime pós-revolucionário. Não se trata de uma modernização à força, como tentaram fazer os três últimos governos,

¹⁸ A literatura em relação a isto é muito ampla, mas pode se consultar o trabalho de GUERRA, 1993, ou o trabalho de CARNAGNANI, 1988. A finalização da "segunda conquista", é especialmente reveladora do que ocorreu.

forçando a população a assumir os “novos e verdadeiros” valores. Pelo contrário, trata-se de construir uma nova ordem social, recuperando suas raízes mais profundas e fundindo-as com os valores democráticos e solidários, com os requerimentos de eficiência e competitividade próprios do mundo atual. Esta tarefa é própria de todos os setores sociais, não somente daqueles que já têm iniciado a luta contra a velha ordem, como os intelectuais, que denunciam o caráter autoritário do nacionalismo mexicano, dos diferentes movimentos sociais que têm brigado pela modificação da realidade em determinados âmbitos, ou os partidos políticos engajados na democratização do sistema político mexicano e, por suposto, pelos grupos governantes.

Neste contexto, as instituições educativas, da mesma forma que outras instituições, como os meios de comunicação de massas, aparecem como espaços privilegiados dessa luta, na qual ocorrerá o enfrentamento não somente dos atores internos, como também de grupos de professores, sindicatos e autoridades governamentais, mas também de outras instituições como as igrejas, os grupos empresariais, os partidos políticos e as organizações sociais, interessadas em que os seus valores alcancem primazia nos processos educativos, que sejam esses valores e não outros os que dêem conteúdo aos processos de socialização.

Já mostramos que preservar a atual estrutura e conteúdo significa reproduzir o autoritarismo do sistema político e da cultura política dos mexicanos. Deve ocorrer a transformação para que as novas gerações sejam socializadas com novos valores, dentre os quais se deva conseguir uma nova coerência entre o real e o normativo, colocar um fim à ambigüidade entre o formal e o operante. Os valores como a tolerância, a justiça, a democracia, e a solidariedade devem ser acompanhados pela formação crítica, para que o aluno consiga discernir se existem ou não, se estão sendo violados ou se são cumpridos, e sobretudo, que são direitos da população, de todos os cidadãos e comunidades, e que é dever deles reclamar seu cumprimento como parte de uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, G; VERBA, S. *The civic culture*. Princeton, NY: Princeton University Press, 1963.
- CARNAGNANI, M. *El regreso de los dioses, el proceso de reconstrucción de la identidad étnica en Caxaca*. México: FCE, 1988.
- CASTELLS, M. El comienzo de la história. *El socialismo del futuro*, Madrid, v. 1, n. 2, p. 65-75, 1990.
- COMTE-SPONVILLE, A. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martin Fontes, 1995.
- CRAIG, A. L.; CORNELIUS, W. A. Political culture in México: continuities an revisionist, Interpretation. In: ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The civic culture revisited*. Boston: Little, Brown and Company, 1980, p. 325-394.
- FIORI, J. L. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 43, p. 169, novembro 1995.
- FLISFISH, A. Consenso democrático en el Chile autoritário. In: LECHNER, N. (comp.). *Cultura política y democratización*. Santiago, Chile: FLACSO, 1987, p. 99-126.
- FUKUYAMA, F. Capital social e economia global. *Este País*, México, n. 59, fevereiro 1996.
- GUERRA, X. F. *México: del antiguo régimen a la revolución mexicana*. México: FCE, 1993.
- HUNTINGTON, S. P. *A terceira onda, a democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- INGLEHART, R. Democratização em perspectiva global. *Opinião Pública*, São Paulo, Cesop Unicamp, v. 1, n. 1, p. 9-42, Julho/Agosto 1993.
- INGLEHART, R.; BAZAÑES, M.; NEVIT, N. *Convergencia en Norte America, comercio, política y cultura*. México: Siglo XXI, 1994.
- LIPSET, S. M. Reconsideración de los requisitos sociales de la democracia. *Este País*, n. 50, p. 2-18, maio 1995.
- LOMNITZ, L.; COLEMAN, K. M.; DAVIS, C. L. Political and culture in México. In: BARNES, S. H. (ed.). *Politics and culture series*. Center for Political Studies, The University of Michigan, 1988.

MARTINS, M. S.; DURAND, V. M. La acción colectiva y su papel contradictorio en la construcción de la ciudadanía en México. *Estudios Sociológicos*, México, CES-COLMEX, n. 38, p. 309-340, 1995.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais. *Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, n. 17, junho 1989.

MOSTERIN, J. *Grandeza y miseria de la filosofía analítica*. 1995. Palestra apresentada no Seminário em Homenagem a Fernando Salmeron, Faculdade de Filosofia e Letras, Instituto de Pesquisas Filosóficas, UNAM, p. 2, noviembre 1995.

NELSON, J. The politics of long-haul economic reforms. In: NELSON, J. et al. *Fragile coalitions: the politics of economic adjustment*. Oxford: Transaction books, 1989, p. 3-36.

O'DONNELL, G. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 36, p. 123-146, 1993.

OLIVÉ, L. *Multiculturalismo: ni universalismo, ni relativismo*. 1995. Palestra apresentada ao Seminário em Homenagem a Fernando Salmerón. Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Investigaciones Filosóficas, UNAM, noviembre 1995.

SMITH, M. Educación y cultura política: análisis de una relación. IISUNAM-CISE, 1995. *mimeo*.

TORRES, E. La democracia latinoamericana en le fragua. *Modernización Económica, democracia política y democracia social*, México, CES-COLMEX, p. 163-176, 1993.

WEFFORT, F. Novas democracias que democracias?. *Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, 1992.

WHITEHEAD, J. The political management of economic adjustment and reforms. In: NELSON, J. et al. *Fragile coalitions: the politics of economic adjustment*. Oxford: Transaction books, 1989.

WILLIAMSON, L. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, L. *Latin American adjustment, how much has happened?* Washington: Institute for International Economics, 1990.

Recebido para publicação em março de 1997.

Tradução de Elsa G. Schusterman Cencig.

*Estratégias de persuasão eleitoral:
uma proposta metodológica para o estudo
da propaganda eleitoral*

Marcus Figueiredo

Professor Adjunto do IUPERJ

Alessandra Aldé

Doutoranda pelo IUPERJ

Heloísa Dias

Doutoranda pelo IUPERJ

Vladimir L. Jorge

Doutorando pelo IUPERJ

Resumo

Este artigo analisa as estratégias de persuasão eleitoral utilizadas nas campanhas para as prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo em 1996.

Palavras-chave: campanha eleitoral, estratégia de comunicação, propaganda política.

Abstract

This article analyses the strategies of electoral persuasion used in the campaigns for the Mayors of Rio de Janeiro and São Paulo in 1996.

Keywords: electoral campaign, communication strategies, political advertising.

Introdução: por quê estudar campanhas eleitorais

"In both pragmatic and symbolic terms, campaigns are a microcosm that reflects and shapes a nation's social, economic, cultural, and, of course, political life".

(MANCINI & SWANSON, 1996, p. 1)

Esta epígrafe sugere que no estudo das campanhas eleitorais podemos encontrar as razões que levam os eleitores a escolherem ou rejeitarem candidatos, tendo como referência o estado geral de uma sociedade, tal como as campanhas o interpretam e apresentam para o público eleitor. As campanhas dialogam com o eleitor com o objetivo de persuadi-lo a votar em determinado candidato e rejeitar seus adversários. Neste sentido, a explicação do resultado eleitoral observado passa, necessariamente, pela análise do debate que as campanhas travam entre si.

O trabalho que apresentamos é uma tentativa de inovar a pesquisa sobre processos eleitorais, tomando como foco a estratégia de candidatos a cargos majoritários, e nesta, mais especificamente, a sua estratégia de persuasão do eleitor, principal objetivo de uma campanha eleitoral.

Tivemos vários motivos para abrir uma nova linha de pesquisa. Dentre elas, a maior motivação foi o fato de não termos, no Brasil, uma tradição de estudos de campanhas como uma variável fundamental na explicação final do processo eleitoral e dos seus resultados. São muitas as perguntas que estão sem uma boa resposta: por quê alguns candidatos desconhecidos do eleitorado empolgam e até ganham eleições? Por quê outros, conhecidos e bem avaliados, perdem eleições? Por quê o Dr. Enéas foi o terceiro candidato mais votado em 1994, deixando para trás políticos históricos como Brizola e Quéricia? Por quê Lula, com uma campanha nacionalmente difundida, conseguiu ganhar de Fernando Henrique em algumas cidades e perder nas demais? Por quê candidatos largam na frente nas pesquisas de intenção de voto e perdem eleições, como ocorreu com Mário Covas em São Paulo, na eleição de 1990?

Não temos boas respostas porque a ciência política brasileira não tem dado a devida atenção às estratégias comunicativas das candidaturas, especialmente no que se refere à sua função de conduzir e mediar o diálogo político entre os candidatos e os eleitores.

Isto ocorreu porque até recentemente os estudos sobre as eleições no Brasil ocupavam-se, principalmente, de dois objetivos: por um lado, estudar os correlatos sociais com as intenções de voto e preferências partidárias e as conseqüências políticas dos resultados eleitorais e, por outro lado, estudar os partidos políticos, sob vários aspectos. Para a primeira vertente, que nos interessa mais, o foco da observação era os eleitores, buscando no seu comportamento as explicações para

os resultados eleitorais ocorridos. As estratégias políticas dos candidatos e dos partidos eram, então, inferidas ou deduzidas sem uma análise detida da estratégia eleitoral dos vitoriosos e derrotados.

A partir da eleição de Collor, em 1989, começou-se a prestar mais atenção em três aspectos: o desempenho performático do candidato vitorioso, a interveniência dos programas eleitorais na formação das intenções de voto e a interferência da mídia no processo eleitoral. Nestes últimos anos, alguns colegas da ciência política e, principalmente, da área de comunicação, voltaram suas atenções para o processo eleitoral tendo como parâmetro analítico teorias da comunicação social e política. O objeto central dessas análises tem sido os cenários políticos mediáticos e o discurso, televisivo, dos candidatos (ALBUQUERQUE, 1996; JORGE, 1995; DIAS, 1995; PORTO, 1994). Nestes trabalhos, embora importantes para a nossa melhor compreensão dos processos eleitorais, seus autores apontam as estratégias dos candidatos também através de inferências indiretas.

Estudos sobre a influência direta da comunicação e da propaganda política em processos eleitorais, realizados nas duas últimas décadas, apontaram e consolidaram algumas teorias sobre a não passividade dos eleitores, isto é, sobre as motivações psicológicas, políticas e econômicas dos eleitores no processo de aceitação, rejeição e de influência na condução estratégica de campanhas (ALONSO et al., 1992; GRABER, 1993; POPKING, 1994).

Tendo então como referência os estudos clássicos da ciência política sobre o comportamento eleitoral e os estudos clássicos da comunicação e da propaganda política, fica claro que o estudo de processos eleitorais só se completa quando entendido como um processo de comunicação política de duas vias, onde dois atores - candidatos e eleitores - dialogam e estabelecem um pacto fundamentado numa troca de intenções: os eleitores querem que seus desejos, interesses e demandas sejam implementados e os políticos querem ser eleitos¹.

Para a ciência política, isto significa retomar os trabalhos de Berelson e associados, especialmente *Voting - A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign* (1954), pois é neste trabalho que primeiro se esboça uma teoria explicativa do diálogo entre campanhas eleitorais e os eleitores. Mas, mesmo neste caso o foco central ainda é o comportamento reativo do eleitor às campanhas dos candidatos.

Recentemente, quem chamou a atenção da ciência política sobre esta questão foi William H. Riker. Em seu último livro, *The Strategy of Rhetoric*, depois de mostrar o extraordinário acúmulo de conhecimento disponível sobre o comportamento eleitoral e o sobre o processo cognitivo dos eleitores na formação

¹ Não está em discussão se os motivos que produzem este pacto são nobres ou espúrios. Esta questão é assunto para um outro debate.

da sua opinião, Riker nos chama a atenção para a ausência de teorias sobre o conteúdo retórico de campanhas, especialmente sobre as estratégias comunicativas e comportamentais dos atores políticos. Embora, continua Riker, existam boas descrições de campanhas em particular, estas não são fundamentadas por uma teoria, o que não nos permite acumular nosso conhecimento para explicar e, até mesmo, dizer o que se fazer em campanhas. Mas, diz Riker, “isto é o que cientistas políticos [políticos em geral] e candidatos querem saber” (RIKER, 1996, p. 4).

O trabalho que apresentamos a seguir tem por objetivo sugerir uma metodologia para o estudo de campanhas eleitorais para cargos majoritários. Não sabemos dizer, ainda, se os pressupostos que usamos para fundamentar nossa proposta analítica podem também ser usados para outros tipos de campanhas, tais como para cargos proporcionais, de mobilização para algum fim, etc.

Mostraremos também a sua aplicabilidade tomando como referência empírica a análise dos comerciais eleitorais veiculados nas campanhas para as prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro, nas eleições de 1996. Faltou-nos, lamentavelmente, a oportunidade de pesquisarmos o processo cognitivo dos eleitores no diálogo entre estes e as campanhas. Neste sentido, este trabalho se restringe ao desempenho de um dos lados: as campanhas dos candidatos². Neste sentido, é importante termos consciência de que não podemos explicar ou prever resultados eleitorais, pois estas peças da campanha são apenas um lado do diálogo que se dá na comunicação política.

A base empírica que usamos para este trabalho vem do projeto “Comerciais políticos nas eleições de 1996”, que é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a propaganda eleitoral na televisão e a decisão eleitoral, do Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública do IUPERJ³.

Estratégias de persuasão eleitoral: esboço de uma metodologia

O objetivo maior de cada candidato e dos partidos é ganhar o poder político. Entretanto, na democracia eleitoral este percurso é longo e passa pelo voto popular.

² Um trabalho que inicia o estudo do diálogo entre eleitores e campanhas é a tese de Mestrado de Luciana Veiga, “Propaganda Política e Voto”, IUPERJ, 1996.

³ Em 1996 criamos no IUPERJ o LPCPOP com o objetivo de organizar um acervo sobre propaganda política e pesquisas de opinião pública, além de realizar novas pesquisas. No ano de 1996 gravamos o horário eleitoral tradicional e os comerciais eleitorais veiculados no Rio de Janeiro e em São Paulo e colecionamos os principais jornais dessas duas cidades, durante o período eleitoral. Com base nesse acervo realizamos, como primeiro trabalho, a pesquisa “Comerciais Eleitorais”. Para este trabalho inicial o LPCPOP contou com o apoio financeiro da FAPERJ, do IUPERJ e da agenda de publicidade DM9-Institucional, que gentilmente cedeu cópias da sua coleção de todos os programas eleitorais e comerciais veiculados na campanha de 1996, em São Paulo, bem como outros dados de mídia relativos à veiculação dos comerciais eleitorais.

Na disputa eleitoral por cargos majoritários ganha quem obtém mais votos, isto é, ganha quem consegue persuadir a maioria.

Em processos eleitorais, a idéia de persuadir a maioria é mais fluida do que em outras circunstâncias. Num debate científico, o orador persuade a platéia pela retórica argumentativa, seja pela dedução lógica ou pela demonstração de evidências, convencendo a platéia da verdade da sua teoria. Em um debate político, não eleitoral, a idéia de persuadir a maioria consiste em convencer o público de que a lei ou a política a ser decidida traz maiores benefícios do que qualquer outra lei ou política alternativa, independentemente da verdade lógica ou empírica que possam ser evocadas para sustentarem as alternativas em disputa. No debate político a retórica é a da argumentação política (BARRY, 1965). Aqui a tábua da verdade lógica cede lugar à filosofia dos princípios e dos fins e a evidência empírica cede lugar às crenças, os valores e os interesses dos atores na hora da decisão.

No debate eleitoral, os candidatos usam uma retórica cuja argumentação é de natureza ficcional. Neste caso, para convencerem a maioria dos eleitores, todos constroem um mundo atual possível, igual ou um pouco diferente do mundo atual real, e com base nele projetam um novo e bom mundo futuro possível. A estrutura dessa argumentação tem duas vertentes: “o mundo atual está ruim, mas ficará bom” ou “o mundo atual está bom e ficará ainda melhor”. A primeira vertente é típica da argumentação da oposição e a segunda da situação. Este tipo de argumentação é de natureza ficcional por duas razões: primeiro, porque o bom mundo futuro possível ainda não se realizou, e não há nada na lógica, a partir da qual é deduzido, que garanta a sua realização; segundo, porque o mundo atual possível, seja o bom ou o ruim, é um construto inferido do mundo atual real⁴.

Na lógica de construção de mundos possíveis, passados, atuais ou futuros não há espaço para a manipulação da realidade. A transição de mundos reais para possíveis pode ser feita por dois caminhos: um caminho é o da dedução lógica, típica das análises contrafactuais e prospectivas sobre o estado físico ou social; o outro caminho é o da lógica da inferência interpretativa das condições físicas ou sociais de uma sociedade. Este segundo caminho, na construção de mundos possíveis, é típico da argumentação política e, especialmente, da retórica de campanhas eleitorais, onde a contextualização ou a interpretação da história, dos fatos e das condições sociais são a matéria prima do discurso eleitoral.

A semântica da contextualização ou da interpretação da realidade tem a seguinte estrutura: por exemplo, um observador diante de um copo com água até a sua metade tem duas evidências que podem ser construídas: ou o copo d'água está quase cheio ou quase vazio. Ambas são interpretações legítimas. No seu limite, a

⁴ Sobre a lógica de mundos possíveis e reais ver BRADLEY & SWARTZ, 1979; sobre a distinção e a relação entre mundos reais, possíveis e fictícios ver RONEN, 1994.

argumentação “o copo está quase vazio” pode representar um mundo atual possível negativamente interpretado, enquanto, a argumentação “o copo está quase cheio” pode representar um mundo atual possível positivamente interpretado. Nesta metáfora do copo, a sentença “o copo está vazio ou está cheio” constitui uma inferência interpretativa ilegítima, portanto representaria mundos não possíveis. Finalmente, as sentenças “se acontecer (ou fizermos) X o copo ficará cheio (mundo desejável) ou o copo ficará vazio (mundo indesejável)” representam mundos futuros possíveis.

Se no debate eleitoral, por um lado, a idéia da persuasão é mais fluida do que em outras situações, por outro lado, o processo da persuasão é bem mais complexo, pois os candidatos transitam, o tempo todo, entre mundos possíveis, atuais e futuros.

A lógica da competição eleitoral exige de cada campanha a seguinte estrutura discursiva:

1. Descrever um mundo atual, dentre os possíveis, que melhor represente as condições sociais em que as pessoas vivem; aqui o objetivo é persuadir as pessoas de que “o copo d’água está quase vazio ou quase cheio”;
2. Descrever um mundo futuro, dentre os possíveis, desejável para uma maioria do eleitorado; aqui o objetivo é persuadir as pessoas de que, no mínimo, “o copo d’água não ficará quase vazio”, isto é, a situação melhorará;
3. A melhor maneira de se construir o mundo futuro desejável é fazer X;
4. A única garantia de que X será feito é através do candidato, do grupo político a que ele está ligado ou do partido a que ele pertence; esses atores tornam-se os garantidores da realização do mundo futuro desejável;

Um discurso com esta estrutura constitui-se na retórica da persuasão eleitoral. Esta retórica é o argumento da campanha. Decifrar o argumento de uma campanha, isto é, a sua retórica, é o primeiro passo, e talvez o mais importante, para compreendermos e explicarmos por quê candidatos ou partidos ganham ou perdem eleições (RIKER, 1996).

Neste sentido, analisar campanhas eleitorais é analisar retóricas em competição pelo voto. Na sua forma mais simples, este jogo de persuasão tem a seguinte estrutura:

Quadro 1
Estrutura da competição retórica entre campanhas eleitorais

	MUNDOS POSSÍVEIS	
CAMPANHA	ATUAL	FUTURO
SITUAÇÃO	BOM	MELHOR

Como em todo jogo de soma zero, neste também há uma estratégia dominante. Riker, sugere:

“Quando um lado domina um tema em volume de apelos retóricos, o outro lado abandona os seus apelos a esse tema (Princípio Dominante), e quando nenhum lado domina em volume, ambos abandonam o tema (Princípio da Dispersão).” (RIKER, 1996, p. 6)

Um bom exemplo da ocorrência do Princípio Dominante, sugerido por Riker, foi o debate sobre a natureza e o futuro do Plano Real, no início da campanha eleitoral de 1994. Dado o volume e a valência dos apelos (feitos pela campanha de Fernando Henrique e pelo eleitorado) pela manutenção do plano Real, todos os adversários de Fernando Henrique Cardoso, com exceção do Lula, se retiraram desse debate. Os apelos negativos da campanha do Lula sobre o plano Real não só não tiveram efeito esperado como reverteram-se contra a sua candidatura, o que prejudicou o seu desempenho eleitoral⁵. Um segundo exemplo dessa situação foi o debate entre a campanha de José Serra e Celso Pitta, na eleição de 96, em São Paulo, sobre a “São Paulo do futuro” com o ônibus “Fura Fila”. Neste episódio, largamente coberto pela imprensa paulista, a campanha de José Serra conseguiu demonstrar que a proposta em questão era um engodo, o que fez com que a campanha de Celso Pitta retirasse do ar os seus apelos sobre esse tema.

Um bom exemplo do Princípio da Dispersão ocorreu durante a convenção do PT, em 1994, quando os convencionais decidiam sobre os temas aborto e união civil entre homossexuais. Neste episódio nenhuma das partes foi capaz de dominar o debate, isto é, estabelecer uma maioria convincente. O resultado, amplamente divulgado, foi a retirada desses dois temas do programa eleitoral que o PT apresentou para a sua campanha em 1994. Outro bom exemplo: até onde estou informado, no Brasil em nenhuma campanha os candidatos competitivos puseram na agenda duas questões: aborto e pena de morte.

Organizar a análise de campanhas eleitorais segundo a estrutura de um jogo entre retóricas nos permite fazer algumas inferências analíticas que são de muita valia para identificar as estratégias dos candidatos e aumentar nossa capacidade de previsão e explicação do processo eleitoral.

Com este objetivo apresentamos a seguir uma seqüência de proposições, e seus corolários, com base nas quais hipóteses podem ser derivadas e testadas.

Proposição 1

Se numa eleição houver apenas um tema dominante, o candidato que tiver o domínio sobre esse tema tem maiores chances eleitorais;

⁵ Sobre esse erro estratégico da campanha do PT, na eleição de 1994, ver JORGE, 1995.

Corolário 1

É uma boa estratégia um candidato reduzir ao máximo a quantidade de temas em debate, de forma que os temas que permanecerem sejam aqueles que ele tenha maiores condições de dominar;

Proposição 2

Se numa eleição o embate retórico configurar-se na situação do Princípio da Dispersão, o eleitor desloca sua atenção para o garantidor do mundo futuro possível;

Corolário 2

Como a configuração do Princípio da Dispersão é a mais comum na competição eleitoral, é sempre boa estratégia de campanha sustentar a credibilidade do garantidor do mundo futuro;

A partir dessas duas proposições básicas e tendo em vista a estrutura da retórica da situação e da oposição, indicadas no Quadro 1 acima, podemos sugerir as seguintes proposições.

Proposição 3

Se a interpretação que a Situação faz do mundo atual for a dominante, a Situação terá maiores chances eleitorais;

Corolário 3

Em eleições onde a Situação é dominante, a Oposição só tem um caminho: desqualificar a interpretação que a Situação faz do mundo atual; neste caso, é péssima estratégia admitir a interpretação dominante e deslocar o embate para o garantidor do mundo futuro;

Proposição 4

Se em uma eleição não há uma interpretação dominante sobre o mundo atual, o eleitor desloca a sua atenção para o garantidor do mundo futuro;

Corolário 4

Como o normal em momentos eleitorais é não haver uma interpretação dominante sobre o mundo atual, é sempre boa estratégia de campanha sustentar a credibilidade do garantidor do mundo futuro;

Por analogia decorrem ainda mais duas proposições sobre a disputa retórica relativa ao bom mundo futuro que todos os candidatos apresentam.

Proposição 5

Se a interpretação sobre o mundo atual da Situação for a dominante, a sua interpretação sobre o mundo futuro será dominante, e por conseguinte a Situação terá as maiores chances eleitorais; por analogia, esta proposição também é válida para a Oposição;

Corolário 5

Neste caso, apelos sobre a credibilidade do garantidor do mundo futuro, seja ele o próprio mandatário ou seu sucessor, tem função secundária, o importante é identificá-lo com a interpretação dominante: como construtor do bom mundo atual e futuro.

Proposição 6

Se não houver uma interpretação dominante sobre o mundo atual, também não haverá uma interpretação dominante sobre o mundo futuro; nesta situação o eleitor desloca sua atenção para os garantidores dos mundos futuros propostos e decide com base na credibilidade que cada garantidor transmite;

Corolário 6

Neste caso, por razões óbvias, todo o sucesso eleitoral de uma candidatura fica na dependência da credibilidade do garantidor do mundo futuro, pois, entre dois mundos futuros (quase) igualmente bons a razão dita que o melhor é decidir por aquele que oferece as melhores garantias de ser realizado;

Com base nesta linha de raciocínio procuramos organizar um conjunto de categorias que identificassem os elementos retóricos usados nas propagandas eleitorais. Primeiro buscamos na literatura internacional as categorias usadas. Segundo, procuramos adaptá-las para a realidade brasileira. Finalmente, usamos a argumentação exposta acima para interpretar os comerciais eleitorais veiculados nas campanhas para as prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro.⁶

⁶ Neste artigo apresentamos a interpretação de dois conjuntos de categorias retóricas: Estratégias de Campanhas, típicas de mandatários e opositores, e objetivos da mensagem política. O conjunto completo de categorias analíticas está descrito no trabalho “Estratégias Eleitorais em Eleições Majoritárias”, dos mesmos autores, apresentado no XXI Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 97.

As estratégias de persuasão e a disputa pelo cargo nas campanhas do Rio de Janeiro e de São Paulo

O resultado da pesquisa que apresentamos aqui baseia-se na análise de 285 comerciais eleitorais veiculados pelos quatro principais candidatos às Prefeituras de São Paulo e do Rio de Janeiro, na campanha de 1996. Desses, 227 foram veiculados no primeiro turno e 58 no segundo turno⁷. Esses números referem-se à quantidade de comerciais veiculados e não à quantidade de vezes que foram veiculados, o que daria um número muito maior.

Estes comerciais representam a quase totalidade dos veiculados, pois foram gravados todos os comerciais veiculados nos horários nobres (entre 12 e 14 horas e entre 18 e 24 horas) de todas as emissoras que transmitiam para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Tabela 1
Comerciais eleitorais por cidade e candidato

Rio de Janeiro	Total	1º turno	2º turno	30'	60'
Luís Paulo Conde (PFL)	42	29	13	29	13
Sérgio Cabral Filho (PSDB)	41	25	16	10	31
Miro Teixeira (PDT)	36	36	-	36	-
Chico Alencar (PT)	15	15	-	15	-
Sub Total	134	105	29	90	44

São Paulo	Total	1º turno	2º turno	30'	60'
Celso Pitta (PPB)	40	28	12	11	29
Luiza Erundina (PT)	49	32	17	41	8
José Serra (PSDB)	52	52	-	52	-
Francisco Rossi (PDT)	10	10	-	10	-
Sub Total	151	122	29	114	37

Total Geral	285	227	58	204	81
--------------------	------------	------------	-----------	------------	-----------

⁷ No Banco de Imagem do Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública do IUPERJ consta também a coleção dos comerciais dos ditos candidatos "nanicos". Todo esse material está à disposição dos colegas que queiram reproduzi-los para suas análises.

Para a interpretação das estratégias dessas campanhas veiculadas tomamos por referência dois conjuntos de categorias retóricas típicas de mandatários e oposicionistas: o primeiro conjunto de categorias refere-se às posturas dos concorrentes frente ao eleitorado, tendo em vista a sua posição no jogo eleitoral; o segundo conjunto de categorias refere-se aos objetivos das mensagens veiculadas. Vejamos o conteúdo de cada conjunto.

Estratégia da campanha

Para a identificação das estratégias de comunicação escolhidas pelos candidatos, procuramos, em primeiro lugar, avaliar se estas eram coerentes com a posição do candidato na disputa. Classificamos o conteúdo dos comerciais em categorias próprias de mandatário (Situação) e de desafiante (Oposição). Como estratégias típicas de mandatários, identificamos o recurso ao carisma e à competência derivados do cargo ocupado (no caso brasileiro, sem reeleição, a referência geralmente se faz a outros cargos); o uso de símbolos do cargo; a postura “acima da briga” em relação à competição, sem ou com poucos ataques aos adversários; a ênfase em realizações e a associação à administração em curso (mundo atual e futuro); encontros com lideranças estaduais e nacionais, ou até mesmo internacionais; o endosso de lideranças e líderes partidários; o uso do patrono político do candidato, para o caso em que o mandatário não concorre.

As estratégias típicas de desafiante, por outro lado, incluíram: o apelo de mudança (do mundo atual); a ofensiva quanto a temas substantivos (avaliando o mundo atual e descrevendo o futuro) e ênfase no otimismo para o futuro; ataques à administração em curso; ataques ao adversário e comparações entre os candidatos.

Como veremos, nem sempre os candidatos recorrem à estratégia típica de sua posição na competição. Nas eleições municipais de 1996, observamos que estratégias de mandatário foram usadas tanto pelos candidatos situacionistas quanto pela oposição, especialmente aquelas que davam ênfase à credibilidade do candidato.

Objetivo da mensagem

Classificamos os comerciais em três categorias: ataque, exortação e defesa. A categoria exortação não é utilizada na literatura internacional. Procuramos resgatar aqui os comerciais cujo objetivo é o de exaltar as qualidades do candidato ou do grupo ou partido político a que ele pertence.

Vejamos então o que encontramos nas campanhas no Rio de Janeiro e em São Paulo, em comparação com outros países.

A estratégia de persuasão dos dois principais candidatos no Rio e em São Paulo

Acima esboçamos o argumento de que as campanhas, de situação e oposição, interpretam o mundo atual e constroem um mundo futuro melhor para persuadir os eleitores. Vejamos no Quadro 2 abaixo a estratégia discursiva básica dos dois principais candidatos de situação e de oposição.

Quadro 2
Estrutura dos discursos da situação e da oposição
São Paulo e Rio de Janeiro, 1996

INTERPRETAÇÃO	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO	
	PITTA (Situação)	ERUNDINA (oposição)	CONDE (situação)	CABRAL (oposição)
MUNDO ATUAL	BOM: PAS, CINGAPURA, LEVE LEITE, OBRAS VIÁRIAS	RUIM: SAÚDE PÚBLICA, MUTIRÕES, ENSINO PÚBLICO, OBRAS PARA RICOS	BOM: FAVELA BAIRRO, RIO CIDADE, CIDADE DA ORDEM	RUIM: SAÚDE PÚBLICA, ENSINO PÚBLICO, TRANSPORTE, OBRAS DE FACHADAS
MUNDO FUTURO	AMPLIAR PROGRAMAS	AMPLIAR PAS E CINGAPURA E RECUPERAR O QUE ESTÁ RUIM	AMPLIAR PROGRAMAS E MELHORAR TRANSPORTE	OBRAS PARA QUEM PRECISA, RECUPERAR O QUE ESTÁ RUIM, METRÔ
O QUE FAZER	CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA E AMPLIAR PROGRAMAS	CONTINUAR PAS E CINGAPURA E GOVERNAR PARA TODOS	CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA E AMPLIAR PROGRAMAS	CONTINUAR FAVELA BAIRRO E GOVERNAR PARA OS DESASSISTIDOS
GARANTIA	GRUPO POLÍTICO/ PATRONO	AUTO CRÍTICA/ O PT QUE DIZ SIM E QUE FEZ	GRUPO POLÍTICO/ PATRONO	O CANDIDATO E O QUE JÁ FEZ PELO RIO

As análises iniciais difundiram a tese de que nas eleições de 1996 a continuidade foi o grande recado dado pelo eleitorado. Antes de aceitarmos conclusões apressadas devemos considerar os seguintes pontos: é verdade que o eleitorado aprendeu a rejeitar o discurso destrutivo e a prática dos novos governantes de interrupção de obras para fazer as suas. O eleitor aprendeu que isto é um desperdício. Entretanto, a continuidade em si, como fundamento da retórica da persuasão, não garante a eleição do sucessor, seja este apoiado pelo mandatário ou seja ele próprio o candidato quando existe reeleição. Existem vários exemplos para sustentar esta afirmação.

A continuidade como resposta ao elemento discursivo “o quê fazer para garantir o mundo futuro” só se sustenta se a interpretação do mundo atual feita pela Situação for a dominante (ver proposição 5). Como, por decorrência lógica, a descrição do mundo futuro será também dominante, o discurso da continuidade torna-se redundante e perde espaço explicativo. Da mesma forma, pelo corolário 5, a ênfase na imagem do candidato da situação, como garantidor, torna-se secundária e ganha força a associação do candidato com o bom mundo atual, apresentado pela situação, na forma de co-autor, como aconteceu por exemplo, nos comerciais e programas eleitorais do Pitta e do Conde, principalmente na campanha do Conde. Como veremos mais adiante, durante o primeiro turno em São Paulo, nos comerciais da campanha do Pitta ele é praticamente ausente. Em ambas as campanhas, principalmente no primeiro turno, a linha condutora das mensagens veiculadas nos comerciais era a demonstração do bom mundo atual e a ameaça de destruí-lo se a oposição ganhasse a eleição.

A fonte empírica para a sustentação desta interpretação não pode ser, evidentemente, o resultado final da eleição, o que seria pura tautologia. Para sabermos qual interpretação do mundo atual é dominante, é necessário termos pesquisas de avaliação da administração em curso, no momento pré-eleitoral e durante a campanha. Nesses dois exemplos, as pesquisas de avaliação das administrações Maluf e César Maia mostravam que as suas interpretações do mundo atual tinham o respaldo da maioria do eleitorado de suas cidades.

Nesta linha de interpretação, cai por terra também as interpretações apressadas de que o eleitorado está atrás de candidatos com novo perfil, mais administrativo do que político. Na verdade, como o eleitorado aceitou a interpretação da situação de que o “copo estava quase cheio”, para ele o que realmente importou foi criar, pelo voto, as condições para que o “copo viesse a ficar cheio”. Tais condições estavam, obviamente, na continuidade administrativa. Um bom exemplo desta afirmação é a comparação das vitórias eleitorais de Raul Pont, em Porto Alegre, e de Cássio Tanigushi, em Curitiba. O primeiro um político tradicional e conhecido da população e o segundo um “técnico” desconhecido do eleitorado.

Como uma eleição se decide no debate, a explicação da vitória só se completa com a avaliação das estratégias usadas pelos oponentes. No exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, Erundina e Cabral, respectivamente, cometeram o erro estratégico de admitir, ainda que parcialmente, a interpretação dominante do mundo atual, feita pela situação (ver proposição 3 e seu corolário). Erundina admitiu a interpretação do projeto PAS e do projeto Cingapura, como alternativas válidas para as áreas da saúde e da habitação, ainda que tenha proposto recuperar e retomar outros projetos nessas mesmas áreas. Cabral aceitou o projeto Favela Bairro e o Rio Cidade, ainda que tenha feito críticas a eles. Ou seja, tanto para Erundina quanto para Cabral “o copo não estava ‘propriamente’ quase vazio”.

Em ambos os casos, os dois opositores tentaram deslocar o debate eleitoral para a credibilidade dos garantidores do mundo futuro que propunham. Erundina tentou convencer o eleitorado de que “havia aprendido com os seus erros na administração anterior” e que pertencia ao “PT que diz Sim”, diferente do PT estigmatizado. Embora a campanha de Erundina tenha retirado a referência ao “PT que diz sim”, ela manteve o sentido da autocrítica e o “PT que faz”. Sérgio Cabral jogou todo o debate na sua capacidade de refazer do Rio a cidade maravilhosa que estava desaparecendo, tendo como garantidor desse projeto ele próprio, em primeiro plano, e o governo do Estado e o Presidente, ambos do seu partido, em segundo plano.

Estas são as explicações globais que entendemos como consistentes para o sucesso das campanhas do Pitta e do Conde, frente a seus opositores. Vejamos agora como estas estratégias foram construídas no conjunto dos comerciais veiculados.

A Disputa pelo Cargo

Ao longo deste trabalho mostramos que a disputa eleitoral é, na verdade, uma disputa entre estratégias de persuasão. Este debate se dá entre interpretações sobre o mundo atual (se ele está bom ou ruim), comparações sobre os mundos futuros que as campanhas apresentam e sobre quem garante a realização do mundo futuro. Vimos também que neste jogo de retóricas, a campanha que tiver a interpretação dominante tem enorme vantagem eleitoral sobre os seus oponentes. Em situações dessa natureza, vimos, por implicação lógica, que aos oponentes restam apenas duas alternativas: abandonar o debate ou desqualificar a interpretação dominante. No jogo eleitoral, abandonar o debate significa reconhecer a derrota. Portanto, para campanhas competitivas só resta uma alternativa: desqualificar a interpretação dominante e tornar a sua interpretação a dominante.

Diante desta lógica da competição eleitoral, com ou sem reeleição do mandatário, duas estratégias básicas estão inexoravelmente dadas aos atores desse jogo: à situação, exaltar o “seu bom mundo atual possível” e, à oposição, desqualificar a interpretação da situação e oferecer outro “bom mundo possível”. Em termos retóricos, exaltar o “bom mundo atual” significa, fundamentalmente, mostrar as realizações, associar o candidato a estas realizações e mostrar-se “acima da briga”, com altivez, como se não estivesse em uma disputa. Por sua vez, desqualificar a interpretação da situação significa, fundamentalmente, criticar o que foi feito, fazer apelos por mudanças e tomar a ofensiva quanto a temas, isto é, tentar dominar os temas relevantes⁸.

Vejamos na Tabela 2 como as campanhas no Rio de Janeiro e em São Paulo agiram, tendo como comparação uma análise semelhante feita sobre as disputas entre Bush e Dukakis, em 1992, nos Estados Unidos, e entre Mitterrand e Chirac, em 1988, na França.

⁸ A questão da crítica, do ataque ao adversário, em campanhas eleitorais é um problema delicado, pois sempre existe o alto risco de ocorrer o efeito *boomerang*, isto é, o efeito negativo esperado da crítica pode voltar-se contra o emissor.

Tabela 2
Mandatários e desafiantes: estratégias usadas pela disputa do cargo
(em %)*

Estratégia de Mandatário	Estados Unidos		França		São Paulo		Rio de Janeiro	
	Mand.	Desaf.	Mand.	Desaf.	Mand.	Desef.	Mand.	Desaf.
carisma e o cargo	16	23	46	20	25	6	7	8
competência e o cargo	81	48	100	70	33	27	41	5
símbolos do cargo	41	14	30	20	38	0	12	1
postura "acima da briga"	32	2	100	0	70	72	79	54
ênfase em realizações	54	27	70	50	30	20	52	14
associação à administração em curso	-	-	-	-	78	0	79	3
encontro com lideranças (estaduais ou) nacionais	32	0	36	10	0	5	0	1
endosso de lideranças	-	-	-	-	0	3	0	0
endosso de líder(es) partidário(s)	0	16	0	0	0	3	0	8
uso do "patrono" do candidato	-	-	-	-	5	0	48	2
Estratégia de Desafiante	Mand.	Desaf.	Mand.	Desaf.	Mand.	Desaf.	Mand.	Desaf.
apelo de mudança	0	75	0	70	0	23	0	38
ofensiva quanto a temas	30	43	0	50	13	39	10	36
ênfase no otimismo p/ o futuro	38	68	100	80	8	13	27	15
ataques à administração em curso	-	-	-	-	0	15	0	19
ataques ao adversário	35	64	0	50	20	16	12	30
comparação	-	-	-	-	5	11	7	10

(*) Números são % de vezes em que o elemento retórico aparece nos comerciais. Seu complemento para 100% representa a % de ausência do elemento retórico.

(**)1. USA, Bush vs. Dukakis, 1992, 81 comerciais; França, Mitterrand vs. Chirac, 1988, 20 comerciais; São Paulo, Pitta vs. Desafiantes, 1996, 151 comerciais; Rio, Conde vs. Desafiantes, 1996, 134 comerciais.

Comparando as campanhas presidenciais nos Estados Unidos e na França com as de São Paulo e Rio de Janeiro, vemos que estas duas últimas foram bem menos competitivas, pois enquanto naqueles países os desafiantes gastaram de 50% a 64% de seus comerciais com ataques aos seus adversários, em São Paulo os desafiantes do Pitta o atacaram em apenas 16% dos seus comerciais e, no Rio, os desafiantes do Conde o atacaram em apenas 30% dos seus comerciais. Destes, os que mais atacaram foram Miro Teixeira (47%) e Francisco Rossi (30%). Da mesma forma, tanto no Rio quanto em São Paulo, os desafiantes do Conde e do Pitta usaram, respectivamente, apenas 15% e 19% do seus tempos para atacar a administração em curso.

Outro indicador da estratégia pouco desafiante das oposições, no Rio e em São Paulo, foi o uso intenso da “postura acima da briga” em seus comerciais. Esta postura, que é típica de mandatários, evita o debate sobre as interpretações do mundo atual. Neste caso, as oposições deixam de enfrentar o discurso “vitorioso” da situação: enquanto na França o desafiante de Mitterrand não adotou esta postura e nos Estados Unidos o desafiante de Bush a adotou em apenas 2% de seu tempo, em São Paulo a situação e seus desafiantes adotaram esta postura em 70% e 72% de seus respectivos tempos e no Rio de Janeiro a situação usou esta estratégia em 79% de seu tempo e a oposição em 54%. Este último percentual foi puxado para baixo por Mira Teixeira, pois todos os demais opositoristas mantiveram essa postura em mais de 60% de seus comerciais.

Ainda com base na Tabela 2, duas posturas de desafiantes merecem destaque: apelo por mudança e ofensiva quanto a temas. Esses dois elementos retóricos são típicos de campanhas de oposição, o primeiro oferece um mundo alternativo à população e o segundo busca o domínio sobre temas substantivos, como já apontamos antes. Nas campanhas nos Estados Unidos e na França os desafiantes fizeram apelos de mudanças em 75% e 70% de seus comerciais eleitorais, enquanto os desafiantes em São Paulo e no Rio fizeram apelos de mudanças em apenas 23% e 38% de seus comerciais eleitorais. Já no que se refere à ofensiva quanto a temas o padrão observado no Rio e em São Paulo é semelhante ao observado nos Estados Unidos e na França⁹.

Por essas observações podemos concluir que tanto as campanhas do Rio quanto as de São Paulo não usaram os seus comerciais eleitorais para estabelecer o confronto. Os candidatos situacionistas, por terem nestes dois exemplos a interpretação dominante, postaram-se como se esperava: “acima da briga” e se associando à administração em curso. Os desafiantes, ao contrário do que se esperaria, não fizeram o confronto através de seus comerciais eleitorais. Embora

⁹ A análise completa de comerciais em outros países ver KAID e HOLTZ-BACHA, 1995, especialmente capítulo 12.

sem uma comparação sistemática, podemos sugerir, pelo que vimos, que o confronto esperado, como estratégia de oposição. se deu no programa eleitoral tradicional.

Então, se os comerciais eleitorais não foram usados para o confronto que uso eles tiveram? A resposta está na Tabela 3.

Tabela 3
Objetivos das mensagens contidos nos comerciais eleitorais
Rio de Janeiro e São Paulo, 1996

CANDIDATOS	OBJETIVO DA MENSAGEM		
	ATAQUE	DEFESA	EXORTAÇÃO
CABRAL	29	10	73
CHICO ALENCAR	27	0	93
MIRO	67	0	56
CONDE	12	2	90
ERUNDINA	20	0	90
SERRA	12	0	90
ROSSI	10	0	100
PITTA	5	15	97

(*) Números são % de vezes em que o elemento retórico aparece nos comerciais.

Seu complemento para 100% representa a % de ausência do elemento retórico.

(**) São Paulo, 1996, 151 comerciais; Rio de Janeiro, 1996, 134 comerciais.

Como podemos notar, tanto as campanhas do Rio quanto as de São Paulo usaram os seus comerciais para fazer a exortação de seus candidatos e de suas propostas, ou seja, das suas respectivas interpretações do mundo e dos garantidores dos seus respectivos mundos futuros, sem, no entanto, fazer o confronto.

Finalmente, podemos concluir que este extraordinário espaço de mídia posto à disposição do debate eleitoral foi fundamentalmente usado para a apresentação das candidaturas e de suas propostas, estrategicamente posicionados “acima da briga”, isto é, sem o confronto direto. Diante da lógica de uma competição desse tipo, como mostramos no início deste trabalho, a estratégia do não confronto tende a favorecer a campanha que tem a interpretação dominante. Foi o que aconteceu nas eleições de 1996, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Neste sentido, a explicação das vitórias do Pitta e de Conde não está, propriamente, no suposto “desejo de continuísmo” do eleitorado, mas, fundamentalmente, no erro estratégico dos desafiantes de aceitarem, ainda que parcialmente, a interpretação dominante que a situação fez sobre o mundo atual e não usar o confronto para desqualificar tal interpretação.

Conclusão

Com este exercício procuramos mostrar que hipóteses sobre estratégias eleitorais a serem adotadas são dependentes da posição que cada competidor ocupa no jogo de persuasão e que este jogo tem regras próprias que ditam as estratégias dominantes e em que circunstâncias podem ser adotadas.

Estamos cientes de que o exercício apresentado aqui ainda precisa ser melhor desenvolvido. Entretanto, estamos certos que a linha analítica usada é robusta e atende aos requisitos mínimos de uma investigação: a partir de uma teoria sobre o comportamento político, no caso as estratégias de persuasão, podemos deduzir hipóteses falsificáveis.

Quanto às conclusões substantivas sobre as estratégias das campanhas analisadas sugerimos cautela, pois a análise feita ainda é preliminar e para termos conclusões mais robustas será necessário um refinamento analítico maior. Precisamos especialmente comparar as estratégias usadas nos comerciais eleitorais e nos programas eleitorais tradicionais. Apesar desta ressalva, temos razões para acreditar que as conclusões aqui apresentadas deverão ser confirmadas por análises posteriores.

Como um primeiro exercício, este também exige ainda críticas para o seu desenvolvimento, as quais esperamos dos colegas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A. Política versus televisão: o horário gratuito na campanha presidencial de 1994. *Comunicação e política*, v. 1, n. 3 (nova série), abril/julho 1995.

_____. *A batalha pela presidência: o horário gratuito de propaganda eleitoral na campanha de 1989*. Tese de Doutorado, Escola de Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

ALONSO, A. M. *Opinión Pública y Comunicación Política. Ediciones de la Universidad Complutense - EUDEMA*, España, 1992.

ATKIN, C. K. et al. Quality versus quantity in televised political ads. *Public Opinion Quarterly*, v. 40, 1973.

BARRY, B. *Political argument*. London: The Humanities Press, 1965.

BERELSON, B. R.; LAZARFELD, P. F.; McPHEE, W. N. *Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign*. The University of Chicago Press, 1954.

BRADLEY, R.; SWARTZ, N. *Possible worlds: an introduction to logic and its philosophy*. Basil Blackwell, 1979.

BUTLER, D.; RANNEY, A. *Electioneering: a comparative study of continuity and change*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

CAIN, B.; FERREJOHN, J.; FIORINA, M. *The personal vote: constituency service and electoral independence*. Harvard University Press, 1987.

COHEN, J.; DAVIS, R. G. Third person effects and the differential impact in negative political advertising. *Journalism Quarterly*, v. 68, n. 4, 1991.

DIAMOND, E.; BATES, S. *The spot: the rise of political advertising in television*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988.

DIAS, H. *Mídia e política: a cobertura de O Globo e a eleição municipal no Rio de Janeiro em 1992*. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1995.

DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row, 1957.

EDELMAN, M. *The symbolic uses of politics*. Chicago: University of Illinois Press, 1977.

GLASS, D. P. Evaluating presidential candidates: who focuses on their personal attributes?. *Public Opinion Quarterly*, v. 49, n. 4, 1985.

GOMES, W. *Theatrum politicum: a encenação política na sociedade dos mass media*. In: BRAGA, J. L.; PORTO, S. D.; FAUSTO NETO, A. (org.). *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Compós/Diadorim, 1995.

GRABER, D. Political communication: scope, progress, promise. In: FINIFTER, A. W. (org.). *Political science: the state of the discipline II*. American Political Science Association, 1993.

HOLBROOK, T. M. *Do campaigns matter?* Thousand Oaks: Sage, 1996.

JAMIESON, K. H. *Dirty politics: deception, distraction and democracy*. New York: Oxford University Press, 1993.

JORGE, V. L. *A eleição presidencial de 1994 e os meios de comunicação de massa. Uma análise da propaganda eleitoral gratuita de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva na televisão*. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1995.

JORGE, V. L. Os meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais. *Comunicação & Política*, v. IV, n. 1, janeiro-abril 1997.

JUST, M.; CRIGLER, A.; WALLACH, L. Thirty seconds or thirty minutes: what viewers learn from spot advertisements and candidate debates. *The Journal of Communication*, v. 40, n. 3, 1990.

KAID, L. L.; HOLTZ-BACHA, C. (org.). *Political advertising in western democracies: parties & candidates on television*. Thousand Oaks: Sage, 1995.

KAID, L. L.; JOHNSTON, A. Negative and positive television advertising in U.S. presidential campaigns, 1960-1980. *Journal of Communication*, v. 41, n. 3, 1991.

KERN, M. *30-Second politics: political advertising in the eighties*. New York: Praeger, 1989.

KRIPPENDORFF, K. *Content analysis: an introduction to its methodology*. Thousand Oaks: Sage, 1980.

LAWSEL, H. D. *Language of politics: studies in quantitative semantics*. Stanford: Stanford University Press, 1965.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, outubro 1995.

POPKIN, S. L. *The reasoning voter: communication and persuasion in presidential campaigns*. Chicago: Chicago University Press, 1994.

PORTO, M. As eleições municipais em São Paulo. In: MATOS, H. (org.). *Mídia, eleições e democracia*. Editora Página Aberta, Scritta, 1994.

REES, L. *Vende-se política*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1995.

RIKER, W. H. *The strategy of rhetoric*. Yale University Press, 1996.

RONEN, R. *Possible worlds in literary theory*. Cambridge University Press, 1994.

ROSEMBERG, S.; McCAFFERTY, P. The image and the vote: manipulating voter's preferences. *Public Opinion Quarterly*, v. 51, n. 1, 1987.

SEMETKO, H. A. et al. *The formation of campaign agendas: a comparative analysis of party and media roles in recent american and british elections*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1991.

SWANSON, D.; MANCINI, P. (ed.). *Politics, media and modern democracy: an international study of innovations in electoral campaigning and their consequences*. Westport: Praeger, 1996.

VEIGA, L. *Propaganda eleitoral e voto*. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1996.

WATTENBERG, M. *The rise of candidate-centered politics: presidential elections of the 1980s*. Harvard University Press, 1991.

Recebido para publicação em novembro de 1997.

*Notas preliminares sobre
o jornalismo da Rede Globo:
um estudo de caso sobre o DF-TV*

Venício A. de Lima

Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política,
Universidade de Brasília

Resumo

Este artigo estuda as transformações do telejornalismo produzido pela Rede Globo e suas diferenças de nível nacional e local. A análise do telejornalismo de Brasília-DF sugere uma significativa mudança da tradição do jornalismo oficial.

Palavras-chave: telejornalismo, jornalismo oficial, construção de notícia, Rede Globo.

Abstract

This article studies the transformation of the telejournalism made by Globo Network and the distinctions observed JN its national and local levels. The analysis of the telejournalism of Brasília-DF suggests a significant changing JN the traditional oficial journalism.

Keywords: telejournalism, official journalism, newsmaking, Globo Network.

Introdução¹

Pesquisadores, críticos de cultura e analistas da contemporaneidade, trabalhando de diferentes perspectivas, disciplinar e teórica, tem reconhecido que a televisão - o mais poderoso e onipresente dos mídia eletrônicos - atravessa um período de transição, marcado por importantes e rápidas transformações. Apesar disso, a televisão tem aumentado - e não diminuído - sua influência decisiva no cenário mundial (SARTORI, 1993; BOURDIEU, 1997). As novas tecnologias da TV paga (por assinatura) - cabo, MMDS ou satélite - e a *convergência* entre telefone, televisão e computador, são os fatores freqüentemente identificados como a causa imediata dessas mudanças. Uma das manifestações mais reconhecidas dessa transição é, por exemplo, a progressiva queda dos índices de audiência da TV "aberta", em consequência de um *deslocamento* do segmento culturalmente mais sofisticado dos telespectadores para a TV paga, onde a oferta de alternativas de programação seria, além de quantitativamente maior, de qualidade superior (SQUIRRA, 1997). A resposta comercial a essa migração de audiência tem sido chamada de "tabloidização" da TV aberta (ALVES, 1997).

Um dos setores onde as transformações na televisão se manifestam de forma mais expressiva é o *telejornalismo*. Por um lado, as novas tecnologias de comunicações - o computador *laptop*, o telefone celular, as filmadoras portáteis, as mini-parabólicas, as redes de informação, a internet etc. - agilizaram os processos de coleta e distribuição de informação de maneira sem precedentes, e criaram, segundo alguns autores, possibilidades inéditas para a interatividade entre os mídia e seus usuários (MIRA, 1994). Por outro lado, o telejornalismo passou a ocupar um papel cada vez mais central na estratégia comercial das empresas de televisão. Isso pode ser constatado pelo recente aparecimento de canais nacionais (ex. Globo News), regionais (ex. CBS Tele Notícias) e globais (ex. CNN) especializados em notícias; e também pelo espaço cada vez maior que os programas informativos passaram a ter dentro da programação total.

Desta forma, o telejornalismo transformou-se em fonte de receita vital para as empresas de mídia. Tudo isso, é claro, provoca consequências importantes para uma redefinição da cultura profissional do jornalista e da prática do jornalismo de televisão (HALLIN, 1996).

¹ O Autor agradece a leitura crítica e as sugestões, nem sempre acolhidas, de Mauro Porto e Samuel Malheiros; as informações de Nélia Del Bianco e Hélio Doyle sobre rádio e televisão em Brasília; a gravação dos telejornais por Keller Sleumer (MG) e Tatiana Lima (RJ) e Liziane Guazina (RS) que também ofereceu sugestões e ajudou na cronometragem das notícias. Os erros que permanecem são, naturalmente, de exclusiva responsabilidade do Autor.

E-mail: <vadelima@guarany.unb.br>

Simultaneamente a essas transformações, significativos avanços têm sido registrados na pesquisa sobre comunicação e jornalismo e, em particular, sobre o telejornalismo. Duas dessas novas tendências merecem registro especial porque têm implicações diretas para a compreensão das questões que nos interessam aqui: o poder de *agenda setting* e o *newsmaking*.

Há cerca de 25 anos a hipótese do *agenda setting*, cujas pesquisas, em sua grande maioria se referem ao jornalismo impresso e de televisão, vem questionando a tradição dos efeitos limitados, redescobrimdo o poder de longo prazo que os mídia exercem na construção e *enquadramento (framing)*² das agendas pública e política, isto é, na definição dos mapas cognitivos que orientam a tomada de decisões cotidianas do cidadão comum e na determinação das áreas de atuação do poder público (TRAQUINA, 1995).

Já os estudos sobre *newsmaking*, ou sobre “a construção da notícia”, têm revelado como a “distorção involuntária” é inerente à produção de notícias, seja pela definição mesma dos critérios de noticiabilidade, seja pelos inúmeros fatores relacionados às rotinas produtivas, à seleção das notícias ou à sua edição (WOLF, 1987).

No Brasil, apesar dos diversos estudos já realizados, não se pode afirmar que exista uma tradição consolidada de pesquisas específicas sobre telejornalismo. Além disso, os trabalhos disponíveis têm se concentrado no estudo do telejornalismo nacional das redes de televisão, em particular, no “Jornal Nacional” da Rede Globo (LINS DA SILVA, 1985; SQUIRRA, 1993; ALBUQUERQUE, 1994; FABRÍCIO, 1997). O telejornalismo local, que sofre também as transformações que atingem a televisão como um todo, é uma área de estudos praticamente inexplorada entre nós.

Estas Notas Preliminares pretendem, exatamente, levantar questões iniciais sobre o *telejornalismo* e indicar as bases para um possível projeto de pesquisa comparada, em nível nacional, entre o telejornalismo *nacional* e o telejornalismo *local* da Rede Globo de televisão. Trabalhamos com o pressuposto de que, no jornalismo praticado na principal rede de televisão do país, persistem *diferenças* que vão além da definição clássica do campo de interesse da notícia, isto é, se ela refere-se a assuntos locais/regionais ou nacionais.

A hipótese geral de trabalho para um projeto de pesquisa futuro deveria ser que, a partir de abril de 1996, o telejornalismo *nacional* continua “governista” e o telejornalismo *local*, de forma aparentemente contraditória, passou a praticar um tipo de cobertura “adversária” em relação ao “governo local”. Interessa-nos buscar

² Na definição de T. Gitlin (1980), *enquadramentos* são “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, e ainda de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os *symbol-handlers* organizam rotineiramente o discurso, quer verbal, quer visual.”

essas diferenças analisando comparativamente o conteúdo, a estrutura (formato) e o enquadramento das notícias veiculadas nacional e localmente. Além disso, verificada a existência dessa diferença nacional vs. local, interessa-nos identificar (1) as razões que a explicam; (2) o papel que os telejornais nacional e locais (e os jornalistas envolvidos na sua produção) atribuem a si mesmos; e (3) as conseqüências de curto e longo prazo que esse tipo de prática jornalística teria para a consolidação democrática.

O telejornalismo nacional

Os estudos disponíveis sobre o Jornal Nacional são unânimes em identificar a sua história de *oficialismo* ou apoio explícito aos diferentes governos brasileiros desde que a sua primeira edição foi ao ar em 1º de setembro de 1969, em pleno regime militar (LIMA, 1988). Era comum, mesmo nas rodas de jornalistas, a referência ao Jornal Nacional como "Diário Oficial da TV" (BRICKMANN, 1997) ou "escola de jornalismo subserviente" (BARROS E SILVA, FSP, 25/5/1997).

Desde abril de 1996, todavia, várias mudanças tem ocorrido no Jornal Nacional. Em geral, elas são associadas, de maneira um tanto simplificada, à nova orientação imprimida a partir da substituição de Alberico de Souza Cruz por Evandro Carlos de Andrade na direção do telejornal (BRICKMANN, 1997).

Uma pesquisa comparada recente, conduzida por Porto (1997), trabalhou com a hipótese de que as mudanças operadas no JN pretendem "*a more active and 'independent' journalism that would be able to build a new image for the network. The main objective of this strategy would be to change Globo's negative reputation as a pro-government network (...) JN this way Globo would be able to manage the dangers involved JN colliding with its audience and losing it to its competitors*" (p.16). Todavia, a pequena amostra utilizada para a comparação (seis edições do JN em novembro de 1995 e seis edições em abril de 1996) e resultados menos consistentes em relação a alguns aspectos observados (utilização de fontes governamentais, por exemplo), indicam a necessidade de novos estudos para determinar se as tendências encontradas são definitivas ou apenas transitórias.

Por outro lado, analistas independentes têm observado que a vocação do JN para "alinhar-se com o Governo" (explicitamente ou por omissão) em momentos politicamente decisivos continua em vigor. Essa é, por exemplo, a conclusão a que Barros e Silva (FSP, 25/5/1997) chega ao analisar a cobertura - ou a ausência dela - que o JN fez, em maio de 1997, sobre as acusações de compra de votos no Congresso Nacional para a aprovação da emenda constitucional que autoriza a reeleição do Presidente da República: "*Investigar? Que nada. Noticiar? Muito discretamente, para disfarçar. O governismo voltou a galope, despuddorado*", conclui ele.

Considerando a existência de indicações contraditórias como as mencionadas acima, resta, portanto, incompleta a tarefa de comparar o JN nos períodos anteriores a abril de 1996 (estudos já disponíveis) com a cobertura que vem ocorrendo após essa data³.

O telejornalismo local: um quase "estudo de caso" do DF-TV

Com relação ao telejornalismo local creio que dispomos de indicações razoáveis sobre a tendência das mudanças que vêm ocorrendo em pelo menos um dos telejornais das emissoras da própria Rede Globo: esse é, certamente, o caso de Brasília.

Uma constatação inicial dessa tendência foi feita na condição de simples telespectador da 1ª edição do DF-TV, um dos três telejornais locais da TV Globo-Brasília e líder de audiência no Distrito Federal, sintonizado, em média, por 80% dos aparelhos ligados em seu horário⁴. Ao longo de 1996 e nos dois primeiros meses de 1997, registrei uma pauta, uma estrutura padrão de cobertura e um *enquadramento* que me levaram a escrever um pequeno artigo, parcialmente publicado pelo *Correio Braziliense* de 11 de março de 1997 sob o título "Brasília segundo a lente do DF-TV". Este pequeno texto provocou manifestações de apoio espontâneas de alguns leitores do jornal, através do e-mail e de cartas e, ao mesmo tempo, gerou reações de desacordo - algumas iradas - de editores e repórteres da TV Globo-Brasília.

Na impossibilidade, a curto prazo, de uma pesquisa comparada dos telejornais locais das emissoras (*próprias* e não das emissoras *afiliadas*) da Rede Globo - RJ-TV, SP-TV, MG-TV, NE-TV e DF-TV - decidimos por uma observação preliminar, um quase "estudo de caso", do telejornalismo local DF-TV, ilustrado com algumas referências à edição equivalente de outros 2 telejornais locais de emissoras próprias (RJ-TV e MG-TV) e de 1 telejornalismo local de emissora afiliada (Jornal do Almoço da RBS-PA) da Rede Globo.

³ Registre-se que, apesar de toda a celeuma dos últimos meses, as pesquisas de audiência mais recentes (IBOPE de 30/9/1997) indicam 41 pontos para o JN e apenas 6 pontos para o 2º colocado, o Jornal da Record com Boris Casoy (Goiás, 8/10/1997).

⁴ Os outros telejornais locais são o "Bom Dia DF" que vai ao ar de 2a. a 6a. feira, às 7 da manhã, imediatamente antes do "Bom Dia Brasil" (duração de cerca de 30 minutos, incluindo os intervalos comerciais) e o DF-TV, 2a. edição, que vai ao ar de 2a. a sábado, por volta das 18:50h e tem a duração aproximada de apenas 10 minutos, incluindo os intervalos comerciais.

O dado sobre audiência do DF-TV, 1a. edição, foi fornecido, não oficialmente, pela TV Globo-Brasília, em julho de 1997.

Num período de seis semanas, entre 1º de julho e 8 de agosto de 1997, foram gravados 25 (vinte e cinco) apresentações do DF-TV, primeira edição; 3 (três) apresentações do MG-TV; 4 (quatro) do RJ-TV e 2 (duas) do *Jornal do Almoço* da RBS. Foram ainda realizadas entrevistas abertas com o chefe de reportagem do MG-TV, em Belo Horizonte (8/7) e com o editor-chefe do DF-TV, em Brasília (22/7)⁵.

Considerando que cada edição tem cerca de 25 minutos (a exceção é o *Jornal do Almoço* da RBS que tem cerca de uma hora), foram gravados, no total, cerca de 17 horas de telejornalismo local.

Antes porém de descrevermos o DF-TV, é preciso que nos detenhamos, ainda que brevemente, na caracterização histórica do jornalismo e da prática profissional do jornalista de Brasília, para que se possa compreender as mudanças pelas quais passa o telejornalismo local da Rede Globo.

*O jornalismo de Brasília: uma perspectiva histórica*⁶

O jornalismo de Brasília nasce com a cidade, que por sua vez nasce com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro, em 1960. Brasília, como se sabe, não desfrutava de autonomia política nem administrativa: o Presidente da República nomeava os governadores que por sua vez nomeavam administradores regionais. Uma Comissão do Senado Federal legislava para o Distrito Federal. Essa situação perdurou por longos 27 anos. Somente no final de 1986, pela primeira vez, o Distrito Federal elegeu representantes ao Congresso Nacional: três senadores e oito deputados. E somente com a Constituição de 1988, Brasília conquistou sua autonomia política e administrativa passando a ter um governador eleito diretamente e uma Câmara Distrital.

Ao longo de quase 30 anos - mais de dois terços dos quais sob regime militar - a principal pauta do jornalismo de Brasília foi - predominantemente - a *capital federal*, a sede dos *poderes da República* e, neste sentido, constituiu-se um "jornalismo oficial" desde seu nascimento. Existia também, um tipo de *jornalismo local especializado*, dirigido a um público reduzido, à elite política e social que reside em Brasília. Pode-se afirmar que esse jornalismo especializado é quase uma extensão do colunismo social da "grande imprensa" local: sobre as elites e para elas, esse jornalismo só pode existir pela condição de Brasília ser sede dos Poderes da República e das representações diplomáticas⁷.

⁵ Registro meu agradecimento aos dois jornalistas entrevistados, apesar das restrições internas a que estão sujeitos quanto a informações sobre sua rotina de trabalho.

⁶ Essa seção aparece, com pequenas modificações, em Lima (1993).

⁷ Não desconhecemos que existiu em Brasília, desde a sua inauguração, uma importante atividade de rádio local, através de emissoras AM, que fez emergir, inclusive, lideranças políticas que se elegeram nas

Já o jornalismo das sucursais e dos correspondentes de praticamente todos os principais jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão do país sempre reduziu-se, basicamente, à cobertura dos Poderes da República.

Dessa forma, ao contrário de outras capitais brasileiras, o jornalismo local de Brasília constituiu-se e desenvolveu-se - predominantemente - como *jornalismo nacional*. Registre-se, aliás, que esta não é uma característica exclusiva de Brasília: pode-se fazer a mesma afirmação com relação a outras cidades como, por exemplo, Washington nos Estados Unidos ou Moscou na Rússia.

Ao longo de quase 30 anos, a principal pauta do jornalismo de Brasília, tanto local quanto das sucursais, foi a ação do governo federal, entendido aqui, sobretudo, como a ação do Poder Executivo. O Legislativo e o Judiciário ocuparam, historicamente, uma posição secundária nessa agenda, decorrência não só da atrofia provocada pelos 21 anos de autoritarismo militar, mas também da herança de nossa tradição política conservadora que sempre entendeu a política como reduzida ao Estado, leia-se ao Poder Executivo.

Não se deve ignorar também, que as circunstâncias deste “jornalismo oficial” fizeram com que se desenvolvessem, historicamente, relações especiais entre diretores *de emissoras de TV, proprietários de jornais e/ou chefes de sucursais, e diferentes setores dos Poderes da República*.

Com certeza existe para este reduzido segmento da atividade jornalística - os proprietários e administradores - a mesma característica de “simbiose” que existe para os jornalistas (repórteres, analistas) em função da proximidade social e/ou geográfica com as fontes oficiais. Além disso, vale lembrar que os mídia de Brasília, mais do que os de outras cidades brasileiras e em função mesmo das características predominantes administrativas da capital, dependem, em grande parte, das verbas publicitárias dos governos federal e local para sua sobrevivência econômico-financeira.

Se essas foram as características gerais historicamente predominantes do jornalismo de Brasília, como se situa o jornalista e sua prática profissional neste contexto?

Em primeiro lugar há que se registrar que as principais fontes deste jornalismo foram, na sua esmagadora maioria, as fontes oficiais: burocratas do “primeiro escalão” do governo federal, leia-se, Poder Executivo, nos diversos Ministérios e no Palácio do Planalto e, naturalmente os próprios ministros e o presidente da República, este a fonte oficial maior; deputados e senadores, preferencialmente os líderes do governo e dos partidos e os presidentes e membros

primeiras eleições para o Congresso Nacional em 1986. Na perspectiva histórica que nos interessa, todavia, o *jornalismo oficial* foi a orientação identificadora e predominante do jornalismo de Brasília até recentemente. Registre-se, por exemplo, que o *Correio Braziliense*, só veio a ter um Caderno de Cidades, específico para a cobertura local do Distrito Federal, em abril de 1995!

das mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; e os membros dos diversos tribunais superiores do Poder Judiciário, preferencialmente seus presidentes. Eventualmente, algumas dessas fontes oficiais “falam” através de seus porta-vozes, assessores de imprensa ou chefes de assessorias de comunicação social, eles próprios jornalistas, mas esse fato não altera o caráter oficial enfatizado aqui.

Em segundo lugar, há de se reconhecer que, embora o presidencialismo brasileiro, durante o regime militar e depois dele, implicasse na substituição periódica dos ocupantes do chamado “primeiro escalão”, isto é, das principais fontes oficiais, a procura deste “tipo” de fonte permaneceu invariável na rotina jornalística de Brasília. Desta forma, independentemente da mudança dos ocupantes do “primeiro escalão”, a prática profissional mantém a rotina que identifica o “primeiro escalão” como fonte oficial e, portanto, como fonte hierarquicamente mais qualificada. Isto confirma a existência, no jornalismo de Brasília, do “modelo cumulativo”, ou seja, jornalistas repetidamente em contato com um número reduzido de fontes do mesmo tipo, limitando desta forma a presença nos mídia de outras fontes, vale dizer, de uma representação não-oficial da realidade.

Finalmente, é sabido que os jornalistas de Brasília privam de uma formidável proximidade social e geográfica com suas principais fontes oficiais transformando em realidade concreta a relação “simbiótica” identificada por pesquisas em contextos profissionais diferentes dos nossos. Vejamos: residem na mesma nova cidade, isolada no Planalto Central onde as opções de lazer ainda são bastante reduzidas comparadas àquelas de cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo; muitas vezes residem no mesmo bairro; jornalistas ou seus filhos freqüentam ou freqüentaram o mesmo Colégio ou Universidade de algumas de suas principais fontes ou de seus filhos; freqüentam os mesmos restaurantes, clubes, festas e, não tão infreqüentemente, estabelecem até mesmo relações de parentesco, diretamente ou através de seus filhos.

São as características acima apontadas que sempre identificaram o jornalismo e a prática profissional do jornalista em Brasília, na medida em que ambos constituem e são constituídos em uma estrutura simbólica de expectativas, orientações e valores cujo elemento diferenciador é exatamente a proximidade do poder político central. Essa estrutura simbólica não determina o conteúdo das notícias mas, certamente, definiu historicamente os limites de representação de uma “realidade oficial”, dentro dos quais a notícia é produzida. Constitui-se, então, uma subcultura própria que poderia ser chamada de “subcultura profissional do jornalismo oficial” e que tem permeado a prática profissional do jornalista e o jornalismo de Brasília.

É dentro dessa perspectiva histórica que nasce a TV Globo Brasília em 1972, em pleno regime militar e durante a presidência do general Médici. O telejornalismo local surge “colado” aos telejornais nacionais - *Jornal Hoje* e JN - e só em 3 de janeiro de 1983 vai ao ar a primeira edição do DF-TV, simultaneamente com os outros telejornais locais “independentes” (RJ-TV, SP-TV, MG-TV e NE-TV) das demais emissoras próprias da Rede Globo⁸.

O conteúdo (pauta) das notícias

O DF-TV, primeira edição, é um telejornal apresentado de 2ª feira a sábado, com início em torno das 12:30h. e duração média pouco inferior a 20 minutos de noticiário (excluídos os intervalos comerciais). É dividido em 4 blocos, precedidos de chamadas curtas, sendo que os dois/três primeiros são, geralmente, dedicados a *hard news* (política, economia, cotidiano) e os dois últimos, especialmente o último, a *soft news* (entretenimento, agenda cultural). O DF-TV, quase diariamente, convida pessoas ao seu estúdio para entrevistas ao vivo, apresentadas no 2º e/ou 3º blocos. A estrutura (formato) dessas entrevistas é, na maioria das vezes, de um debate mediado pelo apresentador do telejornal entre convidados-entrevistados em posições opostas. O DF-TV possui "colunas" fixas de decoração (2ª feira), moda (5ª feira), videobiografia e link da cidade (sábados) e, eventualmente, Cidades do Entorno (que são reportagens sobre as cidades dos estados de Goiás e Minas Gerais que fazem limite com o Distrito Federal), Saúde etc. Além disso o DF-TV apresenta um número razoável de matérias de “serviço” distribuídas pelos diferentes blocos e uma coluna fixa de meteorologia com a previsão do tempo.

⁸ São escassas as informações sobre a história do telejornalismo local. Infelizmente, durante o período em que esse texto foi elaborado, não foi possível colher o depoimento de jornalistas-chave que trabalharam no início da TV Globo-Brasília.

Nosso interesse específico são as *hard news*, em geral concentradas no 1º e 2º blocos. A cronometragem dessas *hard news* em uma “semana composta” do período total de gravação revelou que mais da metade do telejornal, 55.25% (12 blocos de 20 possíveis) são dedicados, em média, a esse tipo de notícia, estando aí incluídas eventuais notas de serviço⁹.

A questão que nos interessa, a seguir, é saber qual o conteúdo/pauta predominante das *hard news* do DF-TV? Durante a “semana composta” analisada constatamos que, em primeiro lugar está a violência [acidentes de trânsito (4 matérias) assassinatos (1 mat.), assaltos (2 mats), rebelião de presos (1 mat.), julgamento/júri (1 mat.)]; em segundo lugar está a prostituição (infantil e adulta, 2 matérias). A ocupação irregular de áreas públicas (invasões), o comércio ilegal de contrabando (feira do “Paraguai”) e a poluição do Lago Paranoá são outros temas que merecem destaque na cobertura da “semana composta”.

A estrutura (formato) das notícias

A cobertura dos temas identificados acima segue uma *estrutura padrão* que pode ser descrita da seguinte maneira: na abertura do telejornal há chamadas curtas (5 segundos, em média, cada) para os temas em destaque naquela edição¹⁰; dentro do bloco de notícias específico o apresentador faz a abertura da matéria e chama a reportagem; o repórter descreve o problema, entrevista a(s) pessoa(s) envolvidas e, em seguida, entrevista uma “autoridade” pedindo “explicações” para a situação: porque está assim, o que está sendo feito, quando fica pronto etc. Em seguida o apresentador faz um comentário e emite sua posição sobre o assunto. Quando o tema permite, após a reportagem, volta-se ao estúdio para um debate onde estará presente uma “autoridade” - das administrações regionais ou de órgãos da estrutura do executivo do GDF - que é confrontada com um morador/ usuário/vítima etc. da situação/problema e para quem são pedidas explicações.

⁹ Para um período de 6 semanas (de 1º de julho a 9 de agosto), das 36 edições que foram ao ar, gravamos, não sequencialmente, 25 edições, isto é, 69.4% do universo total possível. Deste conjunto, foi composta uma semana (segunda a sexta feira) com dias da semana diferentes de cada uma das seis semanas possíveis (2a.-28/7, 3a.-1/7, 4a.-6/8, 5a.-17/7 e 6a.-25/7), embora não em sequência.

¹⁰ Se considerarmos, com Weaver (1975/1993), que “as notícias de televisão são coerentemente organizadas e estreitamente unificadas - e isto é verdade para cada notícia bem como para o conjunto das notícias... (e que) os telejornais tendem a apresentar uma interpretação única e unificada dos acontecimentos do dia como um todo” (pp. 297-98, *passim*), teremos que atribuir às “chamadas” curtas na abertura do telejornal e no fechamento dos blocos e às aberturas das matérias que recuperam o enquadramento das chamadas, esse papel unificador no DF-TV.

O enquadramento

O enquadramento que prevalece na cobertura dessas “notícias”, em geral, tende a atribuir ao “Governo” ou às “autoridades” a responsabilidade pelos problemas descritos e enfrentados pela população. Essa atribuição de responsabilidade é despida de qualquer perspectiva histórica, como se todos os problemas se originassem num presente eterno, e é feita, muitas vezes, diretamente em “comentários” do próprio apresentador, após as reportagens.

O “Governo” é identificado como “*sem autoridade*”, “*incapaz*” (de “*manter a lei e a ordem*”, de “*pelo menos fazer a parte dele*”), “*impotente*”, “*incompetente*”. O “Governo” é também identificado como fazendo “*propaganda de mais e agindo de menos*”. Além disso, refere-se às “*autoridades*” (da área de segurança pública) como “*não fazendo nada*” ou “*pouco*”, assim mesmo só quando o DF-TV mostra reportagens sobre a violência e elas (as autoridades) realizam operações “*só para jornalista ver*”¹¹.

Brasília é representada como uma cidade onde “o trânsito é um caos”, “a saúde está em crise”, existe uma “rotina de medo” com relação aos mais variados crimes, a “realidade é cruel e sangrenta”, a prostituição infantil é generalizada e a população “ri dos dados do governo” que atestam a diminuição da criminalidade.

Selecionamos, de diferentes edições do telejornal durante o período analisado, 4 reportagens, com uma média de duração de 2 minutos e 9 segundos, seguidas de comentários do apresentador que exemplificam o tipo de enquadramento que predomina no tratamento das matérias:

Exemplo 01:

Data: 02 de julho

Tema da matéria: Retirada de Invasores da Estrutural

Chamadas (1a.): Confusão na Invasão da Estrutural. IDAHB é obrigado a suspender retirada de barracos na antiga Estrutural.

Abertura: Invasores da Estrutural botam fiscais para correr.

Duração: 2m e 15 seg (1º bloco)

Descrição: A reportagem mostra funcionários do IDAHB (GDF), do IBAMA e soldados da Polícia Militar sendo obrigados a interromper a derrubada de barracos que ameaçam uma reserva ecológica e se retirar da “Invasão da Estrutural” para evitar

¹¹ Concluir que um *enquadramento* “adversário” é predominante não significa desconhecer que existem matérias, reportagens e entrevistas que são *enquadradas* de forma “não-adversária”. No período que estamos analisando, por exemplo, o DF-TV ocupou um bloco inteiro de entrevista com o Governador do Distrito Federal, ocasião em que ele pode expor sua posição com relação a vários temas que estavam sendo tratados de forma “adversária” pela cobertura cotidiana do telejornal (DF-TV, bloco 3, dia 4 de agosto). Esse *enquadramento*, todavia, é claramente a exceção e não a regra.

conflito com os invasores. Há entrevistas com um fiscal e com o coordenador da operação que garante que eles voltarão para fazer a retirada.

Comentários do apresentador ao final da reportagem: *“O Governo do Distrito Federal perdeu a autoridade e não consegue manter a lei e a ordem na Estrutural, uma região que está se tornando intocável. O episódio de hoje mostra ainda toda a impotência do GDF para resolver um problema que já se arrasta há mais de dois anos. O Governo prometeu remover a invasão, ganhou o apoio da população e definiu a área para onde faria a transferência, mas perdeu o momento político e ainda aumentou o problema ao criar uma invasão provisória. Tudo leva a crer que a invasão da Estrutural vai ficar exatamente aonde esta.”*

Exemplo 02:

Data: 02 de julho

Tema da matéria: Violência em Samambaia (cidade-satélite do D.F.)

Chamadas: não há.

Abertura: O medo toma conta de Samambaia. Assaltos e assassinatos fazem parte da rotina da cidade.

Duração: 2m e 32 seg. (2º bloco)

Descrição: A reportagem noticia o assassinato de um jovem. Entrevista o pai da vítima num barraco pobre, o delegado da cidade e dois farmacêuticos que já foram assaltados e ameaçados de morte. A matéria (e o delegado) atribuem os crimes ao excesso de pessoas armadas na cidade.

Comentários do apresentador ao final da reportagem: *“O dia-a-dia de Samambaia mais lembra um filme de farwest, onde todo mundo anda armado e resolve qualquer problema a bala. Só que naqueles filmes às vezes aparece um xerife que proíbe o uso de armas na cidade e tenta controlar a situação. E aqui, na realidade cruel e sangrenta do Distrito Federal, ninguém faz nada. Há duas semanas, depois de mostrarmos uma série de reportagens sobre a violência no Distrito Federal, as autoridades até que se mexeram. Mas foi pouco. Duas operações de desarmamento e mais nada. Será que estas ações foram só ‘para jornalista ver?’”*

Exemplo 03:

Data: 14 de julho

Tema da Matéria: Violência no Trânsito

Chamadas (1a.) Mais um fim de semana violento no trânsito: 4 pessoas morrem em acidentes.

Abertura: Fim de semana violento no trânsito.

Duração: 1 m e 54 segundos (1º bloco)

Descrição: A reportagem mostra dois acidentes de trânsito ocorridos no final de semana, ambos com vítimas. Em um deles, uma criança de 5 anos atravessava na

faixa de segurança para pedestres, e mesmo assim foi atropelada por um ônibus. A repórter enfatiza o fato de que a faixa de pedestres está fraca/apagada. Há entrevistas com dois populares (uma criança) que dizem que os motoristas não respeitam as faixas de pedestre e com o avô da criança que acusa o motorista atropelador de “animal”. Antes de iniciar seu comentário o apresentador informa que o motorista do ônibus já foi identificado e preso pela polícia.

Comentário do apresentador ao final da reportagem: *“A pergunta que se faz agora é: qual autoridade vai se responsabilizar pela morte do menino? Ele confiou na Lei da Faixa de Segurança e acabou morrendo. A Lei só está sendo cumprida no Plano Piloto. Nas cidades satélites ou não existem faixas ou estão apagadas como aquela que agente viu na Avenida Samdu.”*

Exemplo 04:

Data: 01 de agosto

Tema da matéria: Início do Funcionamento da Feira do Paraguai

Chamada (1a.): Feira do Paraguai não tem data para começar a funcionar.

Abertura: Quem esperava fazer compras na Feira do Paraguai neste fim de semana pode desistir: mais uma vez o processo de cadastramento foi interrompido.

Duração: 1 m e 58 seg. (1º bloco)

Descrição: A reportagem mostra as dificuldades dos feirantes para regularizar sua situação. Um contador da Junta Comercial informa que 700 processos estavam com os endereços errados. O administrador da nova área (GDF) diz que o governo cumpriu sua parte e reafirma a necessidade da regularização para que os feirantes possam começar a trabalhar no local.

Comentários do apresentador ao final da reportagem: *“A novela de Feira do Paraguai parecia que estava terminando mas não pára de ganhar novos capítulos. O Governo montou uma operação de guerra e gastou 100 mil reais para transferir os feirantes. Marcou data para o início de funcionamento da nova feira. Seria o fim da ilegalidade mas, ao contrário, os camelôs se espalharam ainda mais pela cidade para vender o contrabando em condições precárias e em lugares inadequados. Se os próprios feirantes estão dificultando a legalização, o Governo deveria pelo menos fazer a parte dele. Mas nada acontece. E, enquanto isso, o Governo não para de alardear que está tudo legal. O GDF deveria fazer menos propaganda e agir mais.”*

Observações (provisórias) finais

Quais explicações poderiam ser oferecidas para justificar o telejornalismo hoje praticado pelo DF-TV que representa uma significativa mudança com relação à tradição do “jornalismo oficial” (local e nacional) que durante tantos anos foi predominante em Brasília?

Como temos reiterado ao longo desse texto, não dispomos de dados para avançar com maior profundidade no esclarecimento dessas questões. No entanto, algumas observações gerais e, pelo menos, duas hipóteses básicas, não excludentes e eventualmente complementares, podem ser aqui sugeridas.

DF-TV versus outros telejornais locais

Primeiramente devemos registrar que no exame da amostra aleatória de outros telejornais locais de emissoras da própria Rede Globo (MG-TV, RJ-TV) e de uma afiliada (JA-RBS), verificamos a existência de algumas semelhanças e muitas diferenças com o DF-TV.

Em nenhuma outra das edições gravadas identificamos o mesmo grau explícito de enquadramento crítico em relação ao Governo local. Também não encontramos a freqüente editorialização por parte dos apresentadores, como ocorre no DF-TV. Há, todavia, uma tendência generalizada ao que alguns têm chamado de “jornalismo comunitário” na medida em que se enfatiza a cobertura de problemas ligados à violência/segurança (existe uma verdadeira obsessão com os problemas de trânsito. Eles são cobertos com intensidades semelhantes nos quatro telejornais locais que examinamos), saúde pública, educação e moradia da população. Por outro lado, há ênfases bastante diferenciadas na cobertura de aspectos “positivos” da realidade social e de ações independentes da sociedade civil organizada na busca de solução para diferentes problemas.

O discurso adversário

Uma primeira hipótese refere-se - apesar das aparências em contrário - a um antigo viés da atuação dos mídia no Brasil.

No final da década de 80, Campello de Souza (1989), analisando a transição democrática e utilizando-se de conceito “*adversary culture*”, cunhado por Lionel Trilling, referiu-se aos meios de comunicação no Brasil como praticando um “discurso adversário” à democracia. Será que ao definir como pauta (conteúdo) predominante a cobertura dos problemas sociais da periferia do Distrito Federal; ao estruturar (formatar) as notícias no sentido de opor os interesses e ações do “governo” e das “autoridades” aos interesses e ações da população; e ao construir o

telejornal e *enquadrar* as notícias atribuindo a responsabilidade pelos problemas do cotidiano ao "governo" e as "autoridades", o DF-TV não se enquadraria também nesta tradição? Vejamos quatro aspectos que reforçam essa hipótese:

Em primeiro lugar, esse tipo de telejornalismo local ignora que, no mundo contemporâneo, o poder de formular e implementar políticas "públicas" eficientes, desloca-se cada vez mais do Estado - nos níveis local, regional e nacional - para atores políticos privados, como empresas e organizações não-governamentais. O "governo" e as "autoridades" são os representantes da sociedade na gerência transitória do Estado que, muitas vezes, não é sequer o ator político mais poderoso (LIMA, 1997).

Em segundo lugar, não se pode esquecer que a gerência efetiva do Estado *pelos governos* está relacionada ao dever de todos os cidadãos (e pessoas jurídicas) contribuírem com a sua parcela na arrecadação dos impostos que - em tese - serão aplicados no interesse público. É claro que a realidade brasileira e do Distrito Federal, em particular, é sabidamente desigual e injusta e, portanto, o recolhimento de impostos, quando couber, tem que ser justo e diferenciado. Vários dos serviços públicos prestados pelo GDF são majoritariamente "consumidos" por moradores de outros estados - que não recolhem tributos em Brasília - ou por residentes do Distrito Federal que *estão* ou se *colocam* "fora" da cidadania e se consideram desobrigados de contribuir. São sobretudo as demandas sociais desses setores - marginais e marginalizados - que aparecem com maior frequência na pauta do DF-TV.

Terceiro, ao se colocar como canal prioritário para as demandas que esses setores da população fazem ao governo/Estado, na verdade o DF-TV contribui para que esses segmentos não se organizem para encontrar a solução de seus problemas através do exercício pleno da cidadania. Vale dizer, o DF-TV *não contribui para a solução dos problemas apontados mas para a sua perpetuação*. É mais fácil reclamar ao repórter da Globo e ter a recompensa simbólica de "aparecer na TV", do que participar de reuniões na comunidade, filiar-se a sindicato ou exercer a militância num partido político.

E, finalmente, o DF-TV ajuda a transformar o governo e seus ocupantes em instituição e seres míticos, todo-poderosos. Essa metamorfose, além de ser equivocada, favorece o personalismo e a prática política populista, ao mesmo tempo em que exime outros atores políticos - *inclusive a televisão* - de qualquer responsabilidade na construção da realidade presente e de qualquer compromisso efetivo com a busca de soluções.

Jornalismo comunitário

A segunda hipótese (que, insisto, não exclui necessariamente a primeira) refere-se à tendência contemporânea de transformação do jornalismo local (de televisão e também de jornal) naquilo que os editores dos telejornais da Rede Globo chamam de “jornalismo comunitário”¹². Trata-se, de maneira simplificada, da redução da notícia - como na crítica clássica dos frankfurtianos - a apenas uma mercadoria. Como consequência, a esfera pública é reduzida ao mercado e o cidadão-telespectador apenas a consumidor.

O que importa nesta perspectiva é o surrado *slogan* “dar ao telespectador o que ele quer” conforme detectado nas oscilações dos índices de audiência que instrumentalizam as decisões diárias de pauta dos editores e apresentadores dos telejornais locais. Abre-se mão das clássicas responsabilidades profissional e ética do jornalista e transforma-se a cultura profissional na obediência ao mercado. O critério mais importante é garantir a audiência no horário, vale dizer, garantir os anunciantes e o faturamento. A lógica da notícia se submete, sem mais, à lógica do entretenimento.

Auto-imagem

Outro aspecto que nos interessa identificar é qual papel o DF-TV e seus jornalistas atribuem a si mesmos. Num dos comentários reproduzidos acima, o apresentador explicita que *as autoridades só agem em resposta àquilo que o DF-TV mostra*. Torna-se clara, portanto, a auto-atribuição ao telejornal de papel de definir (construir) a *agenda de ação* dos órgãos do Governo local, assim como de canalizador e intermediário entre as demandas da população e o Governo. Além disso, nos exemplos citados, fica também clara a auto-atribuição ao telejornal e aos seus jornalistas de um papel permanente de fiscalizador(es) das ações do Governo e das autoridades. O apresentador do DF-TV se transforma, assim, numa espécie de “ouvidor geral” e pede explicações em nome da “população”¹³.

¹² Essa proposta não é exclusiva da Globo. Em Brasília a TV Brasília, afiliada à Rede Manchete e de propriedade dos Diários e Emissoras Associadas, adotou esta orientação desde abril de 1997. Em artigo recente o diretor de jornalismo da TV Brasília afirmou que “a nível local (os brasilienses) sugeriram um jornalismo que revelasse um envolvimento real com Brasília e as cidades-satélites, com muita interatividade e prestação de serviço” (cf. Pereira, *Correio Braziliense*, 13/4/97). Em outra matéria o mesmo diretor é citado afirmando “estamos conseguindo fazer em televisão aquilo que no rádio sempre funcionou muito bem: a interatividade” (cf. Rocha, *Correio Braziliense*, 16/9/97).

¹³ Manifesta-se aqui uma contradição do jornalista que se considera ao mesmo tempo “profissional” e “representante do público”. Hallin e Mancini (1984/93) e Hallin (1996) tratam dessas questões. Creio que no caso brasileiro - inclusive no que tem sido chamado de *jornalismo cívico* por analogia com o *cívico*

E a democracia?

Finalmente, a questão principal no horizonte de uma futura pesquisa que se venha a realizar sobre o tema do telejornalismo nacional *versus* local, seria qual o papel que o telejornalismo está desempenhando no processo de consolidação de instituições democráticas estáveis e permanentes no Brasil deste final de século. O viés dessa discussão será certamente distinto daquele que já há algum tempo se faz nos Estados Unidos e refere-se a uma crítica de origem conservadora aos mídia considerados “liberais” (HALLIN, 1994, esp. cap. 3). A questão entre nós deverá caminhar na direção, já explorada por Campello de Souza (1989) e Porto (1996), de esclarecer até que ponto os mídia são responsáveis pela inexistência de distinção entre *eficácia* e *legitimidade* do nosso regime democrático.

Nesse sentido, se o “discurso adversário” verificado no DF-TV for confirmado numa pesquisa sistemática, valeria também a pena analisar comparativamente o conteúdo (pauta), a estrutura (formato) e o tipo de *enquadramento* das notícias nos telejornais de emissoras da Rede Globo (próprias e afiliadas) em localidades onde o Governo local tivesse as mesmas vinculações políticas e partidárias do atual Governo do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A. A campanha presidencial no 'Jornal Nacional': observações preliminares. *Comunicação & política*, NS, v. 1, n. 1, p. 23-40, 1994.

ALVES, R. C. Tempo de reflexão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 jul. 1997.
Disponível em: <www.oglobo.com.br/colunas/rosental.html>

BARROS E SILVA, F. O 'JN', o PFL, FHC e o X da Questão. *Folha de São Paulo*, 25 maio 1997. TV Folha, p. 2.

BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRICKMANN, C. Pérolas do jornalismo de insinuação. *Revista Imprensa*, v. X, n. 119, p. 46, 1997.

journalism dos Estados Unidos - o profissionalismo tem sido entendido como equivalente à submissão ao mercado praticada pelos que fazem o *jornalismo comunitário* acima descrito.

CAMPHELLO DE SOUZA, M. C. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 563-627.

FABRÍCIO, G. B. *O Jornal Nacional da Rede Globo e a construção do cenário de representação da política (1/10/93 a 1/10/95)*. Tese de Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília, 1997.

GITLIN, T. *The whole world is watching*. Berkeley, CA: University of California Press, 1980.

GOIS, A. Radar. *Veja*, ed. 1516, ano 30, n. 40, p. 25, 8 out. 1997.

HALLIN, D. Commercialism and professionalism in american news media. In: CURRAN, J.; GUREVITCH, M. (ed.). *Mass media and society*. (2nd. edition). London: Edward Arnold, 1996, p.243-261.

_____. *We keep America on the top of the world*. London: Routledge, 1994.

HALLIN, D.; MANCINI, P. Falando do presidente: a estrutura política e a forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1984/1993, p.306-25.

LIMA, V. A. Comunicações, política e democracia. In: CASTRO, M. F.; TRINDADE, A. A. C. (org.). *Sociedade democrática no fm do século*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 119-45.

_____. Brasília segundo a lente do DF-TV. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 11 mar. 1997. Caderno Dois, p. 8.

_____. Jornalismo oficial: a imprensa em Brasília. VV. AA., *Jornalismo de Brasília: impressões e vivências*. Brasília: Sindicato dos Jornalistas Profissionais/Lantana, 1993, p.15-22.

_____. The State, television, and political power in Brazil. *Critical studies in mass communication*, v. 5, n. 2, p. 108-28, 1988.

LINS DA SILVA, C. E. *Muito além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus, 1985.

MIRA, M. C. O Global e o local: mídia, identidades e usos da cultura. *Margem*, São Paulo, FCS, PUC-SP, n. 3, p. 131-49, 1994.

PEREIRA, A. Os novos caminhos da TV Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 13 abr. 1997. Imprensa, p. 1-37.

PORTO, M. P. *New political strategies in brazilian television? Globo's 'Jornal Nacional' in a comparative perspective*. Trabalho apresentado no Congresso da LASA-Latin American Studies Association, Guadalajara, México, 1997.

_____. A crise de confiança na política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia. In: BAQUERO, M. (org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1996.

ROCHA, M. Resultado melhor do que esperado. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 16 set. 1997. Caderno Dois, p. 8.

SARTORI, G. *La democracia después del comunismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

SQUIRRA, S. *O Telejornalismo brasileiro em tempos de globalização*. Trabalho apresentado no Congresso da INTERCOM, Santos, S.P., setembro 1997.

_____. *Boris Casoy – o âncora no telejornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1993.

TRAQUINA, N. O paradigma do 'agenda setting': redescoberta do poder do jornalismo. *Revista Comunicação & Linguagens*, n. 21-22, p. 189-221, 1995.

WEAVER, P. As notícias de jornal e as notícias de televisão. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega, 1993.

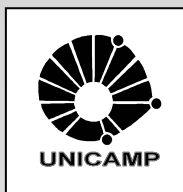
WOLF, M. *Teorias de Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

Recebido para publicação em novembro de 1997.

TENDÊNCIAS

Ano 4, nº 3

ENCARTE
DA
REVISTA
DO
CESOP



*Este encarte **Tendências** aborda o tema da Justiça e do Poder Judiciário, e está inspirado no debate acerca das transformações do sistema legal necessárias à adequação aos avanços da democracia no Brasil.*

Através de dados de pesquisas nacionais realizadas entre 1989 e 1995, estão apresentadas opiniões sobre a confiança e o acesso à Justiça, sobre o respeito às leis, sobre o desempenho global do sistema judiciário.

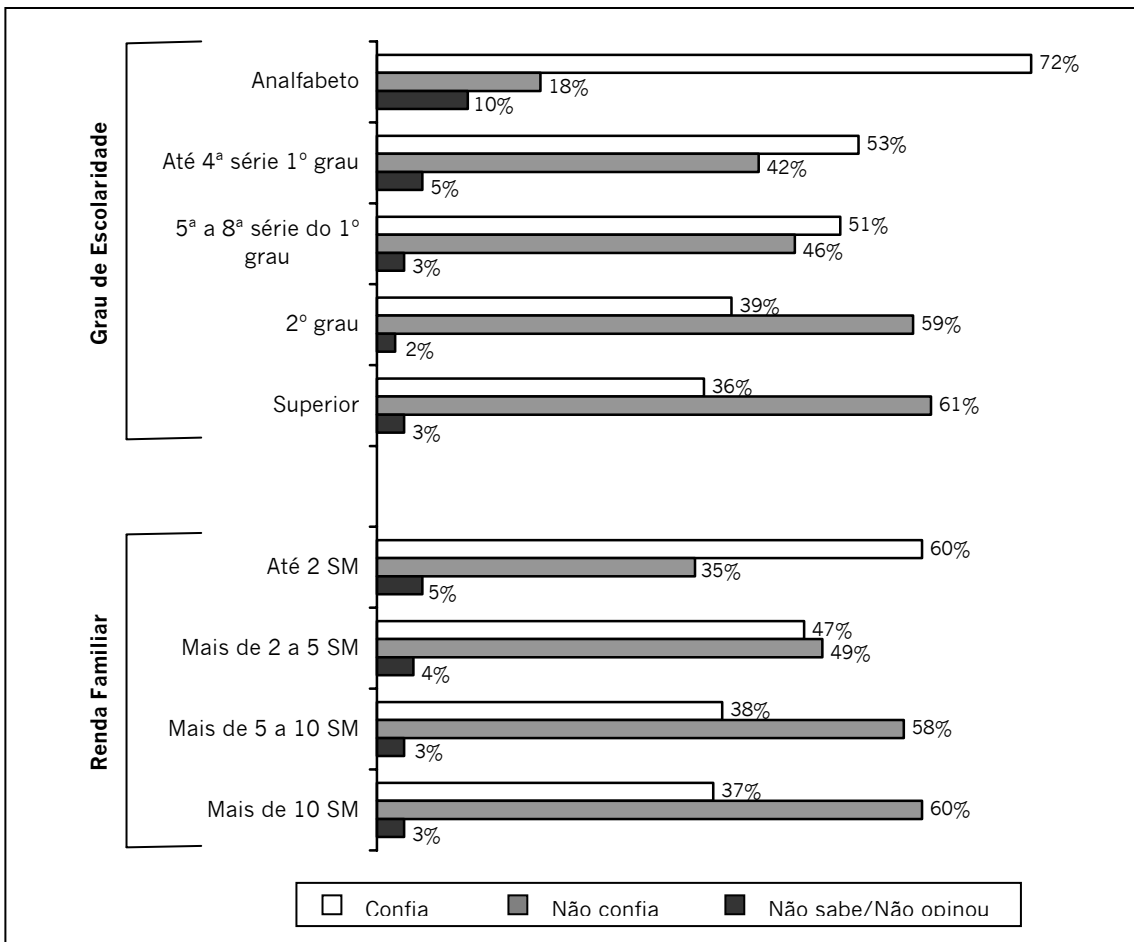
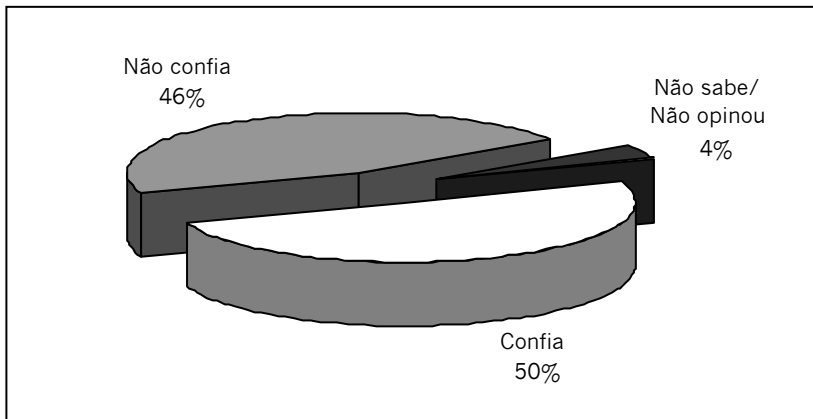
Opiniões que apontam a manutenção das desigualdades sociais segundo o tratamento dado pela Justiça são um aspecto central dos dados sistematizados.

*Além de pesquisas realizadas com a sociedade brasileira em geral, este **Tendências** também apresenta pesquisas realizadas com públicos específicos - os presos da Casa de Detenção de São Paulo, com dados de pesquisa realizada em 1991, e os magistrados do poder judiciário, com dados de pesquisa realizada em 1992. O objetivo central que inspirou estas escolhas foi apresentar distintas visões sobre o funcionamento da Justiça, seus limites e os elementos apontados para a melhoria de seu desempenho.*

Na segunda parte, o encarte apresenta opiniões gerais da população norte-americana sobre a Justiça para os anos de 1995 e 1997. Destacam-se as opiniões sobre o acesso e o tratamento dados às minorias, e sobre o desempenho geral do sistema legal.

As pessoas confiam na Justiça?

Pesquisa Nacional
Brasil
1995



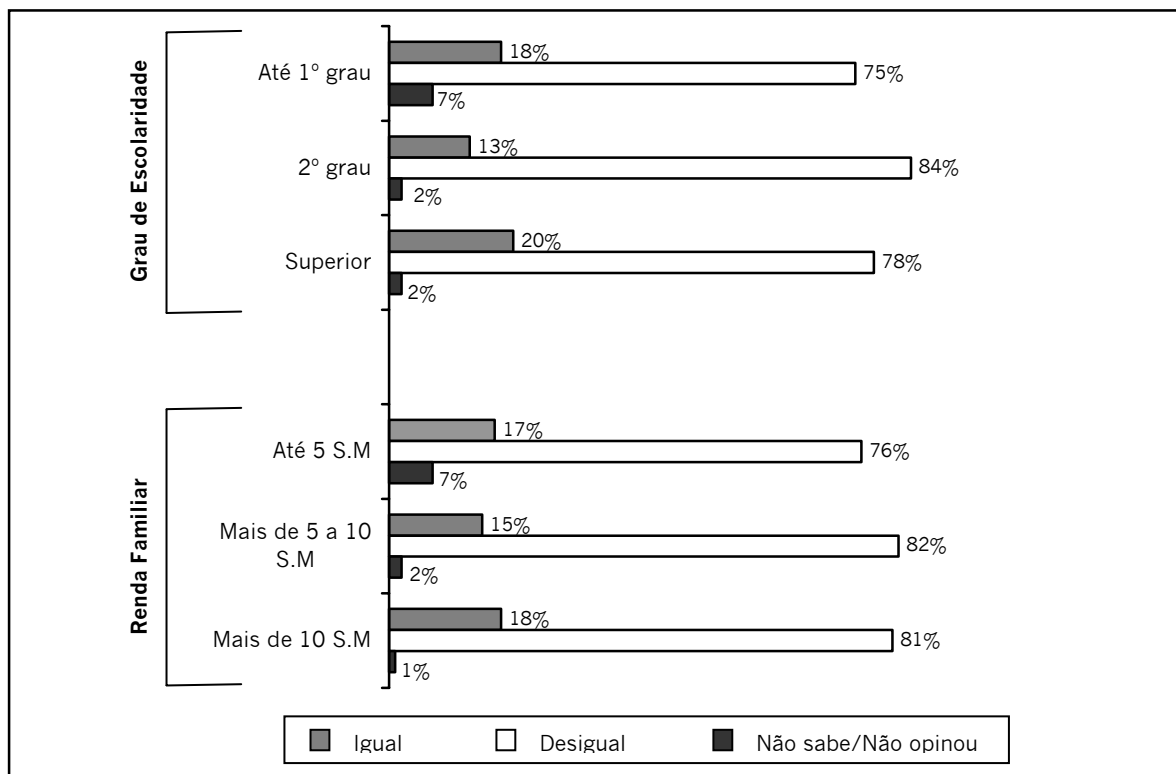
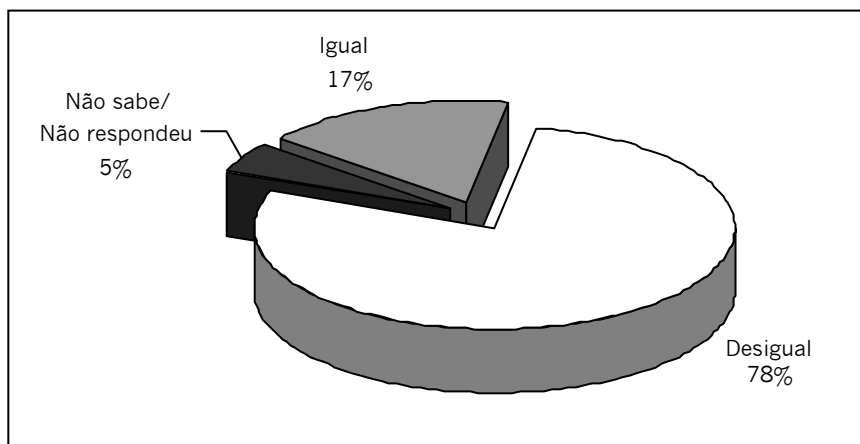
Fonte: IBOPE, 11/09/95

Pergunta: "Agora, para cada uma destas instituições e pessoas que eu citar, gostaria que o(a) Sr.(a) me dissesse se confia ou não em cada uma delas. A Justiça:"

O que a população pensa sobre a igualdade de todos perante a lei?

Pesquisa Nacional
 Brasil
 1993

As leis tratam todos de maneira:

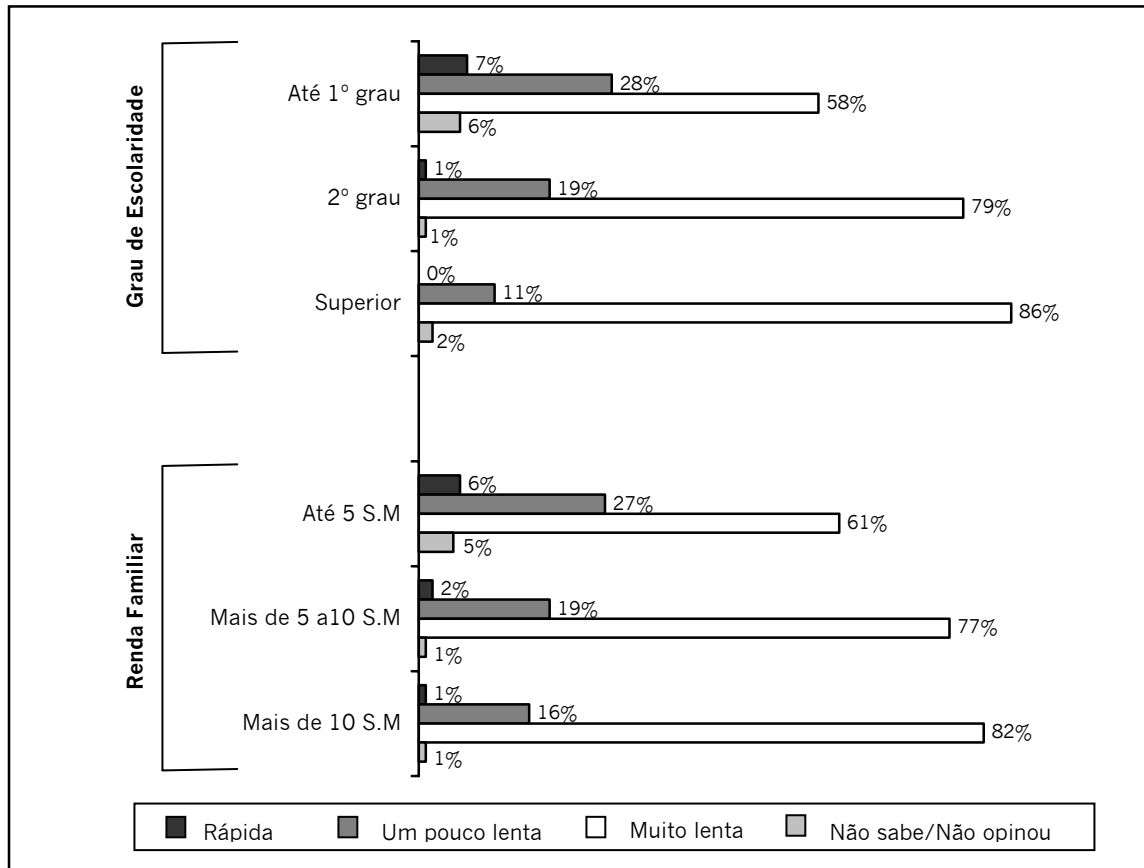
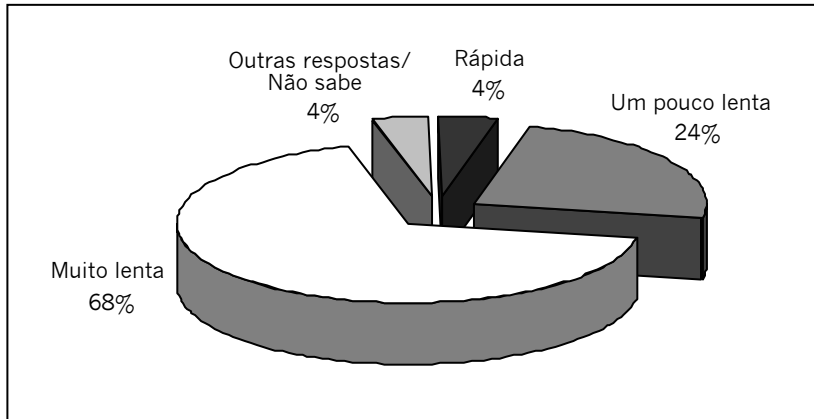


Fonte: Datafolha, 27-28/03/1993

Pergunta: "Você acha que as leis que afetam mais diretamente a você e pessoas como você tratam todos de maneira igual ou não?"

Como a população avalia o tempo da Justiça?

Pesquisa Nacional
Brasil
1993

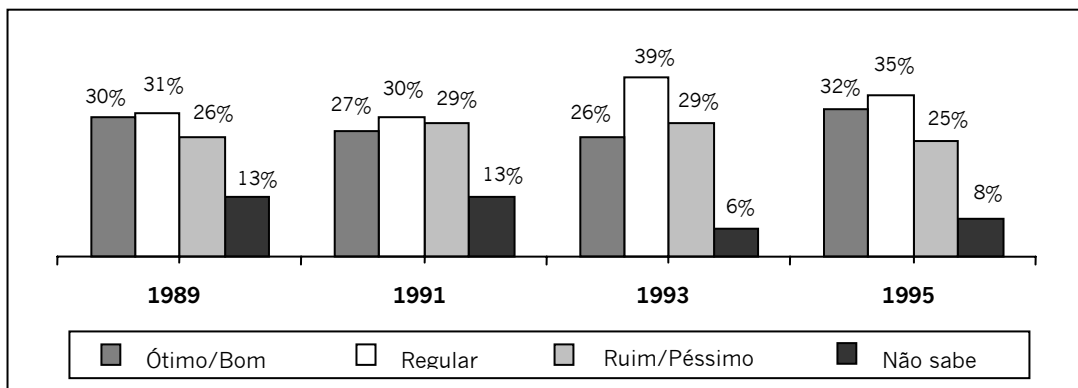


Fonte: Datafolha, 15/06/93

Pergunta: "Na sua opinião, de modo geral a Justiça é: rápida, um pouco lenta ou muito lenta?"

**Pesquisa Nacional
Brasil
1989 a 1995**

**Como a população avalia o desempenho dos
juízes e dos tribunais de justiça?**



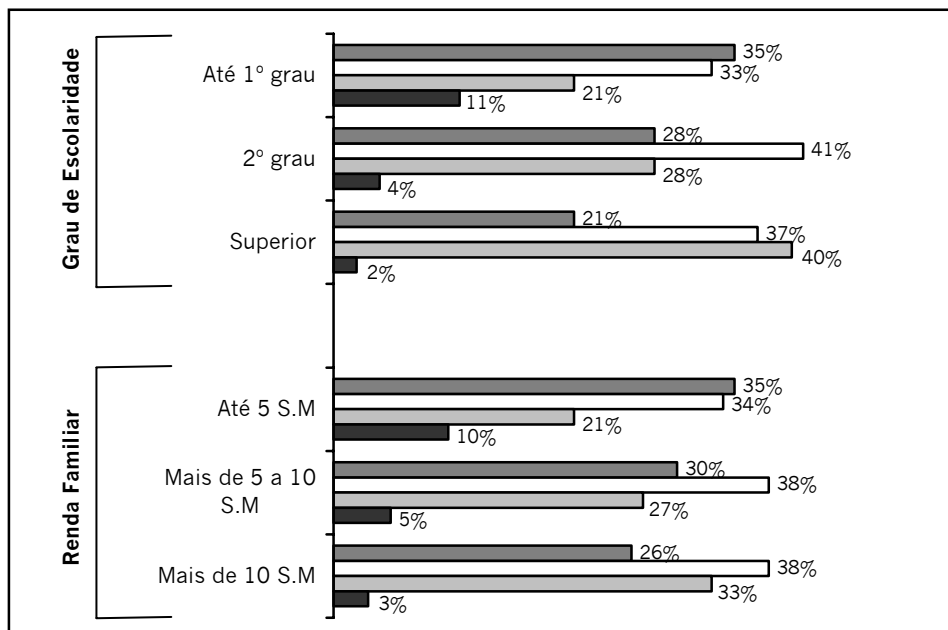
Fonte: Datafolha, 02-03/09/1989*, 03-04/03/90*, 15/06/93 e 21-23/03/95

* Datafolha em convênio com CEDEC/USP (ver detalhes na ficha técnica)

Pergunta: "Agora falando do Poder Judiciário, você diria que de um modo geral, juízes, promotores e tribunais de justiça têm tido um desempenho ótimo, regular, ruim ou péssimo?"

Avaliação do desempenho por escolaridade e renda familiar

**Pesquisa Nacional
Brasil
1995**

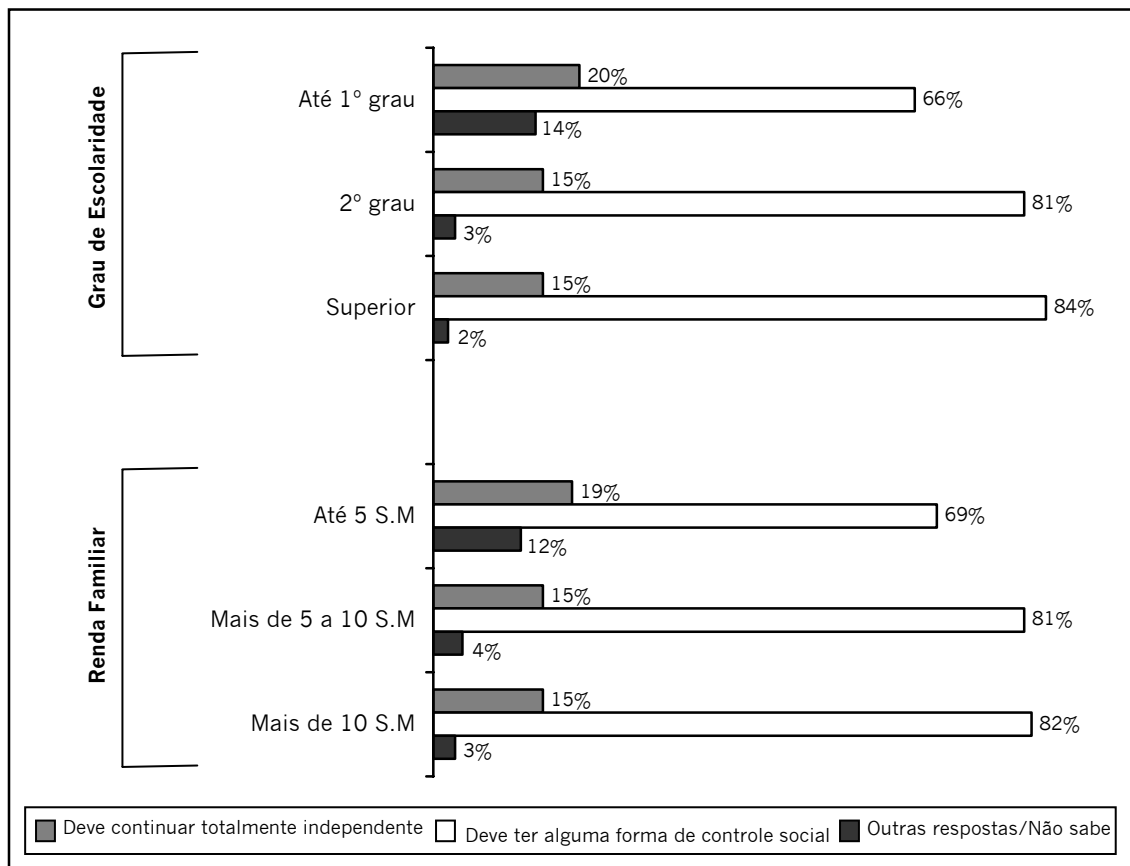
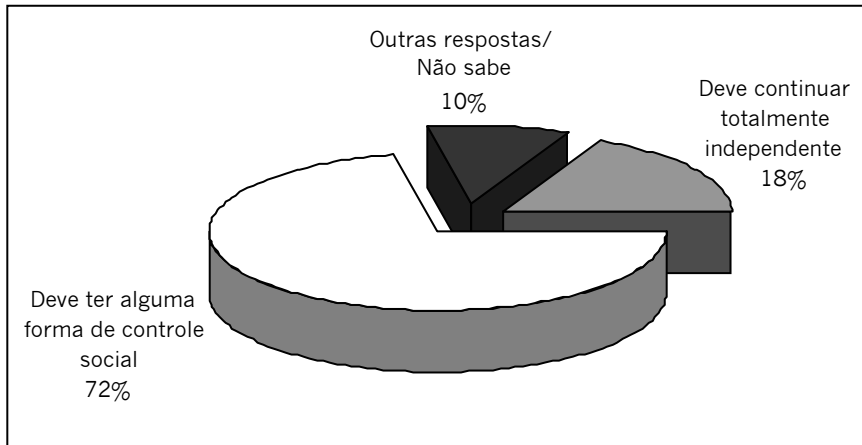


Fonte: Datafolha, 21-23/03/1995

Pergunta: "Agora falando do Poder Judiciário, você diria que de um modo geral, juízes, promotores e tribunais de justiça têm tido um desempenho ótimo, regular, ruim ou péssimo?"

O quê a população pensa sobre a autonomia do Judiciário?

Pesquisa Nacional
Brasil
1993

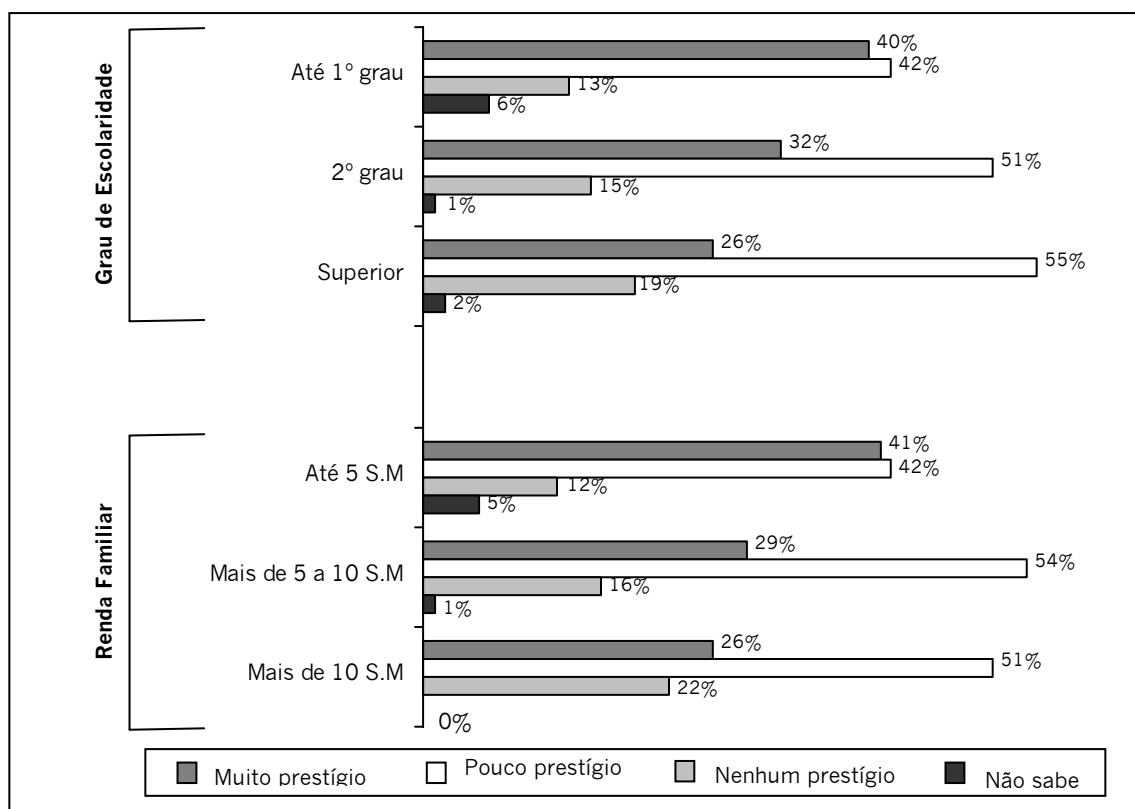
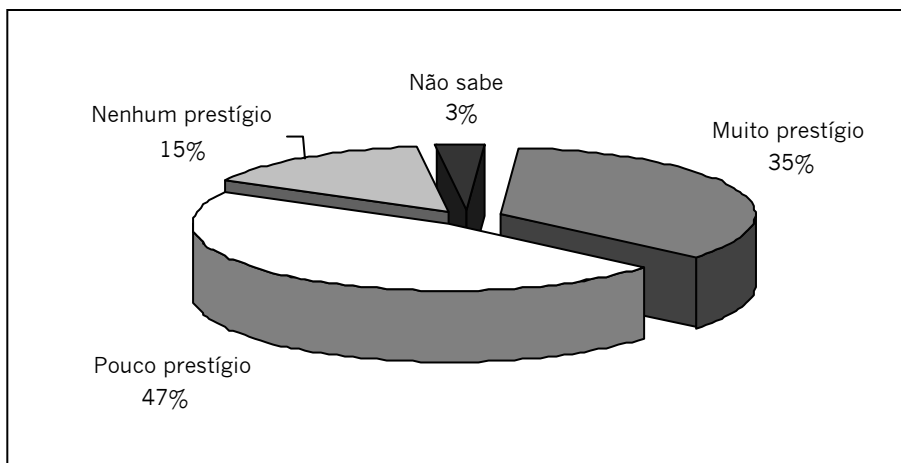


Fonte: Datafolha, 15/06/1993

Pergunta: "Atualmente o Poder Judiciário é totalmente independente, controlando seus próprios gastos e funcionamento. Na sua opinião: o Judiciário deve continuar totalmente independente, ou deve haver alguma forma de controle social sobre os seus gastos e funcionários?"

Pesquisa Municipal
São Paulo – SP
1996

O quê pensa a população sobre o prestígio do Judiciário?

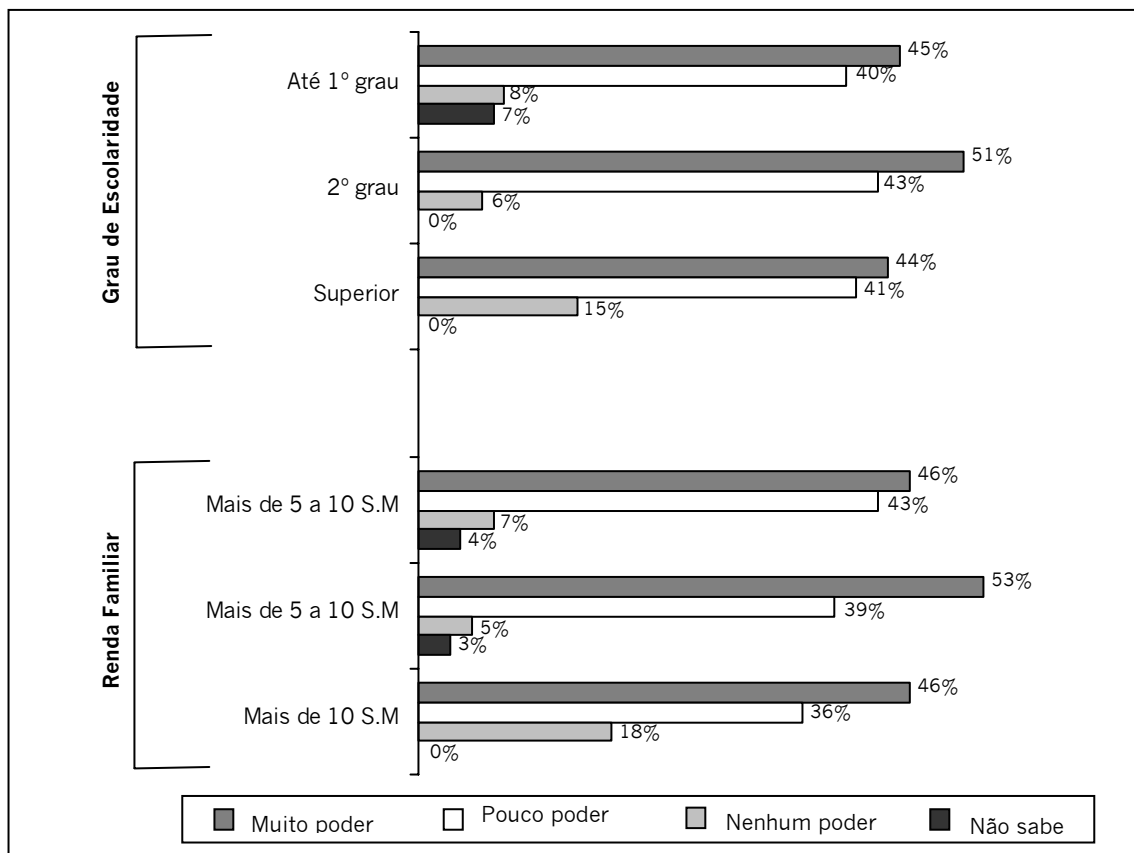
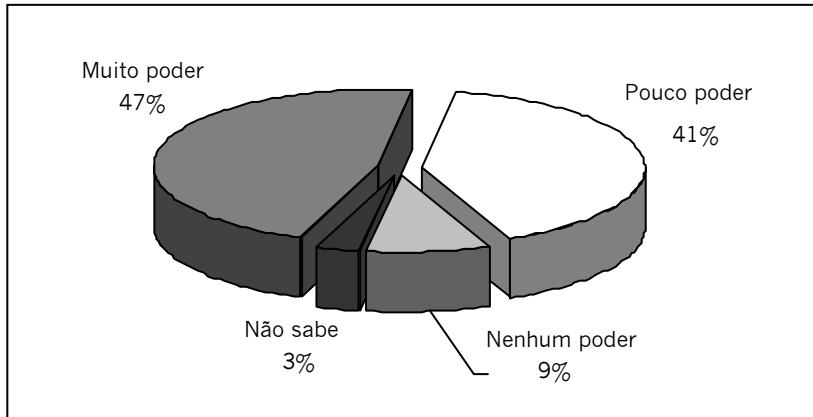


Fonte: Datafolha, 25/04/1996

Pergunta: “Agora vou citar algumas instituições nacionais e gostaria que você me dissesse de cada uma se tem muito prestígio, pouco prestígio ou nenhum prestígio na sociedade brasileira. O Poder Judiciário – juízes e promotores?”

O quê pensa a população sobre a capacidade de influência do Judiciário na sociedade brasileira?

Pesquisa Municipal
São Paulo - SP
1996



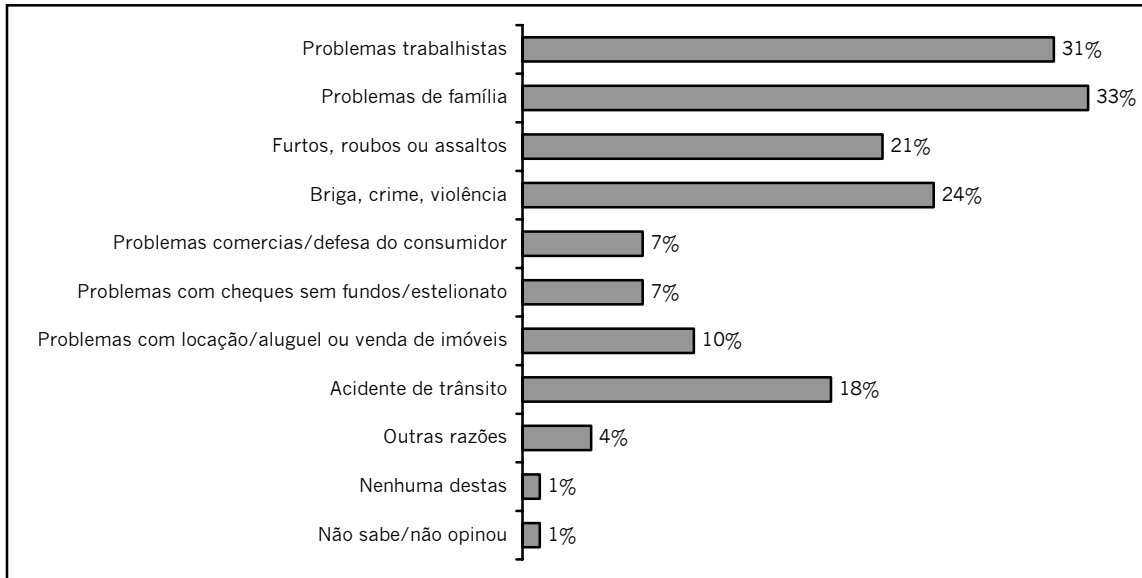
Fonte: Datafolha, 25/04/1996

Pergunta: "Gostaria também que você me dissesse, de cada uma (das seguintes instituições), se tem muito, pouco ou nenhum poder ou capacidade de influência hoje no Brasil. O Poder Judiciário – juízes e promotores?"

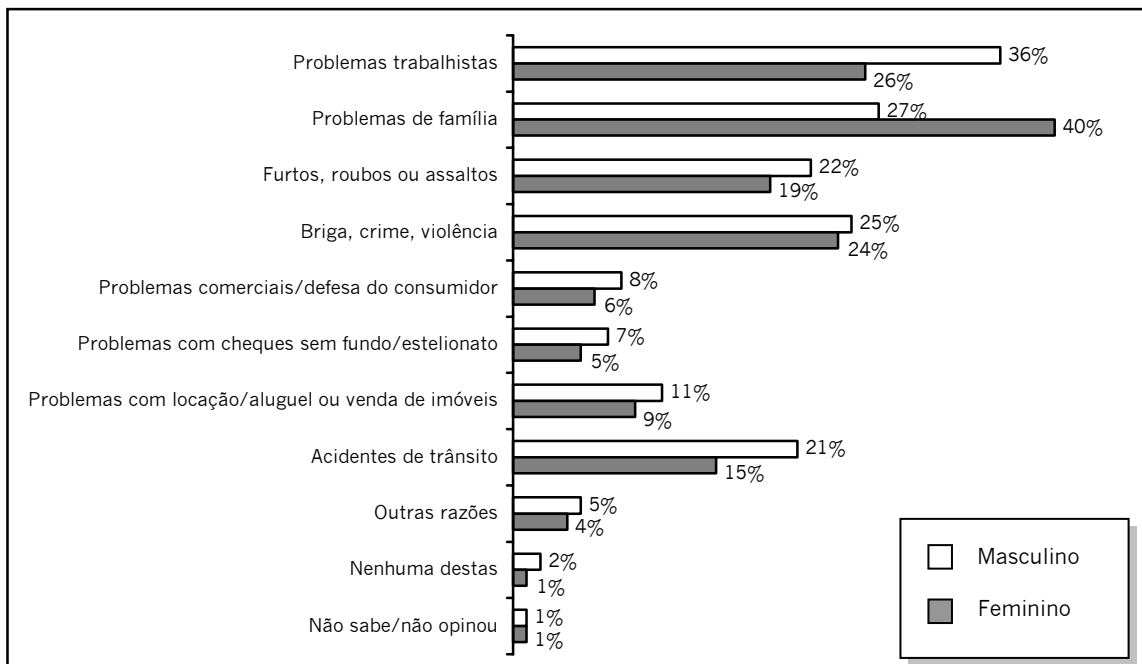
Pesquisa Nacional
Brasil
1995

Por quê as pessoas procuram a Justiça?

População total *



Por sexo *

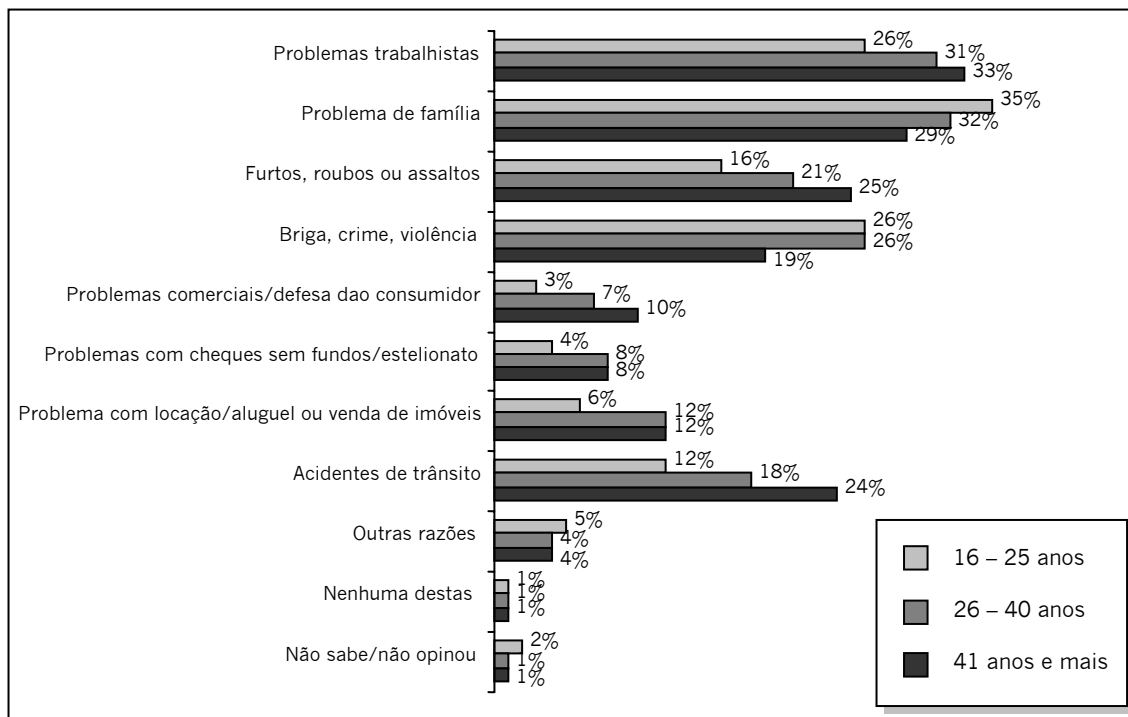


* Respostas múltiplas – a soma das porcentagens ultrapassa 100%

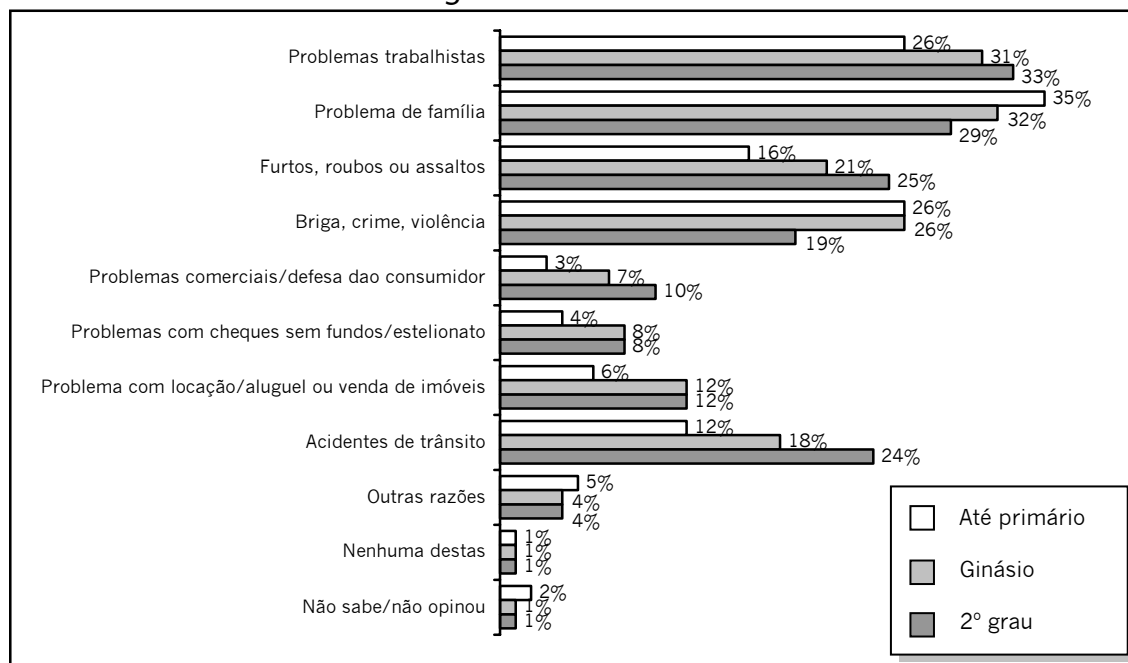
Fonte: IBOPE, 28/01/93

Pergunta: (somente para quem já precisou da Justiça): “Por qual dessas razões o(a) Sr.(a) ou alguém que o(a) Sr.(a) conheça foi a Justiça?”

Por idade *



Por grau de escolaridade *



* Respostas múltiplas – a soma das porcentagens ultrapassa 100%

Fonte: IBOPE, 28/01/93

Pergunta: (somente para quem já precisou da Justiça): “Por qual dessas razões o(a) Sr.(a) ou alguém que o(a) Sr.(a) conheça foi a Justiça?”

Opiniões sobre as leis e a Justiça no Brasil

Pesquisa Nacional

Brasil

1993

53% das pessoas acham que

“De uma maneira geral, no Brasil, as sentenças dos juízes são justas”

68% das pessoas acham que

“No Brasil existem mais leis do que o necessário”

82% das pessoas acham que

“A maioria das leis que existem no Brasil não é obedecida”

87% das pessoas acham que

“O problema brasileiro não é as leis, mas a Justiça que é muito lenta”

Fonte: IBOPE, 28/01/1993

Pergunta: “Agora eu vou ler algumas frases e gostaria de saber se o(a) Sr.(a) concorda ou discorda de cada um delas:”

Pesquisa Nacional
Brasil
1993

37% das pessoas acham que

“No Brasil, a grande maioria das pessoas que desobedecem as leis é punida”

51% das pessoas acham que

“Quando uma pessoa desobedece uma lei mas não prejudica ninguém, ela deve ser punida”

67% das pessoas acham que

“O Brasil está caminhando para uma sociedade justa”

77% das pessoas acham que

“As leis são essenciais para controlar o que as pessoas fazem”

79% das pessoas acham que

“A finalidade das leis é garantir o bem estar das pessoas”

Fonte: IBOPE, 28/01/1993

Pergunta: “Agora eu vou ler algumas frases e gostaria de saber se o(a) Sr.(a) concorda ou discorda de cada um delas:”

Pesquisa Nacional
Brasil
1993

51% das pessoas acham que

“Cumprir as leis no Brasil não traz vantagem nenhuma para as pessoas”

	Total Brasil	Grau de escolaridade			
		Até primário	Ginásio	2º grau	Superior
Concorda	51	55	50	49	41
Discorda	42	35	47	49	55

80% das pessoas acham que

“No Brasil, as leis só existem para os pobres”

	Total Brasil	Grau de escolaridade			
		Até primário	Ginásio	2º grau	Superior
Concorda	80	80	80	82	74
Discorda	17	15	19	16	24

86% das pessoas acham que

“No Brasil, existem algumas pessoas que mesmo que façam coisas erradas, nunca serão punidas pela Justiça”

	Total Brasil	Grau de escolaridade			
		Até primário	Ginásio	2º grau	Superior
Concorda	86	81	88	91	93
Discorda	10	12	10	8	5

Fonte: IBOPE, 28/ 01/1993

Pergunta: “Agora eu vou ler algumas frases e gostaria de saber se o(a) sr.(a) concorda ou discorda de cada uma delas.”

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe/não opinou”.

16% das pessoas acham que

“A Justiça brasileira trata os pobres e os ricos da mesma forma”

	Total Brasil	Grau de escolaridade			
		Até prim	Gin	2º grau	Sup
Concorda	16	21	14	11	10
Discorda	80	73	84	87	89

34% das pessoas acham que

“De uma maneira geral, no Brasil, os advogados são pessoas honestas”

	Total Brasil	Grau de escolaridade			
		Até primário	Ginásio	2º grau	Superior
Concorda	34	39	29	26	28
Discorda	59	50	65	70	67

40% das pessoas acham que

“Para se manter a ordem, as leis devem ser obedecidas sempre, mesmo se forem injustas”

	Total Brasil	Grau de escolaridade		
		Até 1º grau	2º grau	Superior
Concorda	40	41	36	39
Discorda	55	51	62	58

Fonte: IBOPE, 28/ 01/1993

Pergunta: “Agora eu vou ler algumas frases e gostaria de saber se o(a) sr.(a) concorda ou discorda de cada uma delas:”

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe/não opinou”.

45% das pessoas acham que

“O povo não tem capacidade de opinar sobre como devem ser as leis no Brasil”

Pesquisa Nacional

Brasil

1989

	Total Brasil	Grau de escolaridade			
		Não frequentou escola	1º grau	2º grau	Sup
Concorda	45	46	50	38	31
Discorda	43	28	39	53	56
Concorda ou discorda em parte	5	2	3	8	13

54% das pessoas acham que

“É bobagem mudar as leis no Brasil porque elas não são respeitadas”

	Total Brasil	Grau de escolaridade		
		Até 1º grau	2º grau	Superior
Concorda	54	56	55	38
Discorda	36	32	39	51
Concorda ou discorda em parte	4	3	5	10

82% das pessoas acham que

“Se a Justiça funcionasse, não haveria miséria e desigualdade no Brasil”

	Total Brasil	Grau de escolaridade		
		Até 1º grau	2º grau	Superior
Concorda	82	83	86	72
Discorda	11	10	10	17
Concorda ou discorda em parte	3	1	3	12

Fonte: Datafolha, 02-03/09/1989

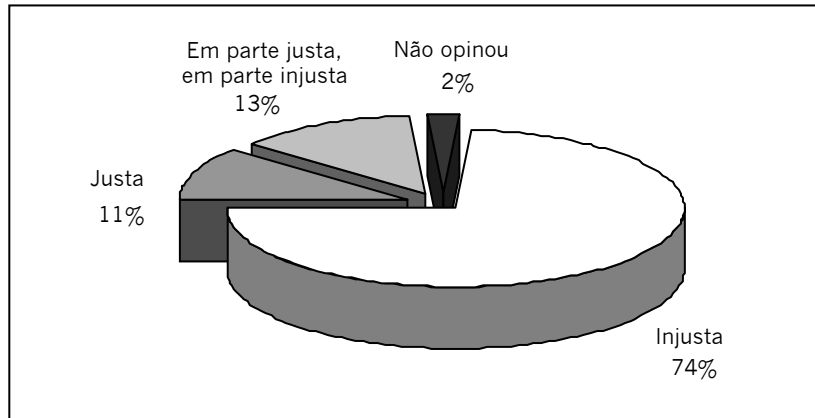
Pergunta: “Agora eu vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda ou se discorda de cada uma delas:”

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe/não opinou”.

O que pensam os presos da Casa de Detenção de São Paulo sobre a Justiça?

Casa de Detenção
São Paulo - SP
1991

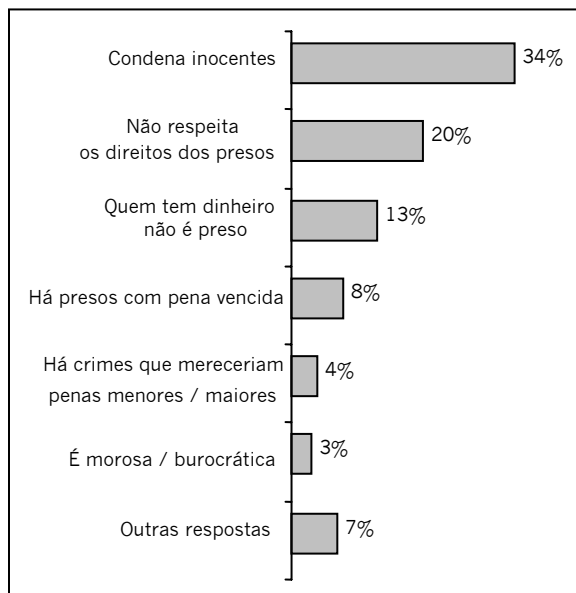
A Justiça é:



Fonte: Datafolha, 07-08/05/1991

Pergunta: "Na sua opinião, de um modo geral, a Justiça Criminal é justa ou injusta?"

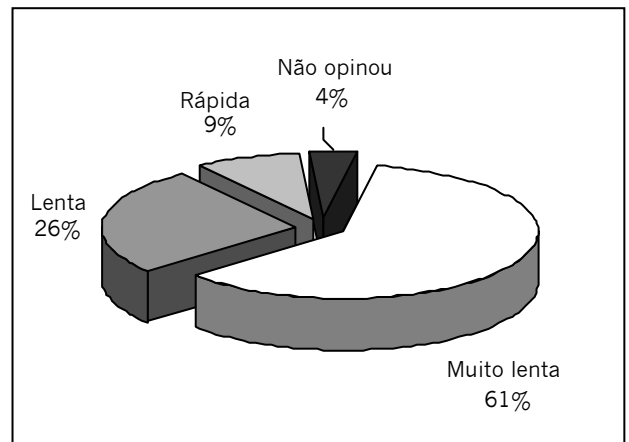
Razões pelas quais os presos acham a Justiça Criminal injusta



Fonte: Datafolha, 07-08/05/1991

Pergunta: "[Na sua opinião, de um modo geral, a Justiça Criminal é justa ou injusta?]. Por quê?"

Sobre a eficiência da Justiça com os processos criminais



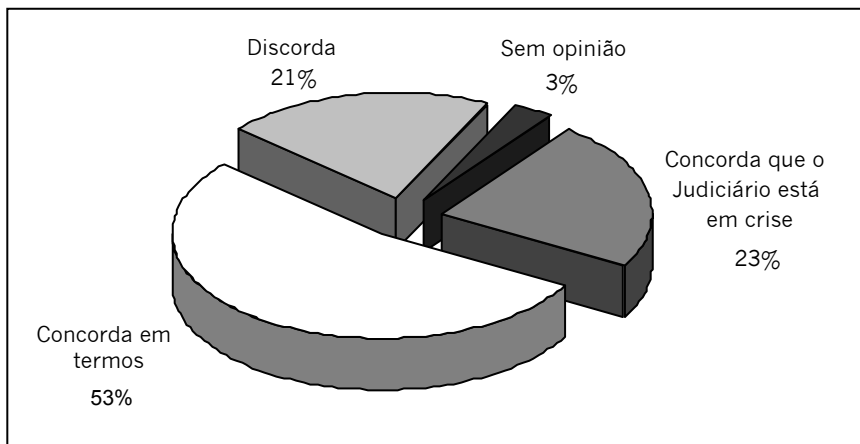
Fonte: Datafolha, 07-08/05/1991

Pergunta: "A Justiça Criminal é rápida, lenta ou muito lenta no julgamento dos processos criminais?"

Magistrados
SP, RS, PR, GO, PE
1992

O quê pensam os magistrados sobre o Judiciário?

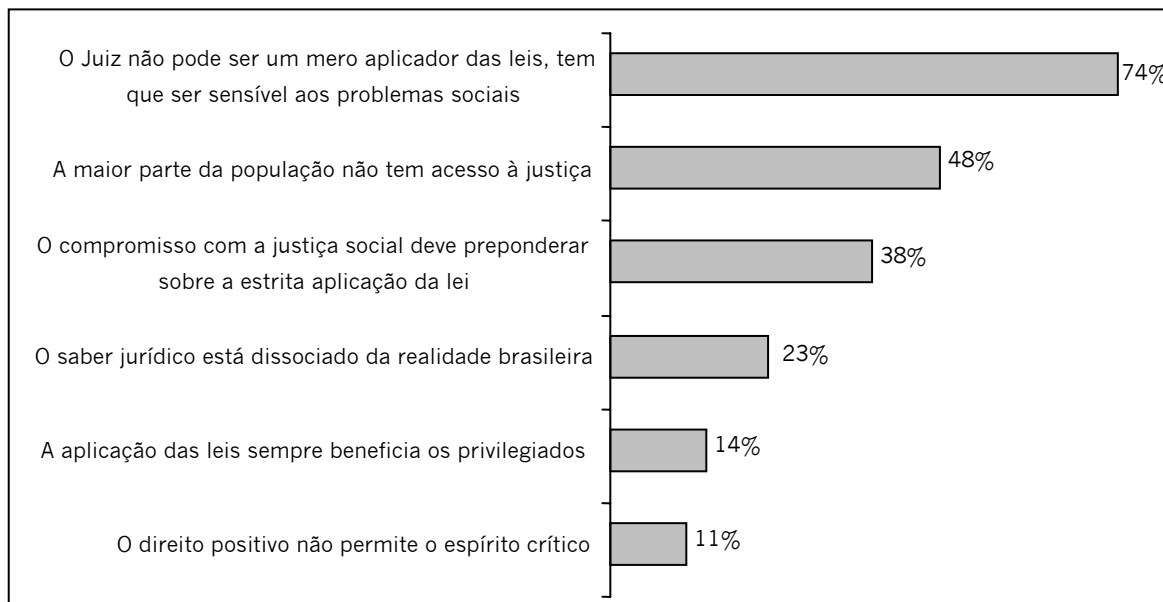
O Poder Judiciário está em crise?



Fonte: Idesp, agosto/1992

Pergunta: "Tem-se afirmado que o Poder Judiciário está em crise. O Sr.(a) concorda com essa afirmação?"

O papel do juiz e os limites da Justiça*



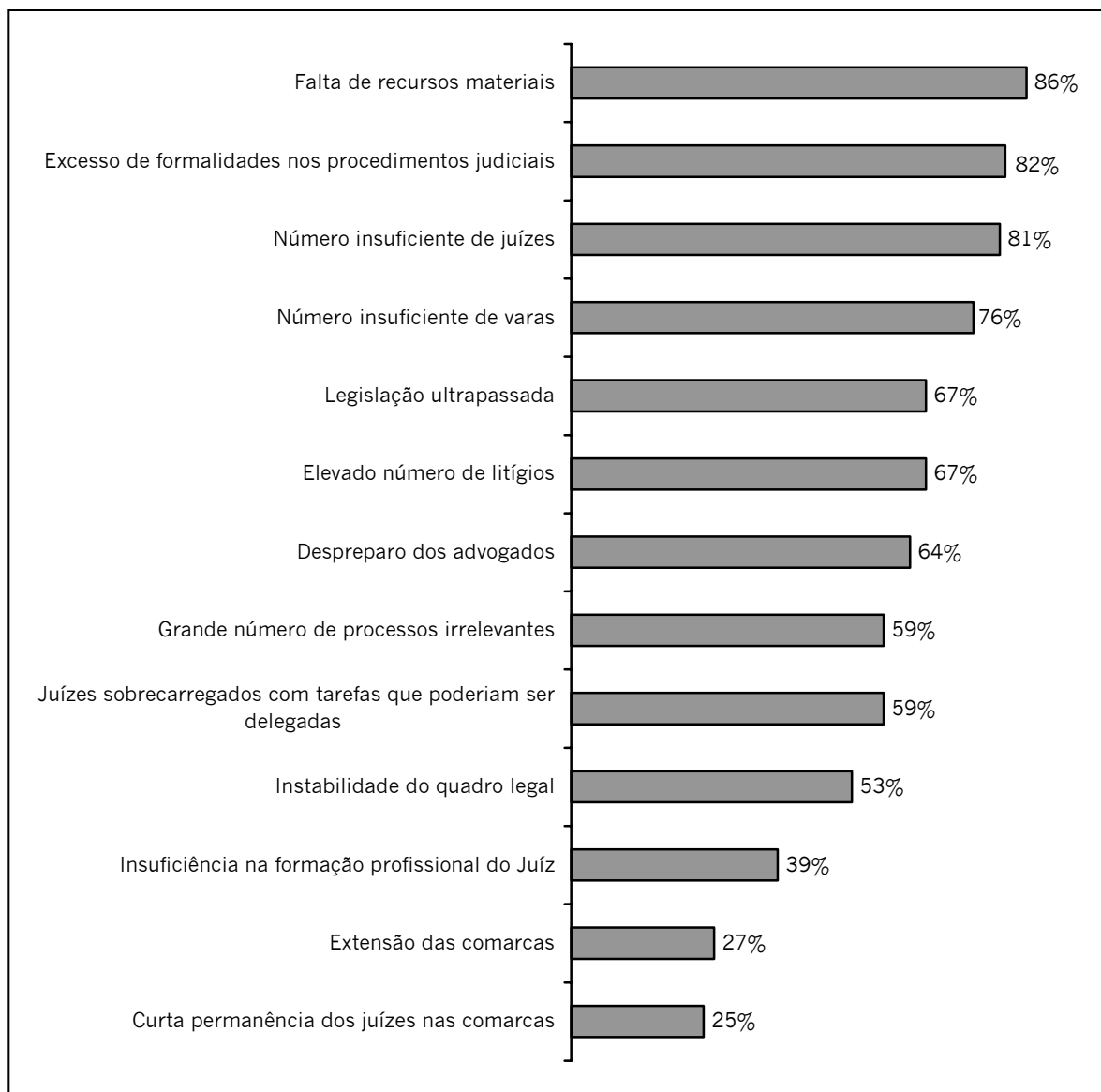
(*) Soma das respostas "concorda inteiramente" e "concorda muito"

Fonte: Idesp, agosto/1992

Pergunta: "Em que medida o Sr.(a) concorda com as seguintes afirmações:"

**Identificação dos obstáculos ao bom funcionamento
do Poder Judiciário***

Magistrados
SP, RS, PR, GO, PE
1992



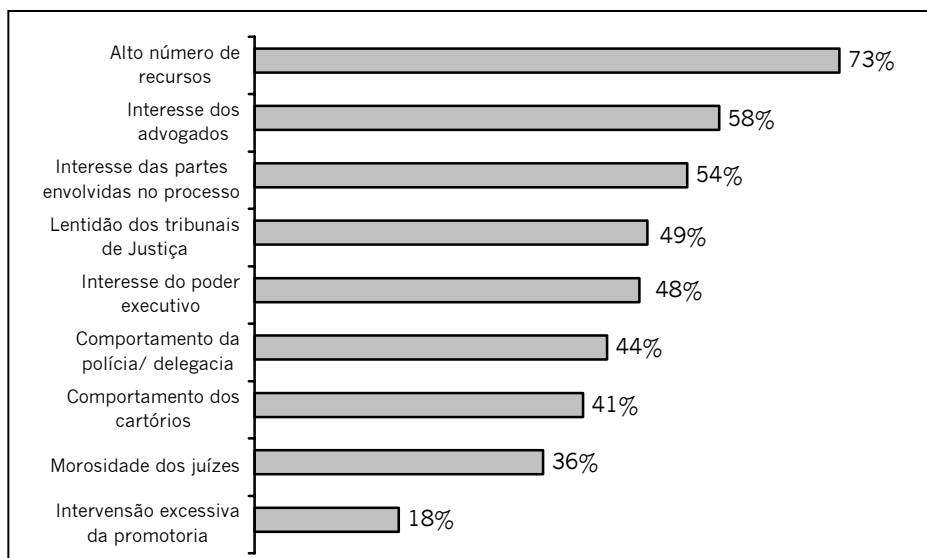
(*) Soma das respostas “extremamente importante” e “muito importante”.

Fonte: Idesp, agosto/1992

Pergunta: “Na instância em que o Sr.(a) atua, qual a importância dos seguintes fatores como obstáculos ao funcionamento adequado do Judiciário?”

Magistrados
SP, RS, PR, GO, PE
1992

As causas da morosidade da Justiça*

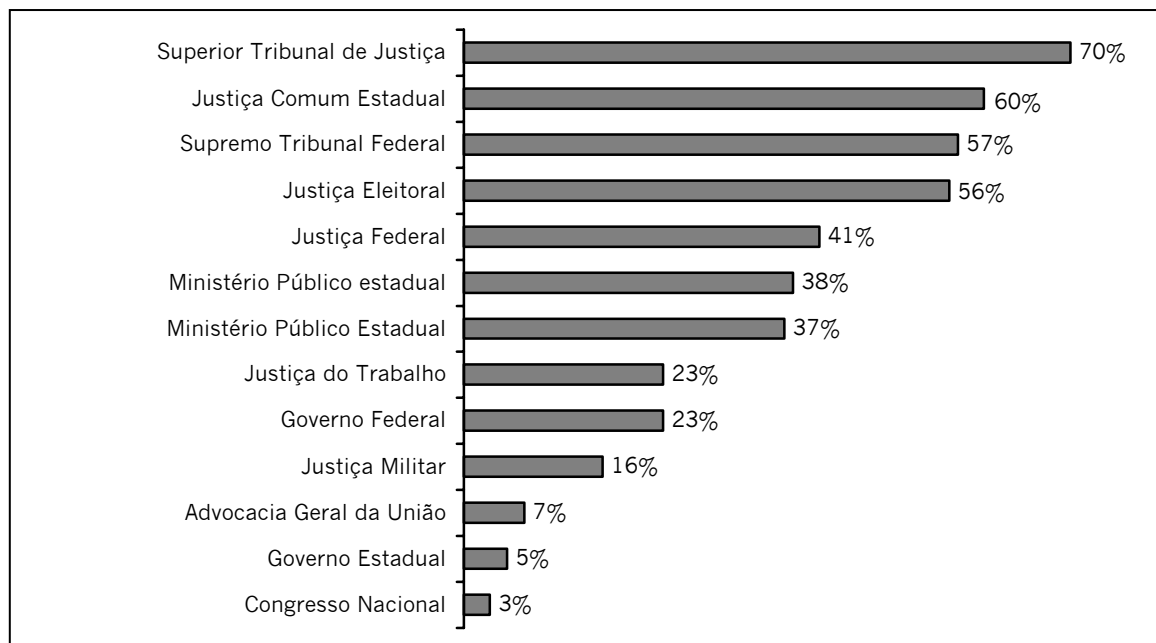


(*) Soma das respostas “extremamente importante” e “muito importante”

Fonte: Idesp, agosto/1992

Pergunta: “Que peso o Sr.(a) atribui aos seguintes fatores como causas da morosidade da Justiça?”

A avaliação da atuação dos órgãos públicos pelos magistrados*



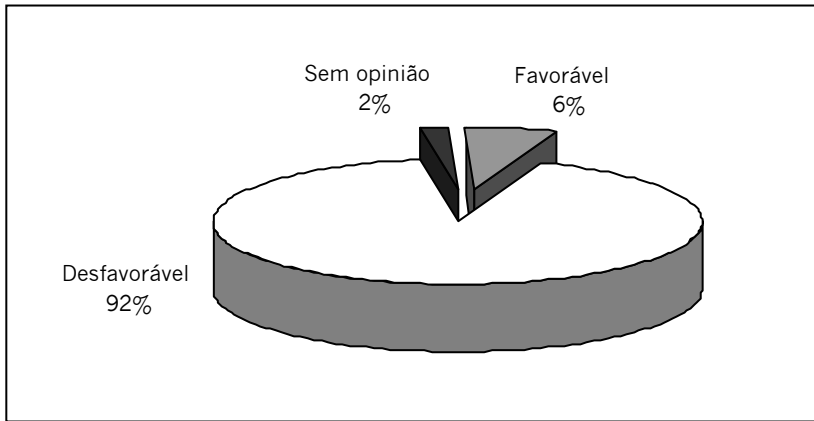
(*) Soma das respostas “ótima” e “boa”.

Fonte: Idesp, agosto/1992

Pergunta: “De maneira geral, como o Sr.(a) avalia a atuação dos seguintes órgãos e poderes, nos últimos 12 meses?”

O Poder Judiciário controlado por órgão externo

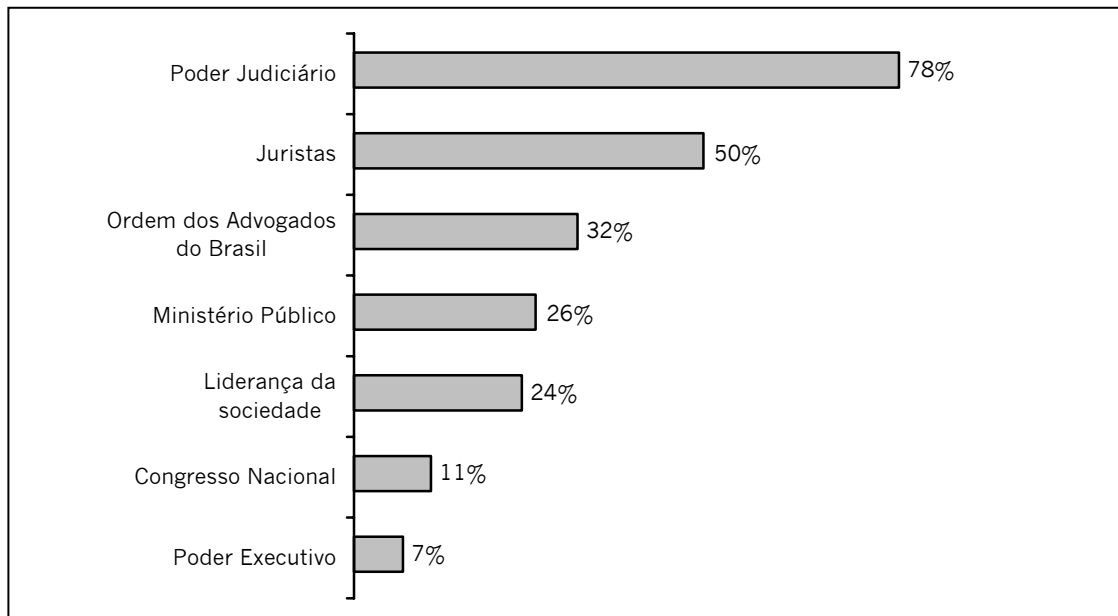
Magistrados
SP, RS, PR, GO, PE
1992



Fonte: Idesp, agosto/1992

Pergunta: "Tem-se proposto a criação de um órgão externo de controle do Poder Judiciário. O Sr.(a) é favorável ou contrário à criação desse órgão?"

Como deve ser a composição do órgão externo de controle



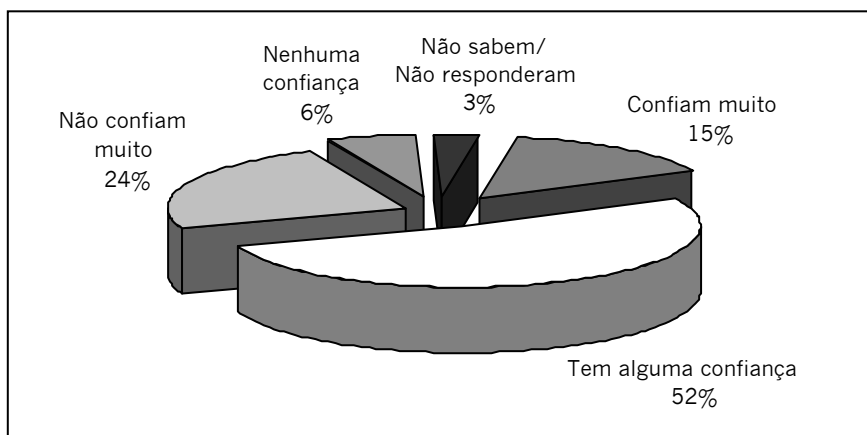
(*) Resposta "sim"

Fonte: Idesp, agosto/1992

Pergunta: "Caso venha a ser criado, esse órgão deve ser integrado por:"

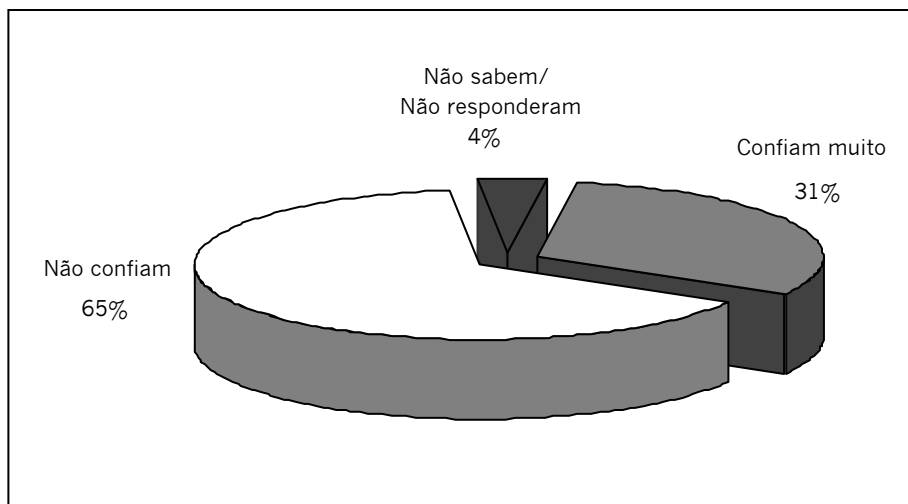
Pesquisa Nacional
Estados Unidos
1995

As pessoas confiam na Justiça?



Fonte: CBS News, 29-30/09/1995, 1.046 entrevistas com população adulta com sub-amostra de negros.
Pergunta: “O quanto você confia que a Justiça Criminal Americana geralmente toma decisões certas sobre quem é culpado e quem é inocente?”

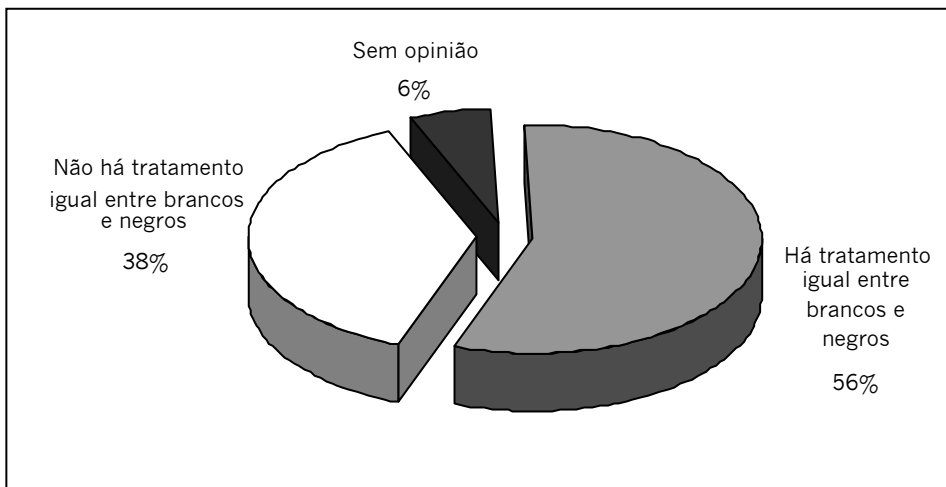
As pessoas confiam nos advogados?



Fonte: Yankelovich Partners Inc. / Time, Cable News Network, 06/02/1995, 600 entrevistas com população adulta
Pergunta: “Você confia que os advogados possam assegurar que tanto seus clientes pobres quanto os ricos podem ter um julgamento justo?”

Sobre a Justiça e as minorias

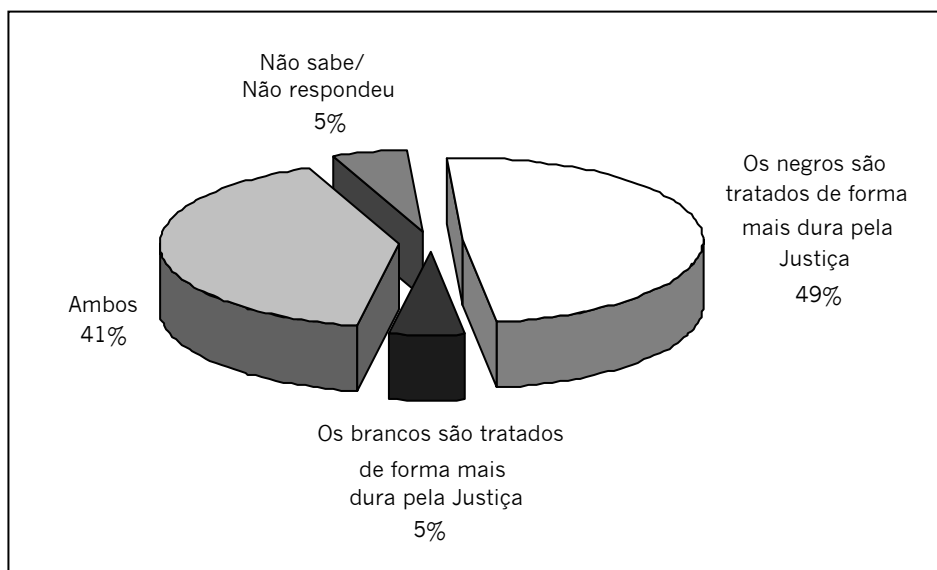
Pesquisa Nacional
Estados Unidos
1997



Fonte: ABC News, 04/02/1997, 663 entrevistas com a população adulta e sub-amostra de negros

Pergunta: "Você acha que os negros e outras minorias recebem tratamento igual aos brancos pela Justiça Criminal?"

Pesquisa Nacional
Estados Unidos
1995



Fonte: Gallup Organization / Cable News Network, USA Today, 1208 entrevistas com a população adulta com sub-amostra de 201 negros

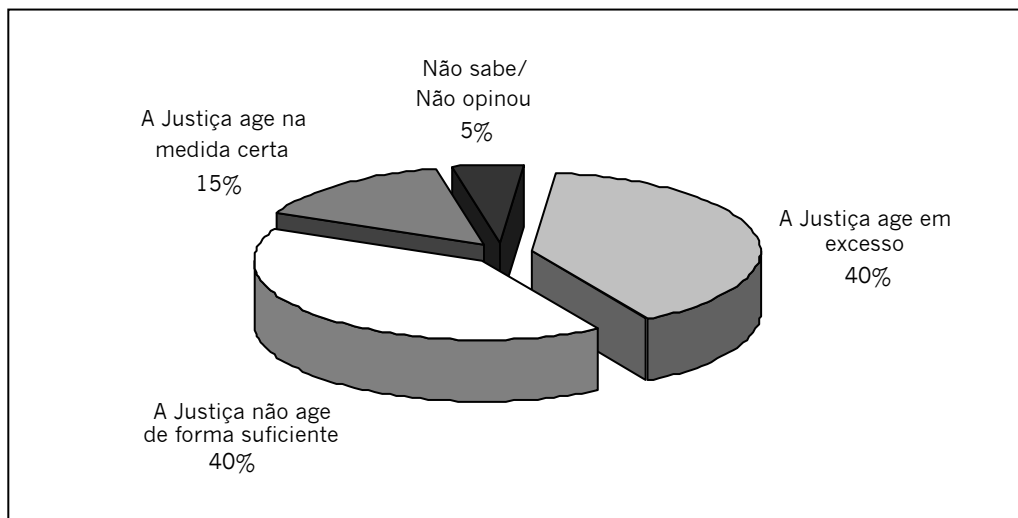
Pergunta: "Quem você acha que é tratado de forma mais dura pela Justiça Criminal: brancos ou negros? Ou eles são tratados da mesma forma?"

Pesquisa Nacional

Estados Unidos

1995

Sobre a Justiça e as minorias



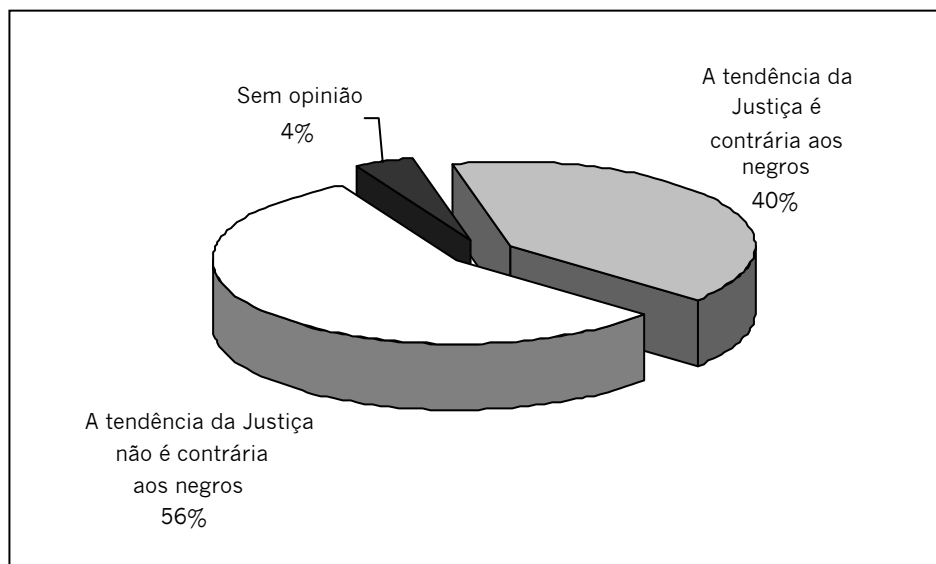
Fonte: ABC News / Washington Post, 14-17/07/1995, 1548 entrevistas com a população adulta

Pergunta: "Você acha que a Justiça Americana geralmente age em excesso, ou suficiente para proteger os direitos das minorias?"

Pesquisa Nacional

Estados Unidos

1995



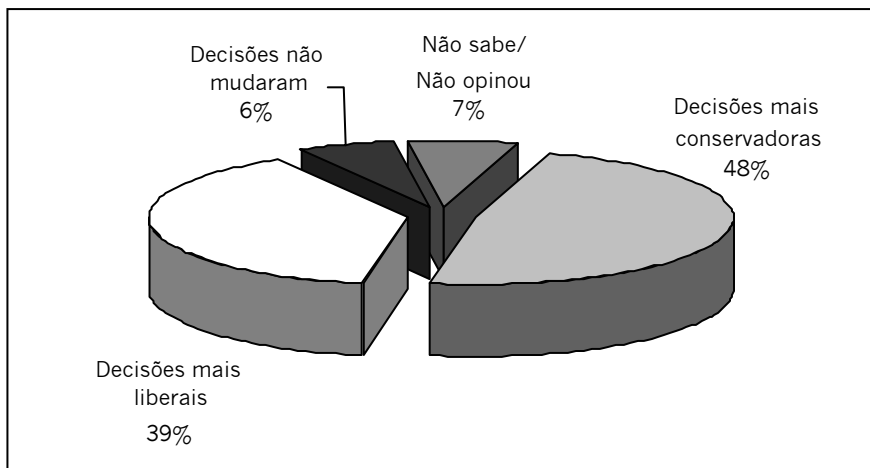
Fonte: Gallup Organization / Cable News Network, USA Today, 17-19/03/1995, 1220 entrevistas com a população adulta sub-amostra de 220 negros

Pergunta: "Você acha que a Justiça Americana tem uma tendência contrária aos negros?"

Avaliação da Justiça Americana

Pesquisa Nacional
Estados Unidos
1995

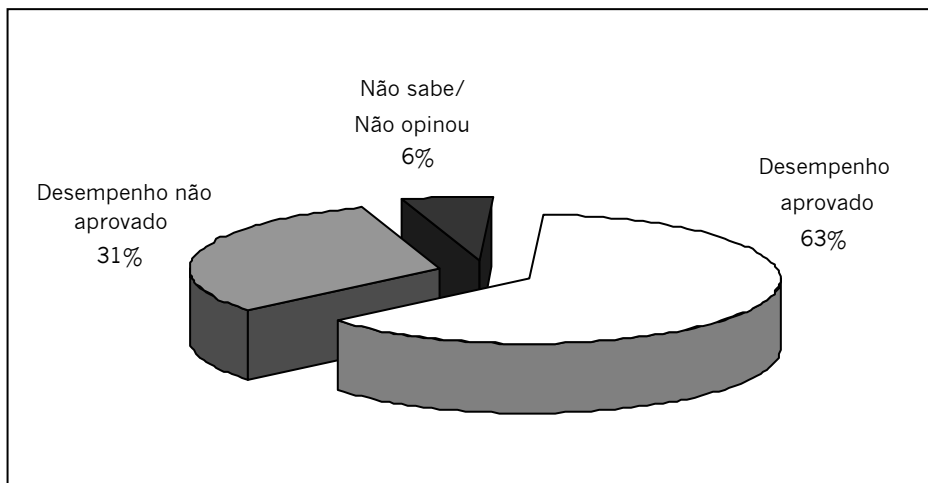
Opiniões sobre as decisões da Suprema Corte nos últimos anos



Fonte: ABC News/ Washington Post, 14-17/07/1995, 1548 entrevistas com a população adulta
Pergunta: “Nos últimos anos você acha que a Suprema Corte tem se tornado mais conservadora, mais liberal ou o quê, nas suas decisões?”

Opiniões sobre o desempenho da Justiça Americana

Pesquisa Nacional
Estados Unidos
1995

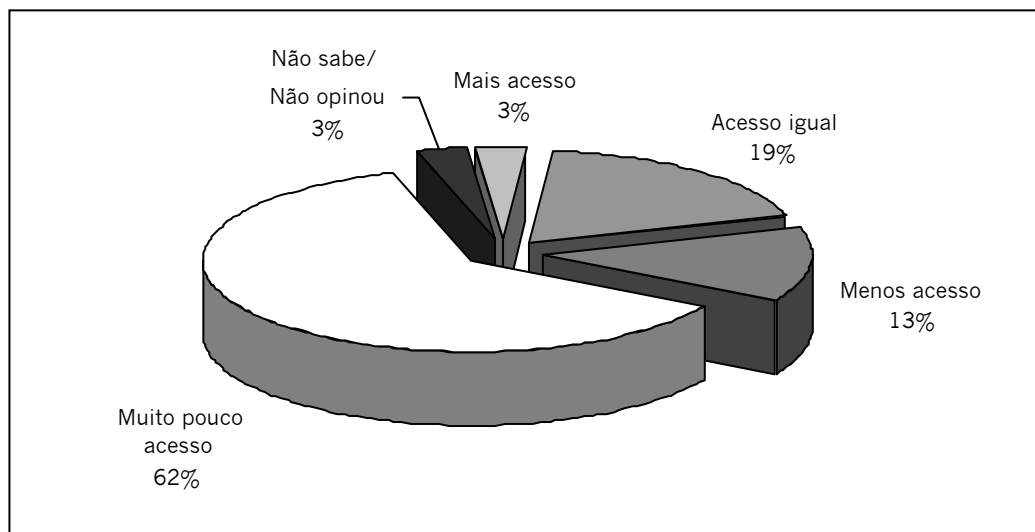


Fonte: ABC News/ Washington Post, 14-17/07/1995, 1548 entrevista com população adulta
Pergunta: “Você aprova ou não a forma pela qual a Suprema Corte Americana vem fazendo seu trabalho?”

Pesquisa Nacional
Estados Unidos
1995

Sobre o acesso à Justiça

Acesso dos americanos médios à Justiça, comparados aos americanos ricos



Fonte: The Tarrance Group & Mellman, Lazaraus & Lake /US News & World Report, 13-15/01/1995, 1000 entrevistas com a população adulta

Pergunta: "Você acha que os americanos médios têm mais acesso, menos acesso ou acesso igual à justiça que os ricos em nosso sistema?"

Ficha Técnica

Seção Brasil

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
Datafolha			
02-03/09/89	2083	População do Brasil, acima de 16 anos	Datafolha em convênio com CEDEC/USP Amostragem por cotas de sexo e idade estratificação por região e nível sócio econômico com sorteio aleatório dos domicílios
03-04/03/90	2480		
07-08/05/1991	645	População da casa de Detenção de São Paulo	Entrevista distribuídas de acordo com o peso populacional de cada pavilhão
27-28/03/95	2499	População do Brasil, acima de 16 anos	Estratificação, com sorteio aleatório, por zona geográfica e nível sócio- econômico
15/06/95	2500		
21-23/03/95	12431		
25/04/96	629	População do município de São Paulo, acima de 16 anos	Amostragem por moradores da cidade de São Paulo
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística			
28/01/93	3650	População do Brasil, acima de 16 anos	Representativa do eleitorado do país, elaborada por cotas proporcionais em função de variáveis significativas do universo: sexo, idade, atividades e posição na ocupação
11/09/95	3000		
IDESP – Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo			
Agosto/1992	570	Juízes de cinco estados da Federação	Pesquisa “A crise do Judiciário vista pelos Juízes”. Coordenação da pesquisa: Maria Tereza Sadek Foram entrevistados 20% dos juízes em cinco estados – São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Pernambuco – e mais 41 da justiça Federal, totalizando 570 entrevista, distribuídas de forma proporcional à distribuição de Universo.

Seção Estados Unidos

Roper Center
Os dados dessas pesquisas são provenientes do Banco Informatizado de Dados de Opinião Pública do Roper Center for Public Opinion Research, da Universidade de Connecticut, EUA.

